

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**AGRICULTURA FAMILIAR: PERMANÊNCIA E/OU
RESISTÊNCIA NUM BAIRRO RURAL DE ARARAQUARA-SP**

VANILDE FERREIRA DE SOUZA

CAMPINAS
FEVEREIRO DE 2002

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA

**AGRICULTURA FAMILIAR: PERMANÊNCIA E/OU
RESISTÊNCIA NUM BAIRRO RURAL DE ARARAQUARA-SP**

Dissertação submetida à banca examinadora
para obtenção do título de Mestre em Engenharia
Agrícola na área de concentração Planejamento
e Desenvolvimento Rural Sustentável.

VANILDE FERREIRA DE SOUZA

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. SONIA MARIA P. P. BERGAMASCO

CAMPINAS
FEVEREIRO DE 2002

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais e irmãos que mais uma vez acreditaram no meu projeto de vida.

Gostaria de agradecer também a minha orientadora Prof^a Sonia M. P. P. Bergamasco, que mesmo estando distante conseguiu me tranquilizar nos momentos mais difíceis dessa etapa.

Um agradecimento especial para a Prof^a Maria Helena da Rocha Antuniassi pelas críticas e sugestões dadas para o desenvolvimento da dissertação.

Ao Prof. Wirley Jerson Jorge pelas sugestões em meu exame de qualificação.

À Prof^a Maria Ângela Fagnani pela colaboração e dedicação durante a ausência da Sonia.

À Prof^a Julieta T. Aier de Oliveira pelas sugestões dadas.

Ao incentivo e apoio de três grandes amigos: Gláucia, Luiz Fernando e Carlos.

Às amigas: Lucia, Rose, Rojane e Ana, pelos momentos de diversão.

Às amigas de hoje e sempre: Luciane, Tathy, Ana Claudia, Cacau, Helô, Luciana, Fernanda, Juliana e Érika.

Aos amigos Arlindo, Fátima, Dalva e Lucília.

À Luciana e Leonardo e a toda família da Sonia pela compreensão.

À Aninha, Marta e Cidinha sempre prestativas e amigas.

Aos produtores do bairro Cabeceira do Boi pela confiança e compreensão dedicadas.

Aos Engenheiro Agrônomo da Casa da Agricultura de Araraquara pelo apoio dado ao trabalho.

À FAPESP pelo apoio financeiro dado durante a realização da dissertação e trabalho de campo.

À CAPES pelo apoio financeiro dado na primeira etapa da dissertação.

À FEAGRI/UNICAMP pelo apoio institucional.

E a todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	iv
LISTA DE FOTOS	iv
LISTA DE SIGLAS	v
LISTA DE TABELAS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
1. INTRODUÇÃO	01
PRIMEIRO CAPÍTULO	06
2. AGRICULTURA FAMILIAR: UMA REVISÃO	07
2.1. Teorias sobre Produção Familiar	07
2.2. Agricultura Familiar No Brasil	11
2.2.1. Bairros Rurais	11
2.2.2. Produção Familiar	15
2.3. Herança Familiar Rural	18
2.4. Teorias sobre Pluriatividade	26
SEGUNDO CAPÍTULO	32
3. APORTE TEÓRICO METODOLÓGICO	33
3.1. Área de Estudo	33
3.2. Técnicas Utilizadas para Levantamento e Análise dos Dados	39
TERCEIRO CAPÍTULO	42
4. RESGATE DO BAIRRO	43
4.1. Relações de Parentesco e Vizinhaça no Bairro	57
4.2. Terra de Imigrantes	60
4.3. Terra de Brasileiros	64
4.4. Herança e Gênero	67

QUARTO CAPÍTULO	76
5. ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E FAMILIARES	77
5.1. Caracterização dos Produtores	77
5.2. As Dinâmicas Fundiárias e Produtivas do Bairro	83
5.3. A Pluriatividade no Bairro	100
5.4. As expectativas em Relação à Agricultura	106
 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	 109
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 114
 APÊNDICE	 122

LISTA DE FIGURAS

01 – Localização Geográfica do Município de Araraquara no Estado de São Paulo	33
02 – Localização Geográfica do Bairro Cabeceira do Boi no Município de Araraquara	36
03 – Localização Geográfica do Bairro Cabeceira do Boi na Carta Topográfica do Município de Rincão – SP	38
04 – Referência Genealógica do Pai do Sr. H. E. S.	58
05 – Referência Genealógica das Famílias da Da. A. N. P. M. S. e do Sr. A. F. P.	59
06 – Tempo dos Produtores na Propriedade (Anos)	66
07 – Distribuição dos Produtores de Acordo com a Faixa Etária	79
08 – Distribuição dos Filhos dos Produtores de Acordo com a Faixa Etária	82

LISTA DE FOTOS

01 – Galpão para Guardar Máquinas e Equipamentos Agrícolas na Propriedade da Da. A.N.P.M.S.	80
02 – Casa da Da. A. N. P. M. S.	81
03 – Suínos para o Consumo da Família da Da. A.N.P.M.S.	89
04 – Cultura da Mandioca e Cana-de-Açúcar ao Fundo na Propriedade da Da. ANPMS	91
05 – Vista Lateral da Granja do Sr. A. S. S.	94
06 – Vista Interna da Granja do Sr. A. S. S.	95
07 – Família da Da. A.N.P.M.S.Preparando a Terra para o Plantio	97
08 – Cavalo Utilizado para Tração Animal na Propriedade da Da. A.N.P.M.S.	98
09 – Propaganda do Rodeio do Sr. L. R.	101
10 – Local do Rodeio na Propriedade	102

LISTA DE SIGLAS

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	02
FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations	02
VBP – Valor Bruto de Produção	02
PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	28
UPAs – Unidades de Produção Agropecuárias	35
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	37
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	108

LISTA DE TABELAS

01 – Área e Quantidade de UPAs em Araraquara	35
02 – Trabalho e Família	55
03 – Equipamentos Agrícolas e Benfeitorias nas Propriedades	56
04 – Idade e Tempo do Produtor no Bairro (Anos)	67
05 – Formas de Aquisição da Propriedade	67
06 – Divisão da Terra entre os Herdeiros	72
07 – Termo Utilizado como Autodenominação	78
08 – Nível de Escolaridade dos Produtores	82
09 – Produção Mercantil nas Propriedades	88
10 – Rendimento Bruto da Propriedade (R\$/Mês) e Nº Pessoas na Atividade	92
11 – Renda das Atividades Pluriativas (R\$/mês)	103
12 – Principal Fonte de Renda das Propriedades	104
13 – Local de Residência do Produtor	106

RESUMO

A agricultura familiar foi excluída das políticas de modernização do Brasil. Tais políticas de modernização eram voltadas principalmente aos médios e grande proprietários rurais, assim como aos produtos destinados à exportação. Diante de tal fato ocorreu um intenso processo de migração rural-urbana. Na região de Araraquara-SP observou-se esse processo; por outro lado, registrou-se a resistência de alguns agricultores que permaneceram na terra. Isto se deve a muitos fatores, dentre eles as raízes agrárias que os leva a acreditar na produção agrícola familiar como forma de subsistência. Por meio da análise da produção, tecnologia, trabalho, comercialização e herança desses agricultores, o presente trabalho pretendeu avaliar os motivos pelos quais os produtores rurais do bairro rural Cabeceira do Boi permaneceram na terra. Para tanto foi realizada uma caracterização geral do bairro e dos produtores, a qual contou com a aplicação de questionários, entrevistas e histórias de vida, aliados às anotações de campo. Acredita-se que a importância que esses produtores dão para a herança recebida, associada à resistência da venda da propriedade, apontam para o fato de que a propriedade da terra está diretamente ligada a continuidade da reprodução do patrimônio familiar e do próprio grupo.

Palavras-chave: Agricultura familiar, herança, propriedade da terra, produção e tecnologia.

ABSTRACT

Family farm was an excluded matter from the politics of modernization in Brazil. Such modernization politics was concerned to middle and big rural owners, as well as to exportation products. In the face of such a fact, an intense process of rural-urban migration took place. In the region of Araraquara – SP, this process was observed; on the other hand, it was verified the resistance of some agriculturists who remained in their land. This resistance is due to many causes, and the most important of them seems to be the agrarian roots that lead them to believe in familiar farm production as a way of resistance. Through the analysis of production, technology, work, commercialization and heritage of these agriculturists, this work intended to study the reasons by which the farm producers of the rural district called Cabeceira do Boi remained in the land. A general characterization of the district and its producers was carried through, and it was also applied questionnaires, as well as interviews and life stories, in order to accomplish our task. The importance that these producers give to received heritage, associated to the resistance of property sale, point to the fact that the land property is directly related to the familiar patrimony reproduction continuity and to the own group continuity too.

Key-words: Family farm, heritage, land property, production and technology.

1. INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura brasileira pode ser caracterizada como um fenômeno que ocorreu a partir do pós-guerra, quando há o início do uso em maiores quantidades de equipamentos e produtos da indústria química. Porém, é a partir dos anos 60 com a instalação de empresas fabricantes desses bens industriais que se deu o salto para a utilização desses equipamentos e produtos, podendo se falar em uma “industrialização da agricultura”¹ (RAMOS, 1999).

A pretensão desse novo modelo para a agricultura brasileira era a de equipará-la à agricultura dos países desenvolvidos em termos de rentabilidade e de produtividade MARTINE (1987). Esse novo modelo baseou-se em um pacote tecnológico que ficou conhecido como “Revolução Verde” que se baseava no uso intensivo dos fatores de produção, isto é, procurava o aumento do uso da força mecânica em detrimento da força de trabalho humano, assim como visava a substituição da adubação natural pela adubação química, o controle químico de pragas e doenças e também o uso de sementes melhoradas. Com isso almejava-se a obtenção de uma produção regular, massificada e de alta produtividade.

Todo o processo de sustentação do novo modelo para a agricultura brasileira contou com a proteção do Estado, que criou políticas de financiamento a juros subsidiados, que foram preferencialmente destinadas aos grandes produtores para a compra de máquinas, sementes e insumos.

A lógica que baseou a modernização da agricultura identificava desenvolvimento agrícola a desenvolvimento rural. Porém, hoje vemos que onde essas políticas foram implementadas, a agricultura modernizou-se; mas a pobreza rural persistiu. Como afirma MARTINE (1987) a modernização da agricultura não negou o caráter “eficaz” do desenvolvimento capitalista enquanto mecanismo de crescimento econômico, mas não acabou com a pobreza rural e a precariedade das condições de emprego, assim como também não promoveu a distribuição igualitária dos “frutos do crescimento”, aumentando ainda mais as desigualdades sociais.

¹ O termo “industrialização da agricultura” é utilizado no sentido das atividades agropecuárias passarem a constituir ramos de produção semelhantes aos da indústria de transformação (RAMOS, 1999).

O difundido e intenso processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira fez com que esta se tornasse uma atividade cada vez mais especializada, dispensando pouco a pouco, a antes necessária, utilização da mão-de-obra total das famílias rurais (SCHNEIDER, 1999 a).

Na agricultura paulista pode-se visualizar as conseqüências da modernização da agricultura brasileira, pois a evolução da agricultura no Estado, a partir das mudanças na base técnica de produção, foi marcada nas últimas décadas pela alta concentração das terras, uma rápida valorização dos seus preços e redução do nível de absorção da mão-de-obra na agricultura e conseqüentemente, a expulsão de milhões de agricultores de suas terras (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

Essas políticas de modernização da agricultura brasileira, historicamente excluíram um setor importante da produção, qual seja, a agricultura familiar, contrariamente ao que ocorreu nos países capitalistas desenvolvidos, onde apoiaram e favoreceram sua transformação e modernização (ABRAMOVAY, 1992). Esse processo de modernização no Brasil, ao se desenvolver de forma excludente, atingiu somente alguns produtores, principalmente médios e grandes, algumas regiões, como o sudeste e o sul e alguns produtos, em especial, os produtos voltados à exportação.

De acordo com dados do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000) no Brasil há 4.859.864 estabelecimentos rurais ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares, com R\$ 47,8 bilhões de valor bruto de produção (VBP). A agricultura patronal corresponde a 11,4% desses estabelecimentos, ocupando uma área de 67,9% e 61% do VBP, recebendo 73,8% de financiamento total. A alta percentagem do VBP da agricultura patronal é devida, principalmente, a produtos como a cana-de-açúcar e a pecuária de corte que são tipicamente patronais e de alto valor agregado, tendo um importante peso no VBP da agricultura nacional.

Já a agricultura familiar apesar de somar 85,2% dos estabelecimentos possui uma área total de 30,5% e 37,5% do VBP. O percentual do VBP produzido pela agricultura familiar demonstra sua importância em produtos destinados ao mercado interno e também nos principais produtos de exportação agrícola. Os agricultores familiares produzem 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária leiteira, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos. Em relação às culturas, a agricultura familiar produz 33% do algodão, 31% do

arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja, 47% da uva, 25% do café e 10% da cana-de-açúcar.

Apesar da falta de políticas públicas a seu favor, a agricultura familiar vem demonstrando ser mais eficiente do que a agricultura patronal. Isto pode ser comprovado pela renda total por hectare, onde a agricultura familiar produz uma média de R\$ 104,00/ha/ano contra R\$ 44,00/ha/ano da agricultura patronal, e também pelo fato da agricultura familiar ser a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro.

Portanto, em certas áreas a agricultura familiar permaneceu e encontrou diversas formas para se reproduzir. Foi verificado no bairro rural Cabeceira do Boi no município de Araraquara-SP a persistência desse tipo de agricultura e a resistência de agricultores na terra, pois de acordo com informação do Engenheiro Agrônomo da Casa da Agricultura do município, registrou-se uma diminuição no número de agricultores familiares, mas não o seu desaparecimento, pois, na década de 70, havia nesse bairro cerca de 27 propriedades familiares. Nessa ocasião (década de 70) a Casa da Agricultura local trabalhou no intuito da melhoria de produtividade das culturas existentes e introdução de outras culturas para a diversificação da produção. Devido à falta de incentivos do Estado, no decorrer dos anos o número de propriedades diminuiu, chegando hoje ao número de 13 propriedades (Tannuri, F., 2000 – Informação Oral).

O presente trabalho objetivou através da análise evolutiva das práticas agrícolas e do processo de herança dos agricultores familiares que permaneceram no bairro Cabeceira do Boi, avaliar as razões e circunstâncias pelas quais os produtores permaneceram na terra.

Para análise das práticas agrícolas foram utilizados como indicadores os processos de produção, de trabalho, a tecnologia utilizada e a comercialização, a partir da década de 70 até os dias de hoje. A análise da produção englobou os produtos produzidos por esses agricultores no referido período, análise esta que permitiu identificar quais produtos permaneceram e quais foram substituídos por outros, ao longo do tempo nas propriedades.

A análise da tecnologia adotada pelos agricultores procurou fornecer informações sobre as tecnologias de produção mais difundidas entre os agricultores no decorrer do período.

A análise da organização do trabalho na propriedade teve por finalidade identificar se os membros das famílias estão ligados somente à produção agropecuária ou possuem também um trabalho fora dela. Procurou-se também nesta análise identificar o número de pessoas necessárias para as atividades realizadas nas propriedades e a presença de ocupações não-agrícolas ali desenvolvidas.

Através da análise da comercialização, pretendeu-se identificar o destino da produção, as formas de comercialização, isto é, se é o próprio produtor quem faz a ligação com o consumidor ou se há algum atravessador. Pretendeu-se também através desta análise, identificar se esses produtores produzem para o autoconsumo ou se a produção tem apenas um caráter mercantil.

O processo de herança dos produtores familiares do bairro estudado foi analisado através das histórias de vida desses produtores. Com isto, pretendeu-se identificar como se deu a aquisição da propriedade, ou seja, se a propriedade passou de pai para filho (herança), e através dessas respostas procurou-se também identificar se os filhos que receberam a herança são os mesmos que permanecem ainda na propriedade ou se venderam parte da terra aos irmãos ou a outras pessoas.

A hipótese central do trabalho é a de que os produtores do bairro Cabeceira do Boi, através de suas estratégias produtivas e familiares, fato esse diretamente ligado ao processo de herança da propriedade, conseguiram dar continuidade à atividade antes exercida pelos pais.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos, a saber:

- O primeiro capítulo corresponde a uma revisão teórica sobre a questão da produção familiar, passando por uma revisão das formas de herança rural encontradas no Brasil e algumas estratégias encontradas pelos agricultores para a permanência na terra.
- No segundo capítulo encontra-se a caracterização da área de estudo em seus aspectos fundiários e agrícolas, bem como as técnicas utilizadas para a obtenção dos dados.

- No terceiro capítulo apresenta-se um resgate do bairro com ênfase nas relações de parentesco, vizinhança e nas formas de herança e gênero.
- O quarto capítulo analisa as estratégias produtivas e familiares, em especial a pluriatividade e as expectativas dos produtores em relação à agricultura no Brasil.

Finalizando, são apresentadas algumas considerações gerais sobre a importância e a permanência dos agricultores familiares no Brasil à luz do estudo de caso apresentado.

PRIMEIRO CAPÍTULO

2. AGRICULTURA FAMILIAR: UMA REVISÃO

2.1. Teorias sobre Produção Familiar

Dentre os estudos clássicos sobre a agricultura familiar destacam-se os trabalhos de Chayanov. A teoria de Chayanov é centrada na afirmação de que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. De acordo com esses princípios a empresa familiar não se organiza sobre a base de extração e apropriação do trabalho alheio, ou seja, da mais-valia. Sendo assim, a fonte do trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção (WANDERLEY, 1998). Pois para Chayanov, sendo a mão-de-obra um elemento de organização de qualquer processo produtivo, o caráter familiar é um dos principais fatores de organização da unidade econômica camponesa.

Para CHAYANOV (1966)² diferentemente do trabalhador assalariado, o camponês é um sujeito criando sua própria existência, sendo que o seu principal objetivo econômico é organizar o ano de trabalho para atender, primeiramente, a demanda da família, e se possível, poupar ou investir capital. MENDRAS (1978) acrescenta que seu trabalho não é remunerado, pois o grupo doméstico (família) constitui uma comunidade e nesta, cada integrante contribui com sua força de trabalho para garantir sua subsistência, sem haver contabilização do seu trabalho³.

CHAYANOV chamava de balanço entre o trabalho e o consumo

“(...) o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família, sendo a relação entre trabalho e

² Para maiores informações ver ABRAMOVAY (1992).

³ Para MENDRAS (1978, p. 48), “a unidade indissolúvel do grupo doméstico e de seus membros, que são ao mesmo tempo produtores e consumidores, e o fato de que a terra, do ponto de vista da economia do grupo, é um meio de vida e não um capital que deva ser rentabilizado fazem com que o sistema econômico camponês não possa ser analisado nos termos da economia industrial: não se pode isolar de forma significativa, nem salários, nem capital, nem remuneração do capital, nem lucro. As únicas noções operatórias são o patrimônio, o produto final bruto, o tributo e a produção não consumida que pode ser poupada”.

consumo definida internamente na própria composição da família”
(WANDERLEY, p. 32, 1998).

Ou seja, para determinar o volume de trabalho a ser realizado pela família, o camponês executa um balanço no qual, através de uma avaliação subjetiva, define o grau de auto-exploração ao qual a família terá que se submeter para satisfazer a relação consumo/trabalho. O camponês buscará o aumento da produção se o resultado desta, o esforço do trabalho, não resultar na satisfação de suas necessidades. Resumidamente o que define o volume de trabalho da família é o consumo.

Na análise marxista o limite é o salário. Para Chayanov esse limite é determinado pela auto-exploração da força de trabalho da família. Portanto possui papel fundamental a composição familiar, pois definirá o limite de trabalho máximo e mínimo possível.

Portanto:

“para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor camponês recorre ao passado, permitindo-lhe construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho da família, bem como à maneira como deverá definir no tempo o consumo familiar” (WANDERLEY, p. 29, 1998).

O pensamento Chayanoviano sobre a dinâmica interna da família é a de que a relação entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades será responsável pela escolha da família em relação à venda de suas mercadorias e o uso de financiamentos ou insumos de origem industrial (ABRAMOVAY, 1992).

“Da centralidade da família, como portadora do esforço de trabalho e detentora da propriedade tanto quanto definidora das necessidades de consumo, decorre a importância que assume a evolução de sua composição, como elemento-chave do próprio processo de transformação interna da unidade família/estabelecimento, o que Chayanov denominou de “diferenciação demográfica” ” (WANDERLEY, p. 29, 1999).

Para MENDRAS (1978) o campesinato é definido a partir do grupo doméstico, e sua organização tanto econômica quanto social determina sua autonomia frente a sociedade que o domina. Acredita ainda que para o entendimento do camponês, é necessário antes de tudo entender a família camponesa, pois constitui uma unidade indissociável e conta ao mesmo tempo com os braços que trabalham e as bocas a serem alimentadas. Sendo a terra o maior patrimônio da família, a maior preocupação do camponês está na perpetuação do sistema, na manutenção do seu gênero de vida e na continuidade de sua família.

Tradicionalmente, a idéia de agricultura familiar repousa sobre a identidade entre família e exploração. A unidade de produção é um grupo familiar em que os membros estão ligados por laços de parentesco biológico ou simbólico, um grupo que se constitui e se renova tendo como base as relações familiares. Sendo assim, a exploração familiar assegura a subsistência do grupo e representa um patrimônio cuja transmissão é o objetivo principal das estratégias de reprodução do grupo familiar (LAMARCHE, 1993).

Para TEPICHT (1973)⁴, outro clássico da teoria da produção familiar, a família está no centro da economia camponesa e esta, por sua vez, se constitui através da simbiose entre o empreendimento agrícola e a economia doméstica, expressa no coletivismo da família. Seu foco é a economia camponesa, sendo que esta é incorporada à economia capitalista via mercantilização, crescendo e se desenvolvendo, mantendo, contudo, particularidades como a simbiose entre a empresa agrícola e a família.

As principais características da economia e da sociedade camponesa na visão de Tepicht são focadas em quatro pontos a saber: o caráter familiar que se dá através do coletivismo interno e do forte individualismo exterior; as relações entre os fatores de produção; as relações entre economia camponesa e mercado; e as relações entre trabalho e renda.

TEPICHT considera que a família camponesa permite a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores ao das grandes empresas, tendo em vista que o camponês para manter-se na atividade não exige a obtenção de uma taxa média de lucro e sim a obtenção de uma renda que lhe permita a reprodução familiar (ABRAMOVAY, 1992).

Sendo assim, TEPICHT (1973) acredita que:

⁴ Para maiores detalhes ver WOORTMANN (1995).

“(...) contrariamente ao capitalista que não aplica novos fundos sem contar com uma taxa proporcional de lucro, diferentemente do assalariado que demandará para cada hora suplementar de trabalho tanto, senão mais, que por suas horas normais, o ‘pessoal’ de uma exploração familiar camponesa fornece, para aumentar sua renda global, um adicional de trabalho, pago a um preço mais baixo e provocando a queda de seu ‘pagamento’ coletivo”.

Com a venda de suas mercadorias, o produtor familiar é também chamado de pequeno produtor mercantil, já que a agricultura camponesa se reproduz nas sociedades capitalistas modernas como uma pequena produção mercantil. Mesmo nas condições modernas de produção, suas características de reprodução ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõe no estabelecimento familiar e que assim, destinam-se a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. Essa dupla preocupação, ou seja, a integração ao mercado e a garantia do consumo, vem afirmar que o campesinato brasileiro não se restringe apenas à obtenção da alimentação familiar, só acontecendo esse fato quando as portas forem efetivamente fechadas (WANDERLEY, 1999).

A revisão teórica de autores como Chayanov, Tepicht⁵, Mendras e Lamarche procurou destacar suas visões sobre o significado de agricultura familiar seguindo a linha do trabalho na propriedade realizado pela família para que esta atendesse primeiramente suas necessidades.

Os próximos sub-itens sobre a revisão da agricultura familiar referem-se aos estudos de diversos autores sobre as dinâmicas da agricultura familiar no Brasil.

⁵ Revisão aqui apresentada através de olhares de autores como Wanderley e Abramovay.

2.2. Agricultura Familiar no Brasil

2.2.1. Bairros Rurais

Os estudos sobre agricultura familiar no Brasil estão marcados pelas análises sobre bairros rurais elaboradas nas décadas de 50/60. ANTONIO CÂNDIDO (1971) em sua obra “Os parceiros do Rio Bonito” mostra como é enganoso pensar que os caipiras viviam num isolamento, morando cada um nas suas roças, pois estes estavam ligados a uma organização de vizinhança, os bairros rurais. Delimitou, com suas pesquisas, o "bairro rural" como uma unidade mínima de povoamento em áreas rurais paulistas, de nível econômico bastante precário, entrando em decadência muito facilmente e parecendo fadado à degradação social ao sofrer o impacto da industrialização ora em processo no Estado.

QUEIROZ (1973) conclui através da análise sobre a decadência dos bairros rurais do Sertão de Itapeperica, Bacia do Ribeirão das Antas e Taubaté, que o ritmo de crescimento de uma cidade separa-a do meio rural, pois é o equilíbrio do bairro com a região ou cidade que determina seu progresso ou decadência.

Assim, a existência de uma grande cidade próxima aos bairros rurais não é necessariamente fator de desenvolvimento da área rural. Por exemplo, Leme – SP é uma cidade sem desenvolvimento e sem industrialização, e possui uma zona rural de bom nível econômico. Taubaté - SP, cidade em vias de rápido desenvolvimento e industrialização, possui uma zona rural de baixo nível econômico. Independência e complementaridade, por paradoxal que pareça sua reunião, constituem os traços característicos do equilíbrio entre os bairros rurais e a cidade. Porém, é preciso esclarecer que não é apenas o desenvolvimento das cidades que define a decadência dos bairros, sendo a disseminação das grandes fazendas monocultoras outro fator de grande importância (QUEIROZ, 1973).

LECOQ MULLER (1951)⁶ em sua obra “Sítios e Sitiantes” mostra a importância das formas de implantação dos pequenos produtores, “sitiantes”, sendo responsáveis, com a produção de suas culturas, pelo abastecimento do mercado local e ao seu próprio.

⁶ Para maiores informações ver BERGAMASCO et al. (p. 9, 1997).

“Os sitiantes não são uma população dispersa no espaço geográfico e sim inseridos na forma de “bairros rurais”, constituindo-se em um agrupamento de alguns agricultores num território delimitado, marcado pelas relações estreitas entre seus habitantes, muitas vezes caracterizadas por laços de parentesco, mas principalmente de vizinhança”.

Para QUEIROZ (1973) o bairro constitui-se num grupo de vizinhança aberto, podendo receber qualquer família que vier a se estabelecer e assim tornar-se uma reunião de famílias. Algumas possuem laços de parentesco entre si, outras não. As famílias recém chegadas apenas se sentirão integradas ao bairro quando se tornarem compadres de seus vizinhos, dessa forma, o compadrio torna-se um fator de integração social.

Os bairros rurais são uma forma de povoamento bastante antiga, que remonta aos primeiros tempos da civilização portuguesa. A representação do grupo de vizinhança e o gênero de suas relações sociais são, por toda a parte, iguais no Brasil, nas zonas em que conseguiram se implantar (QUEIROZ, 1976).

QUEIROZ (1973) acredita que os bairros rurais são formados pelos seus sítios e estes estão dispersos em torno de um pequeno núcleo central, constituído por uma capela ou uma vendinha e, às vezes, duas ou três casinhas que assim se tornam a “capital” do grupo de vizinhança.

“A noção geográfica e social do bairro se forma a partir do conhecimento da localização da capela, e dos lugares habitados pelas famílias que o compõem. Relações familiares, relações de trabalho, relações religiosas constituem as coordenadas que orientam a percepção do sitiante, que parece ser então até “concêntrica”, pois gira em torno de um pequeno núcleo central” (QUEIROZ, p. 64, 1973).

Dentro dos bairros rurais existem diferenças de riqueza, porém não representam uma estratificação social que seja representativa, sendo que o sitiante proprietário e o não proprietário se encontram no mesmo nível; seus modos de vida são iguais, assim como suas aspirações e necessidades.

“Diferenças de fortunas existem no interior dos bairros, mas não se traduzem por uma estratificação social muito visível o aparecimento desta é sinal de uma transformação profunda, ou mesmo, da destruição do bairro” (QUEIROZ, p. 54, 1973).

No caso específico do bairro do Taquari em Leme – SP, observou-se que não há uma diferenciação social econômica que se baseia na posse ou não da terra, sendo portanto os meeiros não proprietários e os proprietários pertencentes ao mesmo nível social. O bairro rural constitui portanto um grupo social de tendência igualitária (QUEIROZ, 1976).

“Os grupos de vizinhança rurais são muito homogêneos. A estratificação social é aí tênue, tanto mais que os lavradores trabalham a terra quase que exclusivamente com o auxílio da família” (QUEIROZ, p. 50, 1973).

QUEIROZ (1973) relatando sobre o “Sitiente tradicional e a percepção do espaço” diz que a existência do bairro é caracterizada por momentos de dispersão de seus habitantes, que se dão, sobretudo a partir do trabalho agrícola e do lazer. Pois o trabalho muitas vezes pode se dar através de mutirão e o lazer dentro do bairro se faz através de festas religiosas e/ou comemorativas.

Podemos ainda distinguir duas modalidades diferentes de bairros rurais: bairro rural tradicional, que é composto de camponeses, ou cujos habitantes vivem num regime econômico orientado para subsistência; e o bairro rural moderno, composto de agricultores, isto é, produtores que vivem num regime econômico orientado para a comercialização dos produtos agrícolas (QUEIROZ, 1973).

Tanto os bairros rurais tradicionais como os modernos possuem um ponto referencial em comum, isto é, ambos possuem relações sociais e econômicas na atividade agropecuária, o que faz com que seus moradores possuam modos de vida semelhantes.

No município de Araraquara um bairro considerado como rural foi estudado por COELHO em 1991, trata-se do Bairro dos Machados. Este bairro constitui-se num núcleo de pequenos produtores rurais que ainda possui algumas características tradicionais.

De acordo com Ana Maria Martinez Correa, importante historiadora da região de Araraquara, a região foi colonizada através de sesmarias que num determinado momento histórico acabaram por se fragmentar. Essa fragmentação se intensifica de 1700 a 1900e em 1938 os pequenos sítios começam a ser vistos na região.

COELHO (1991) constatou que o Bairro dos Machados se situa na Sesmaria do Ouro, e a propriedade possui uma seqüência de nomes que em 1938 aparece como Bairro dos Machados. Esse bairro possuía um regime de economia familiar bastante forte, onde o número de braços na lavoura era fundamental, pois não contava com o trabalho assalariado, utilizando apenas o trabalho familiar. No momento da pesquisa (1991), a autora observou que essa característica já havia se modificado, assim o regime de economia doméstica já não mais existia, mas ainda há a presença de mulheres e filhos na ajuda na lavoura, dividindo assim o horário escolar, o trabalho fora da propriedade, o trabalho doméstico com o trabalho na lavoura.

No Bairro dos Machados já não existe família nuclear tão numerosa. O que ocorre é que alguns filhos que moram na cidade ajudam os pais nos fins de semana e feriados, quando se faz necessário.

Trabalhos referentes à criação de porcos e gado de leite não existe uma divisão sexual rígida, tanto homens quanto mulheres realizam esse tipo de atividade. Mas o trabalho relativo ao corte de lenha, ir à cidade para apanhar lavagem aos porcos e transações comerciais são tarefas masculinas.

O casamento entre as pessoas do bairro já não é mais preferências, mas ainda ocorre. Com relação ao grau de parentesco há uma ligação entre as famílias mais antigas do bairro, por outro lado, os padrinhos já não são escolhidos necessariamente entre as pessoas do bairro.

Foi observado que o Bairro dos Machados possuía características de mutirão de forma generalizada, sendo realizado na colheita, na limpeza de valetas, nas festas religiosas e no auxílio aos doentes. COELHO (1991) observou que algumas características de mutirão já não mais existem como para a colheita e limpeza de valetas, mas que ainda permanecem características de mutirão relacionadas às festas religiosas. A religião no bairro constitui o principal instrumento de preservação e manutenção do bairro, contando com a participação de todos os seus integrantes.

O processo de desarticulação cultural no bairro é ainda lento e a resistência bastante acentuada, o que torna sua ruralidade ainda bastante forte.

“Toda dinâmica de vida das pessoas deixa indícios de que o rural é muito preservado, especialmente em suas marcas culturais” (COELHO, p. 142, 1991).

2.2.2. Produção Familiar

Os estudos sobre a produção familiar no Brasil têm sido realizados sob vários aspectos. É uma tarefa difícil a diferenciação da produção camponesa, pequena produção e agricultura familiar. O que se tem notado é que a partir dos anos 70, devido principalmente aos efeitos da modernização sobre a agricultura brasileira, os estudiosos sobre o tema direcionaram suas pesquisas para as relações entre agricultura familiar e capital.

Para WANDERLEY (1999) o agricultor familiar é a continuidade das formas anteriores, sendo um agricultor que tem como herança a tradição camponesa que se adaptou às novas exigências do mercado.

É sobre esse pensamento de Wanderley que identificamos o agricultor familiar, o qual não surgiu como uma ruptura do modo de vida camponesa e sim a partir de uma adaptação ao novo cenário econômico, social e cultural vigente.

VEIGA (p. 191, 1991) também discorre sobre o assunto:

“(...) um sistema agrário do tipo camponês nunca é apenas “tradicional” ou de “subsistência”(...). Eles têm uma dinâmica. Sofrem um contínuo processo de adaptação às mudanças que vão ocorrendo ao seu redor. As semelhanças (entre agricultor familiar e camponês) são muitas. Particularmente no que se refere à integração família-empresa. Tanto num caso como no outro é muito difícil distinguir os retornos ao trabalho, à terra e ao capital. Além disto, entre agricultores familiares de economias

desenvolvidas também ocorre auto-abastecimento, embora em menor medida”.

Portanto, as dificuldades em se utilizar termos como agricultor familiar e camponês são muitas, pois ambos possuem características básicas como o trabalho familiar, a propriedade da terra, a produção ligada ao mercado, embora os camponeses utilizem o excedente e em ambos os casos a produção para autoconsumo, é maior em um do que em outro.

Nesse sentido o campesinato brasileiro opera dentro de um ambiente onde os ganhos econômicos aparecem necessariamente da atividade “comercial-especulativa” e esta se baseia na possibilidade de controlar, não diretamente o trabalho alheio, a terra e os meios de produção, mas sim uma parte ou o conjunto dos “meios de circulação”, ou seja, dos instrumentos de valorização dos produtos (MUSUMECI, 1988).

Os camponeses brasileiros têm estratégias econômicas articuladas em dois níveis complementares; de um lado está a atividade mercantil, onde os agricultores familiares possuem um produto ou produtos comercializáveis que são o carro-chefe do sistema produtivo, e por outro lado, essa atividade mercantil é acionada ao autoconsumo, pois o camponês objetiva antes de tudo, assegurar o consumo alimentar da família (WANDERLEY, 1999).

Ao longo dos anos a agricultura brasileira sofreu um profundo processo de transformação. A agricultura familiar permaneceu como um setor importante da agricultura, mesmo enfrentando fortes restrições ao seu funcionamento, como o próprio acesso a terra, ou ainda, a fragilidade do acesso a recursos financeiros além do modelo de modernização conservadora a que foi submetida (WANDERLEY, 1995).

“Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade” (WANDERLEY, p. 38, 1999).

Historicamente no Brasil, a grande propriedade foi o modelo socialmente reconhecido, sendo as políticas públicas direcionadas a essa categoria. Os estímulos recebidos por parte do Estado asseguraram sua modernização e reprodução. Diante disso:

“A agricultura familiar ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira, tornando-se um “setor bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”(WANDERLEY, p. 38, 1995).

Para LAMARCHE (1993) a agricultura familiar brasileira foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade, centradas em três pontos: a grande propriedade, a monocultura de exportação e o trabalho escravo.

O Brasil agrícola é conhecido principalmente como um país das grandes monoculturas, porém os pequenos lavradores, que vivem do produto da policultura de subsistência são ainda bastante numerosos (QUEIROZ, 1976). KAGEYAMA e BERGAMASCO (1989) constataram, através do Censo Agropecuário de 1980, existir no Brasil 5.151.155 explorações agrícolas. Dessas, 3.688.418 podem ser qualificadas como unidades familiares agrícolas, caracterizadas por serem dirigidas pelo produtor (chefe de família) e utilizarem mão-de-obra familiar. Essas explorações correspondem a 72% do total de propriedades.

Apesar da agricultura familiar representar a grande maioria no cenário agrícola brasileiro, as políticas agrícolas adotadas fizeram aumentar a concentração de renda e de terra. Mesmo com toda política agrícola desfavorável no Brasil, a agricultura familiar não apenas resiste como também dá sinais de recuperação, alterando seus mecanismos de sobrevivência e assim tornando-se competitiva dentro do mercado. Este tipo de agricultura, sendo detentora de potencial humano, com políticas públicas adequadas, pode contribuir para o desenvolvimento agrícola nacional (GALLETTA, 1995).

É nesse panorama, e também com as políticas agrícolas voltadas às grandes propriedades para assegurar sua modernização, que o processo do êxodo rural se intensifica, sendo que a partir da década de 40 registrou-se um intenso fluxo de

deslocamento de trabalhadores do campo para as cidades do sudeste brasileiro (GARCIA JR, 1989).

Em várias regiões do Brasil, devido à multiplicação das monoculturas e da criação intensiva, houve um movimento muito grande de migração rural-urbana. As grandes plantações ocupam as terras de melhor qualidade e os pequenos lavradores que conseguem permanecer na região sofrem prejuízos, causando sua decadência. Os que não conseguem permanecer na terra tornam-se assalariados agrícolas nas grandes plantações ou então emigram para as cidades, servindo como mão-de-obra (QUEIROZ, 1976).

Como consequência desse fato, ocorre o inchamento das cidades e parte da população se torna marginalizada. A solução para esse fato está em evitar a evasão dos trabalhadores rurais, assegurando-lhes um trabalho produtivo no campo, se possível, senão que lhe permita, ao menos, produzir sua subsistência ou parte dela (SILVA, 1999).

Diante das dificuldades que a população urbana enfrenta em seu meio, tais como: desemprego, habitação, condições de vida bastante precárias entre outras, as unidades familiares têm a função de conter o avanço da migração rural para as cidades (LAMARCHE, 1993).

A produção familiar no Brasil ocupou um lugar secundário no cenário agrícola, o que pode ser observado desde a época da colonização, onde o modelo de propriedade agrícola era aquele baseado na grande exploração monocultural de exportação. Mas apesar da fala de incentivos, a agricultura familiar persiste e é um setor de grande importância social e econômica para o país.

Nos próximos sub-itens serão apresentadas algumas revisões sobre a questão da herança familiar rural e sobre a pluriatividade, temas que podem ser considerados com formas de estratégias de reprodução da propriedade familiar e conseqüentemente reprodução do grupo doméstico.

2.3. Herança Familiar Rural

O processo de herança rural pode ser uma das alternativas de conter a migração da população rural para o meio urbano, mas por outro lado, pode também ser uma forma de

fragmentação da propriedade. A divisão das terras torna-se inevitável a partir da lei que garante o direito de herança a todos os filhos, mas pode ser contrabalançado com estratégias que o grupo utiliza. Estratégias como a simples doação de tias e madrinhas, a venda da parcela da terra da herança entre irmãos, ou ainda casamentos endogâmicos, asseguram o controle pelo grupo do espaço original da herança (SCHIAVO, 1997).

As regras de herança só se consomem na sua especificidade porque se exerce um tipo de solidariedade entre irmão e irmã, entre irmãos e também entre cunhados. Essa solidariedade entre indivíduos de sexo oposto, mas irmãos, e entre indivíduos do mesmo sexo sendo ou não irmãos, é a condição para que a propriedade se subdivida o menos possível e não se fragmente em área descontínua. São essas relações de parentesco, mediando a vinculação do trabalhador aos meios de produção, que asseguram o direito de trabalho e de herança e, portanto, o direito de produção e reprodução das condições de sua existência social (SCHIAVO, 1997).

Os agricultores da região de Nova Friburgo, mais especificamente em Benfica, estudados por Schiavo em 1997 estão inseridos no processo de produção na condição de proprietários ou parceiros. Essa última condição é em relação à posição dos sujeitos no grupo de parentesco. Os proprietários de terra do Alto de Benfica conservam esta situação jurídica até o fim de suas vidas, pois a partir de então há o processo de partilha da herança. Até então, seus filhos mantêm-se trabalhando na propriedade paterna sob o regime de parceria, com isso há mais de uma unidade de produção na mesma propriedade.

SCHIAVO (1997) estudando a relação de herança em Benfica observou que o costume vigente entre os agricultores familiares, desde os primórdios do povoado, é a partilha sem privilegiar, a priori, qualquer dos filhos, seja ele do sexo masculino ou feminino. A única rigidez em relação às atribuições postas no campo masculino e feminino é o trabalho doméstico (casa) – cuidar das crianças, cozinhar e arrumar a casa – que fica exclusivamente a cargo da mulher, atuando também em atividades consideradas como simples extensão da casa, como por exemplo, tratos com a horta e animais, além de trabalhar na lavoura durante o ciclo agrícola. A intensidade de trabalho na lavoura depende dos picos do ciclo produtivo das culturas: a produção do inhame por exemplo, altera constantemente a posição dos membros da família no processo produtivo, sendo o cultivo do mesmo o controlador do processo de trabalho. O serviço na lavoura (nesse caso o

inhame e lavouras secundárias), de maneira geral, fica ao encargo do casal até o momento dos filhos homens alcançarem a idade suficiente – o que ocorre por volta dos 14 anos de idade – para o trabalho na roça, liberando assim a mulher da dedicação à lavoura durante o ciclo agrícola. A presença de filhos homens na família pode ser um fator de importância para a liberação da mão-de-obra feminina na lavoura em favor do trabalho doméstico. Portanto, podendo atualizar o modelo da conjunção feminino-doméstico, os homens tomam a si a responsabilidade pela roça até que, ocasionalmente, devido as urgências do processo de trabalho, peçam a presença feminina.

Os filhos, aos 17 anos começam a se desligar da unidade de produção dos pais e demais irmãos solteiros; o filho solteiro forma com os pais e irmãos solteiros uma unidade de moradia e trabalho dando ao pai a meia produção, pois este é o dono da terra. Os frutos do trabalho realizado na lavoura sob o regime de meação destinam-se à poupança que se reverterá nos meios sob os quais se assenta a nova condição de produtor ao inaugurar com sua mulher outra unidade de produção. Assim, despesas como a construção ou compra de casa, no terreno paterno, que abrigará o novo casal e seus filhos, ficam por conta do filho. Somente a condição de homem casado lhe garante formar uma nova unidade de produção familiar, com residência nas terras do pai, fornecendo ainda uma terça parte de sua produção ao pai. É através do casamento que se desligará definitivamente da unidade de produção e residência paterna (SCHIAVO, 1997).

MOURA (1978) em seu trabalho realizado em São João da Cristina (sul de Minas Gerais) vê a sociedade camponesa como uma organização de produção, consumo e também de reprodução, sendo que a herança é estudada como uma dimensão social estratégica quanto ao conhecimento da mudança social e da permanência do sistema social camponês.

Constatou-se que em São João da Cristina a herança da unidade produtiva não se faz exclusivamente pelas regras jurídicas contidas no Código Civil Brasileiro⁷, sendo este cumprido em parte ou não cumprido, ou então cumprido de forma degradadora porque os costumes adquiridos simplificam ou ignoram as leis; as regras locais de herança

⁷ O Código Civil Brasileiro disciplina a condição de proprietário privado a qualquer indivíduo. Para que exerça esse direito, o indivíduo dever ter no mínimo 21 anos, não discrimina sexo (masculino ou feminino). Podendo ser proprietário privado da propriedade através da compra do imóvel, por acessão (modificação de espaços físicos por movimento da própria natureza fazendo surgir um novo território, como por exemplo, a formação de uma ilha) ou por atuação do homem (usucapião) ou ainda pelo direito hereditário (MOURA, 1978).

desenvolveram uma dialética própria⁸. A herança pode não estar relacionada à morte de um membro da família (pai ou mãe)⁹. Os camponeses em São João da Cristina vêem a herança como sendo apenas uma etapa na totalidade de regras que envolvem a partilha da terra, pois quando um filho homem atinge a maioridade diz-se que está emancipado, isso ocorre na época do retorno do serviço militar. O pai começa a tratar o filho de maneira diferente, doando-lhe uma parte da terra na propriedade, e o filho deverá trabalhar para ele mesmo sem, no entanto, deixar de trabalhar no restante das terras do pai que produzem para a família. Só depois de casado poderá trabalhar exclusivamente na própria terra, garantindo o sustento de sua família.

O trabalho masculino é separado do trabalho feminino de maneira radical. Ambos são considerados como trabalho, entretanto existe um trabalho na casa e um trabalho na roça. Cabe à mulher - mãe e filhas a partir de 7 ou 9 anos - o trabalho realizado na casa. Este trabalho no lar é também para o lar, ou seja, aquelas tarefas que visam garantir bens alimentícios, objetos ou serviços que servem à sobrevivência dos membros da casa. É o trabalho que inclui atividades na dispensa (área coberta de telhas situada à parte posterior da habitação próxima à cozinha) e também no terreiro (área descoberta, de terra batida, que se segue à dispensa). O trabalho na roça cabe ao homem desenvolver, ou seja, ao pai e seus filhos a partir de 8 ou 9 anos. A negociação da produção também é uma atividade masculina.

A divisão de trabalho cria um tipo e uma área de atuação exclusiva para o homem e para a mulher. Voltado para o funcionamento da unidade de produção, o homem aparece nela e também naquelas atividades que dependem de um contato com o meio externo: os contatos comerciais. Restrita à casa, a mulher tem toda a sua atuação voltada para a unidade de consumo (MOURA, 1978).

O ponto fundamental desta análise para a compreensão das regras de herança da terra em São João da Cristina está justamente na diferenciação das esferas de trabalho quanto ao sexo e suas implicações. A mulher atua na casa, considerada como unidade de

⁸ A reprodução camponesa está intimamente ligada à produção e à reprodução das unidades domésticas, por meio de estratificações individuais ou coletivas. Os processos de herança são flexíveis, não obedecendo necessariamente normas costumeiras, a forma de herança não possui normas claras são, portanto adaptações de estratégias familiares (TEDESCO, 1998).

⁹ SHANIN citado por MOURA (1978) observou na Rússia pré-revolucionária que o Código Civil desconhecia a lei camponesa, que reconhecia a repartição da unidade familiar em favor de outras unidades recém formadas. Sendo assim, para que os direitos fossem adquiridos não se necessita da morte dos proprietários.

consumo, onde desempenha um papel complementar ao masculino, que atua na área da unidade de produção. Tudo aquilo que está ligado ao trabalho com a terra é atribuição do homem e tudo o que está associado à preparação para o consumo do que a terra produziu é atribuição da mulher.

A mulher em São João da Cristina não trabalha na roça e nem negocia, mesmo sendo sua própria terra. É aproveitada a circunstância de um casamento por comunhão de bens para transferir a direção da terra às mãos do marido e este juntará essa terra à que originalmente possuía, o que obviamente não será uma junção física porque normalmente se trata de lotes distanciados entre si.

Ao invés de trabalhar separadamente os lotes (do marido e da mulher), o marido poderá comprar o lote de sua irmã, que é junto ao seu. Para obter dinheiro para compra, deve vender o lote que a mulher trouxe do casamento. E haverá sempre um comprador potencial nessa transação, que é o irmão de sua mulher, interessado também pelo fato do lote de sua irmã ser confrontante com o seu. Desse modo, a maior incidência de filhas numa determinada família vem favorecer os filhos de sexo masculino, pois estes absorvem as parcelas das irmãs, que se conformam às regras do grupo e retira-se a partir do momento do casamento para as terras do sogro (MOURA, 1978).

Os sitiantes de São João da Cristina são proprietários econômicos de suas terras, no sentido que detêm o controle efetivo da terra e dos instrumentos de trabalho e que coincide ali com a propriedade privada jurídica nos termos do Código Civil Brasileiro. Essa coincidência não pode ser dada como geral, já que, em função das regras que visam o benefício ao acesso a terra de filhos homens, sempre que atinjam a maturidade (idade entre 19 e 22 anos) e a nubilidade, uma única propriedade privada jurídica pode vir a abrigar duas unidades econômicas independentes, ou seja, a casa e roça paternal e a casa e roça da família do filho recém casado.

Portanto, pode-se considerar como ponto de partida para a herança em São João da Cristina a idade de aproximadamente 18 anos para os filhos homens de uma família. A partir de então, já há regras codificadas em torno da passagem do patrimônio territorial, por menor que seja a parcela de uma geração a outra, no caso de pai para filho. A emancipação, período crítico que prepara o sexo masculino para uma próxima aquisição plena da condição de camponês independente, é acionada com a concessão, por parte do

pai, de uma parcela de terra dentro de sua propriedade ao filho. Este, ali cultivando, deverá retirar a renda do produto em seu benefício. Trata-se de um “direito”, um “presente” que o pai dá ao filho (MOURA, 1978).

Juridicamente, para efeito das leis civis como um todo e tratando-se de um matrimônio por comunhão de bens, os pais desse filho homem são os únicos proprietários da terra, já que a parcela a ele concedida foi uma fatia dentro da sua propriedade, assegurando a independência econômica de um filho. Os sitiantes também se referem àquela terra pertencente a um único dono, o pai, doador de uma parcela ao filho. Assim, tanto para o Código Civil como para as regras locais, prevalece uma noção de indivisibilidade da propriedade.

Já a propriedade adquirida pelo direito hereditário, está associada à morte do proprietário, sendo herdeiros legítimos os descendentes (filhos(as)), os ascendentes (pais), o cônjuge sobrevivente e os colaterais (irmãos)). A mulher casada por comunhão de bens quando ocorre a morte do marido, retém como herdeira 50% do valor total dos bens. Os 50% restantes serão divididos entre os filhos. Quando ocorre a morte da mulher, o marido retém preferencialmente a moradia e mais ou menos metade das terras, cedendo o restante aos filhos, já que pretende um novo casamento, pois é muito difícil que um homem viva só ou mude-se para a casa de um filho casado. O novo casamento pode ser com uma irmã mais nova da falecida mulher (se ainda solteira), ou então com uma mulher do mesmo bairro. Se a sobrevivente for a mulher, esta retém somente a moradia, concedendo toda a terra aos filhos, já que não poderá cultivá-la nem dirigir filhos menores para esta tarefa. Um filho ou filha casada vai morar com ela ou então ela prossegue na moradia conjugal com os filhos solteiros. O resultado da herança pára na divisão teórica dos lotes para os herdeiros, isto é, já que todos usufruíram independentemente desta terra ou que passam a usufruir (MOURA, 1978).

Filhos numerosos são uma exigência na relação conjugal, já que sua mão-de-obra dentro da propriedade começa quando atingem a idade de 7 ou 8 anos. Ao mesmo tempo em que aumenta a mão-de-obra familiar, está se criando uma ameaça de excessiva fragmentação da terra quando ocorrer o processo de herança no matrimônio paternal. É esta uma contradição fundamental na reprodução da área como camponesa. Para reduzir seus efeitos é preciso poupar ao máximo o fracionamento do patrimônio.

Observou-se que houve uma diminuição no tamanho das famílias em São João da Cristina, mas provavelmente, sendo sentida por parte delas a necessidade de poupar as propriedades da fragmentação, a solução esteja na migração de herdeiros e não num controle de natalidade. Pois sempre haverá filhos mais vocacionados ao trabalho na terra, e também aqueles inclinados a migrar e ter uma ocupação urbana. Quando ocorre tal fato, o irmão que sai cede a área correspondente a sua parte a um dos irmãos ou ao conjunto deles através de um acerto, que se pode dar de modo que o irmão que ficou cultiva durante o ano agrícola e ao final envia certa quantia para o que saiu; ou então os irmãos que ficaram entram na posse da terra (MOURA, 1978).

O filho em São João da Cristina mesmo depois de casado, que habita a terra paterna com casa de morada e roça independentes, também tem obrigações, ainda que eventuais, de trabalho com o pai de idade avançada que pode solicitá-lo. Mas apesar das atuações do filho nas plantações do pai é possível falar em duas unidades econômicas independentes dentro de uma mesma propriedade jurídica, já que predomina a autonomia das unidades (MOURA, 1978).

Para MOURA (1978) a reposição do patrimônio territorial significa mais do que colocá-lo nas mãos dos descendentes diretos da família, é antes de tudo uma forma de assegurar a reprodução da área como camponesa.

ELLEN e KLAAS WOORTMANN (p. 71; 73, 1997) em suas pesquisas no sertão de Sergipe, informaram-se de que:

“meninos e também meninas, por volta dos 14 anos, recebem uma pequena extensão de malhada, separada da principal, para que ‘tomem gosto’. O pai lhes ‘dá o terreno’ e também lhes ‘dá o tempo’, numa área marginal que não entra no cálculo da produção familiar, onde se ocuparão durante um tempo também marginal. Embora continuem a trabalhar no roçado da família, o tempo que lhes foi ‘doadado’ pelo pai é utilizado para formar parte da poupança necessária ao seu futuro casamento”.

WOORTMANN (1995) observou em seus trabalhos que tanto em Lagoa da Mata (Sergipe) quanto em Dois irmãos (Rio Grande do Sul) a mulher também é excluída das

relações de herança sendo, portanto, coagida a vender sua parte na herança ao irmão e o dinheiro recebido pela venda da terra será utilizado por seu marido para a compra de outra terra, que possivelmente é a de sua irmã. A mulher torna-se apenas uma mera intermediária na transação.

As transações irmã-irmão são na verdade transações entre cunhados, já que a mulher fornece o material para operar a regra que se dá em função de interesses que apenas indiretamente lhe dizem respeito.

A mulher casada, mesmo aparecendo como proprietária jurídica da terra, não será reconhecida como tal no bairro, já que a terra onde o casal cultiva e reside é sempre terra do homem. Em se tratando da condição de solteira é o seu irmão quem passará a cuidar da terra, os arranjos orais dispensam transações. O trabalho na terra assegura, portanto ao homem o direito de proprietário da terra, enquanto a mulher que é dedicada exclusivamente às atividades domésticas, torna-se excluída desse direito.

Em estudos realizados por WOORTMANN (1995) concluiu-se que tanto o casamento como a herança possuem algumas características que são únicas da área rural; sendo o casamento não visto apenas como uma forma de reprodução social, mas também como uma maneira de preservação do patrimônio, que no caso é representado pela terra.

A relação de parentesco estudada tanto por SCHIAVO (1997) como por WOORTMANN (1995) aparece como campo destacado nas relações sociais, pois o parentesco intervém diretamente na relação de trabalho, conferindo especificidade à parceria local. Essa relação mostra quais os que possuem direito à participação que visa assegurar ao mesmo tempo o acesso a terra como espaço de produção e de reprodução das condições camponesas de existência.

Nos trabalhos realizados por HEREDIA (1979), verifica-se que é através do roçadinho¹⁰ que os filhos homens são preparados para as futuras unidades de produção que irão constituir. O mesmo tratamento não é dado às filhas, pois não recebem pedaço de terra como seus irmãos, nem mesmo após o casamento. Há uma divisão de trabalho entre homens e mulheres, e a análise dessa divisão serve como chave para a compreensão da lógica das regras de herança ali encontradas.

¹⁰ Roçadinho é o termo adotado por Heredia para identificar a existência de roçados individuais, pertencentes aos filhos e à esposa do chefe de família. Mesmo sendo dono do roçadinho os filhos não deixam de trabalhar no roçado do pai, isso só ocorre a partir do momento do casamento.

Segundo HEREDIA (1979), o pequeno agricultor é definido pelo trabalho que realiza na terra, sendo que a perda desta implica no seu desaparecimento como categoria social. Ele nasceu ligado a ela e esta deve ser passada a seus filhos. Nesse sentido mostra-se a necessidade da sua continuidade ligado ao trabalho na terra.

Através do processo de herança da terra muitos agricultores encontraram estratégias para a continuidade da propriedade familiar e conseqüentemente da sua própria reprodução. Percebe-se que na maioria dos casos a mulher torna-se excluída desse processo, o que também se caracteriza em uma estratégia de reprodução do grupo, já que a terra da mulher passa a ser incorporada à terra do irmão e assim evita-se a fragmentação da propriedade.

A seguir será mostrada uma outra forma de estratégia que agricultores familiares encontraram para a permanência no campo, trata-se da pluriatividade.

2.4. Teorias sobre Pluriatividade

Embora pouco conhecida no Brasil, a agricultura de tempo parcial e a pluriatividade é bastante conhecida nos chamados países desenvolvidos, especialmente nos países da Europa. Existem relatos de que a denominação *part-time farming* foi utilizada de forma pioneira na década de 30 por economistas americanos. O mesmo ocorreu com a palavra *pluriactivité*, usada nos anos 60 pelos teóricos franceses para caracterizar as propriedades que desempenhavam múltiplas atividades produtivas (SCHNEIDER, 1999).

A partir dos anos 60 a pluriatividade passou a ser foco dos estudos de sociólogos rurais na França. Num primeiro momento não foi bem aceita: o argumento era de que as rendas obtidas fora da propriedade satisfariam as necessidades do produtor que então substituiria a atividade agrícola como principal fonte de renda pelas obtidas fora da propriedade, e isso poderia acarretar na perda de identidade do agricultor. Porém alguns anos depois percebe-se que a pluriatividade não era um fator de exclusão do agricultor da atividade agrícola e sim uma alternativa que passou a garantir a sua reprodução social e econômica.

A perda da identidade de produtor não tem significado enquanto este possui a propriedade da terra. A esse respeito GRAZIANO DA SILVA (p. 131,1981) completa:

“(...) A noção de empregado ou desempregado não ganha o seu sentido pleno enquanto o trabalhador é o próprio trabalhador direto de sua subsistência; e nem mesmo quando produz apenas uma parte desta, complementando o seu trabalho com o assalariamento temporário em propriedades vizinhas”.

O autor que mais avançou nos estudos da agricultura de tempo parcial na literatura internacional foi Anthony Fuller¹¹. Fuller fez a seguinte periodização sobre o assunto:

- Antes de 1930: os estudos estavam ligados às análises da protoindustrialização e à emancipação das atividades fabris do período feudal;
- De 1930 até 1950: identificada como produção de baixa escala, o que é incompatível com a modernização;
- A década de 1950: estudos economicistas nos EUA e Europa. Nos EUA a agricultura de tempo parcial ainda continuava a ser vista negativamente e na Europa do pós-guerra foi associada a trabalhadores que moravam no campo e eram operários na cidade;
- A década de 1960: debate sociológico sobre agricultura de tempo parcial. Torna-se num elemento característico das sociedades em transição: do simples para o complexo, do rural para o industrial;
- De 1975 a 1985: a agricultura de tempo parcial é vista como uma alternativa de fixação da população no meio rural, da redução das migrações e de assimilação dos impactos da modernização.

A partir do final dos anos 80 tem-se a necessidade de reduzir a superprodutividade e reformar as políticas agrícolas nos países desenvolvidos. Durante os anos 80 a expressão agricultura de tempo parcial foi substituída por *multiple job holding* e depois por *pluriativité* (SCHNEIDER, 1999).

Apesar do tema pluriatividade ser abordado pela literatura internacional desde os anos 60, no Brasil essa discussão começa a ganhar espaço, dentro de uma linha de pesquisa sistemática e de âmbito nacional, apenas no início dos anos 90 (BASALDI, 2000). Pois

¹¹ Para maiores informações ver SCHNEIDER (1999).

nessa década a noção de pluriatividade foi estudada considerando-se o papel de complementaridade da renda da família como uma forma de estratégia de reprodução social em um contexto marcado pela integração dos mercados rurais e urbanos através das modernas estratégias de expansão industrial e das novas relações de trabalho (TEIXEIRA, 1998).

Entretanto, a utilização de práticas não-agrícolas no meio rural brasileiro não é recente, pois foi analisada como uma situação de reprodução social e também do grupo doméstico em determinadas situações desfavoráveis a esse grupo¹².

GRAZIANO DA SILVA et al. (1980, p. 103) lembram que no Brasil:

“(...) provavelmente boa parte do contingente de assalariados temporários é constituída por pequenos proprietários, parceiros e arrendatários que, impossibilitados de garantir sua sobrevivência unicamente pelo produto do seu trabalho no seu lote de terras, são obrigados a se assalariar em determinados períodos do ano”.

Muitas das atividades hoje consideradas como novas dentro do meio rural, são na verdade atividades antigas utilizadas pela família rural, que antes não tinham um caráter econômico, e hoje tornaram-se economicamente importantes. Atividades como a piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, fabricação de conservas, pesque-pagues, entre outras, acabaram se transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O meio rural brasileiro possui novas funções e por isso não pode mais ser visto apenas por suas atividades agropecuárias e agroindustriais. As famílias pluriativas são aquelas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas na ocupação de seus membros, ou seja, deixam de ser apenas agricultores e/ou pecuaristas e combinam diversas formas de ocupação nos vários ramos de atividades agrícolas ou não e que hoje fazem parte do novo cenário rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

¹² Para melhor compreensão ver Seyfeth, 1987; Garcia Jr., 1989 e Lovisolo, 1989.

GRAZIANO DA SILVA (1996) registrou que nos anos 60 e 70 houve um número expressivo de trabalhadores rurais se deslocando da zona rural para as periferias das cidades e que nos anos 80 esse número não só havia caído significativamente como estava ocorrendo uma “urbanização do meio rural” e isso se dava pelo fato do aumento das atividades não-agrícolas praticadas por essa população.

Em 1990 GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI (1997) atentam para o fato de que cada cinco pessoas residentes no campo, em um dos estados de agricultura mais desenvolvida que é o estado de São Paulo, apenas duas ocupavam-se em atividades agropecuárias, enquanto as outras três possuíam um emprego em atividades não-agrícolas, ainda que residissem no meio rural.

Nos anos de 1992 e 1995 através dos dados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) percebe-se que houve uma queda das pessoas do meio rural ocupadas em atividades agrícolas, porém esse fato não significou uma redução dessa população na zona rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

“O que segurou gente no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias “strictu sensu”, mas sim as ocupações não-agrícolas: cerca de um milhão e meio de pessoas residentes em áreas rurais encontraram em ocupações diversas das atividades agrícolas, novos postos de trabalho entre 1981 e 1999 no país” (GRAZIANO DA SILVA e DEL GROSSI, 1997).

SCHNEIDER (p. 11, 1999) também discorre sobre o assunto:

“A redução da população ocupada em atividades agrícolas não significa que haja uma retomada do êxodo rural iniciado na década de 1960. No período recente, especialmente a partir dos anos oitenta, a queda do emprego agrícola tem sido compensada parcialmente pelo crescimento da população rural ocupada em atividades não agrícolas”.

Percebe-se hoje que o emprego agrícola está diminuindo sem, no entanto haver êxodo rural, o que não ocorria há décadas, pois quando a pessoa perdia a função agrícola, perdia também a moradia no meio rural.

Para GRAZIANO DA SILVA (1999) a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais torna-se a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. O Projeto Rurbano¹³ faz uma caracterização do “novo rural brasileiro” através dos dados de 1981 e 1990 das PNADs revelou que as rendas médias de atividades não-agrícolas das famílias rurais brasileiras foram substancialmente maiores do que as rendas médias das famílias com atividades agrícolas. Esses dados mostram que a possibilidade da pluriatividade com empregos não-agrícolas foi essencial para estabilizar as rendas das pessoas no meio rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

WANDERLEY (1999) considera que o trabalho extra-agrícola na maioria dos casos torna-se uma necessidade estrutural, ou seja, a renda obtida nesse tipo de ocupação vem a ser indispensável para a reprodução tanto da família como do próprio estabelecimento familiar. Portanto o trabalho fora da propriedade possui duas funções sociais, uma que é a de manter a população rural no campo e a outra viabilizar as pequenas unidades de produção que não conseguem responder às demandas do mercado tendo como exclusividade a atividade agropecuária (CARNEIRO, 1999).

Assim, a combinação de atividades não-agrícolas com atividades agrícolas dentro de uma família rural surge como alternativa para cessar problemas como a alta taxa de migração rural-urbana e a desvalorização da agricultura familiar, problemas esses que estão associados às dificuldades da agricultura em garantir o necessário para a reprodução da unidade de produção (CARNEIRO, 1998).

A partir do momento que o modelo produtivista não garante a manutenção da agricultura familiar, é através da racionalidade familiar que se formulam mecanismos de adaptações ao novo modelo, portanto, é a lógica da reprodução social que passa a orientar

¹³ O Projeto Rurbano pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural brasileiro nas últimas décadas a partir dos dados das PNADs. É um trabalho onde envolve diversos pesquisadores e tem a coordenação do Professor José Graziano da Silva. Maiores informações [<http://www.eco.unicamp.br/projeto/rurbano.html>].

as atividades econômicas, e estas não se limitam à agricultura. A permanência desses agricultores em suas propriedades deve-se ao caráter familiar. Esse “novo rural” é caracterizado pela múltipla inserção do indivíduo ao mercado de trabalho sendo, portanto, conhecido pela pluriatividade (CARNEIRO, 1998).

A família rural é um grupo social que ocupa um mesmo espaço, não necessariamente a mesma habitação, e cujos indivíduos estão ligados entre si, sobretudo através de um bem comum, qual seja, a unidade familiar de produção e também através de laços de parentesco. É portanto, a família, quem administra a reprodução social de seus membros.

Procurou-se através de uma revisão bibliográfica, fazer aqui uma abordagem geral sobre os temas relacionados com a atividade familiar na agricultura. A seguir, no segundo capítulo, serão apresentados dados sobre a metodologia utilizada e também dados empíricos sobre o bairro rural estudado.

SEGUNDO CAPÍTULO

A região de Araraquara possui uma agricultura onde predominam as lavouras da laranja e da cana-de-açúcar. A economia agrícola do município estava baseada quase que exclusivamente no café até a crise de 1929. Em resposta à crise cafeeira que afetou fortemente a economia paulista, a agricultura de Araraquara passou a diversificar suas culturas, expandindo na década de 40 os cultivos de cana-de-açúcar, feijão, algodão e milho. No entanto, apesar do movimento de diversificação, a cana-de-açúcar se sobressaiu sobre as demais culturas (PAULINO, 1989).

Investimentos em fontes alternativas de energia que culminaram com o PROÁLCOOL consolidaram a cana como um produto básico da agricultura araraquarense. Entre os anos de 1970 e 1985 a área cultivada de cana cresceu 149%, o que tornou o município no segundo maior produtor de cana-de-açúcar do estado, perdendo apenas para Piracicaba (MOREIRA, 1995).

Outra cultura importante na agricultura do município é a laranja. A laranja começou a ganhar projeção no município nos anos 50, mas foi na década de 60, após a geada ocorrida na Flórida onde foi comprometida a safra norte americana de laranja que a citricultura brasileira expandiu para o mercado externo, surgindo no país agroindústrias processadoras de frutas cítricas. A primeira delas, a Sucona S/A, foi instalada em Araraquara em 1963, depois de 4 anos foi vendida para a Sucocítrico Cutrale S/A, localizada no mesmo município abrindo assim o caminho para o desenvolvimento da citricultura no município e na região (PAULINO, 1989).

No ano de 1960, as culturas da cana e da laranja representavam juntas uma participação de 13% na área agrícola total, em 1970 essa participação cresce para 31,71%, em 1975 passa para 35,28% e em 1980 chega a 65,09% do total da área agrícola de Araraquara. Em contrapartida, outras lavouras perdem área de cultivo, no período de 70-85 perdem área para a cana e a laranja as culturas de algodão, arroz, mandioca, café e soja. (CELESTE, 1987).

A significativa presença de culturas típicas da grande empresa agrícola no município caracteriza sua estrutura fundiária como sendo bastante concentrada. O número absoluto de estabelecimentos agropecuários cai de 896 em 1970 para 599 em 1985 (MOREIRA, 1995).

Em 1970, a área ocupada pelo conjunto de estabelecimentos agropecuários com mais de 1000 ha era de 40.460 ha; em 1985 esse mesmo conjunto ocupava uma área de 54.725 ha, ou seja, diminuiu o número geral de estabelecimentos no município e aumentou o tamanho dos mesmos. A partir de então, coloca-se a indagação quanto à caracterização e destino da pequena propriedade numa área com tendência crescente à concentração da produção e da propriedade.

Procurou-se fazer um apanhado geral da situação agropecuária do município de Araraquara, com relação às principais culturas exploradas e ao tamanho das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA).

A paisagem agrícola do município de Araraquara é tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por culturas de exportação, fundamentalmente a cana-de-açúcar e a laranja. A área total ocupada pela cana segundo dados do Projeto LUPA 1995/96 chega a 225928,50 ha e para a laranja 96054,20 ha. Basicamente, as propriedades que produzem esses tipos de culturas fazem parte daquelas que possuem uma área superior a 100 ha, enquanto as propriedades com menos de 100 ha destinam-se à produção agropecuária para o abastecimento interno. A Tabela 1 mostra a área e a quantidade de UPAs no município.

Tabela 1 - Área e Quantidade de UPAs em Araraquara.

ÁREA DAS UPAs (ha)	QUANTIDADE DAS UPAs	% UPAs	TOTAL DA ÁREA (ha)	% ÁREA
00-10	1136	16,13	6064,80	0,96
10-20	1361	19,33	20297,40	3,22
20-50	1473	20,92	47232,90	7,49
50-100	744	10,56	53381,90	8,48
100-200	506	7,18	71537,30	11,35
200-500	449	6,38	140749,60	22,32
> 500	1373	19,50	291147,40	46,18
TOTAL	7042	100,0	630411,30	100,0

Fonte: Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo, Projeto LUPA, 1995/96.

Através dos dados do Projeto LUPA (1995/96) pode ser observado que a maior quantidade de UPAs existentes no município possui uma área inferior a 100 ha, que é inversamente proporcional à área total existente, já que as propriedades com mais de 100 ha ocupam uma área total de 503434,30 ha, enquanto as propriedades com menos de 100 ha ocupam uma área total de 126977 ha. Esse fato só vem afirmar a constatação de que no Brasil as chamadas “grandes propriedades” correspondem a 11,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros ocupando 67,9% da área total (Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000).

Tendo em vista os objetivos propostos foi selecionado o bairro Cabeceira do Boi que está localizado na região norte da cidade a 12 km do núcleo urbano.

Figura 2 - Localização Geográfica do Bairro Cabeceira do Boi no Município de Araraquara-SP.



Fonte: Prefeitura Municipal de Araraquara, 1997.

O presente trabalho foi centrado num grupo de produtores familiares localizado no pequeno bairro rural denominado popularmente como Cabeceira do Boi. Não se sabe

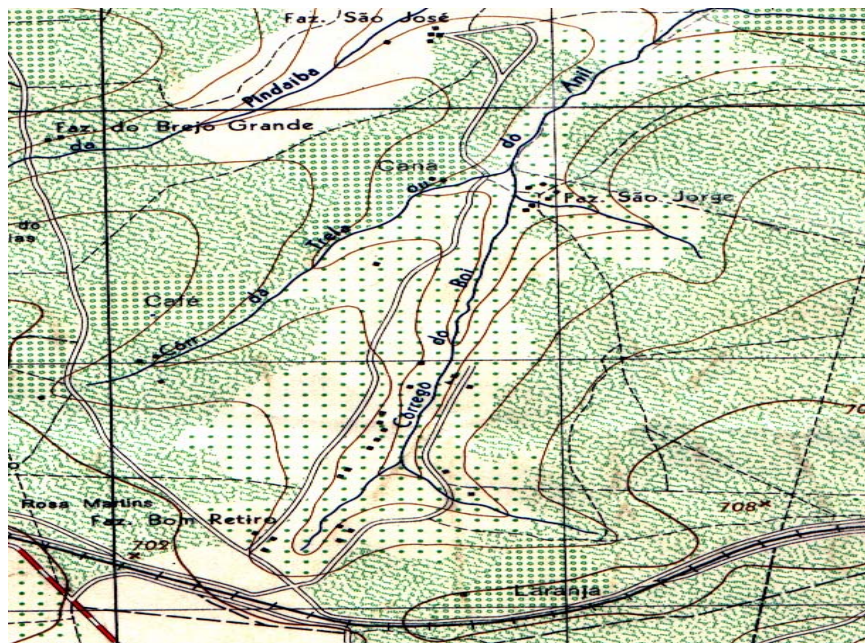
até hoje quem deu este nome ao bairro. O nome é justificado pelo córrego ali existente denominado Córrego do Boi, o qual possui duas nascentes que, se avistadas de longe, lembram a cabeça de um boi, daí a denominação Cabeceira do Boi. Nesta região é comum a denominação dos bairros através dos córregos. Outros exemplos de bairros na região cujos nomes se deram a partir de córregos podem ser citados, como é o caso do bairro Rancho Queimado cujo nome vem do Córrego Rancho Queimado, bem como o Córrego da Cabriúva que denominou o bairro da Cabriúva, e assim por diante.

Esse bairro é caracterizado como rural levando em consideração a definição dada por CANDIDO (1971), que entende ser o bairro rural um local de agrupamento de famílias ligadas ou não por laços de parentesco e pelo sentimento de localidade.

A constituição do bairro é de pequenas propriedades agropecuárias, que possuem em média 18 ha. Através de relato oral do Engenheiro Agrônomo da Casa da Agricultura de Araraquara, havia nos anos 70 aproximadamente 27 propriedades familiares no bairro as quais plantavam principalmente café e laranja, que eram comercializados junto às indústrias e comerciantes da região. Juntamente com essas culturas plantavam-se também culturas de subsistência tais como feijão, arroz, milho, algumas hortaliças e ainda contavam com a criação de pequenos animais. Com o passar dos anos foram introduzidas no bairro outras culturas, como por exemplo, o quiabo, chuchu, bucha, abobrinha, melancia, mamão e soja, objetivando a diversificação da produção e o aumento da rentabilidade. Atualmente tem-se na área cana-de-açúcar, laranja, hortaliças, mandioca, chuchu, tomate e café, criações leiteiras, de corte e aves. Com o decorrer dos anos, devido principalmente a falta de incentivos, o número de propriedades diminuiu, atingindo atualmente 13 propriedades.

Apesar do bairro pertencer aos limites do município de Araraquara ele foi localizado geograficamente através da carta topográfica do município vizinho de Rincão (Figura 3) elaborada no ano de 1971 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sendo hoje o registro mais recente.

Figura 3 – Localização do Bairro Cabeceira do Boi, na Carta Topográfica do Município de Rincão-SP*.



Fonte: IBGE, 1971.

* Embora o bairro pertença ao município de Araraquara ele só pode ser localizado na Carta Topográfica do município de Rincão.

Observando a Figura 3 podemos notar que o bairro localiza-se logo depois da linha férrea. Para se chegar neste bairro é necessário passar por baixo de um pontilhão. Nota-se também que existe no bairro duas estradas que estão localizadas paralelamente ao Córrego do Boi, onde encontram-se as propriedades; vê-se também através desta figura o Córrego do Boi, córrego este que deu origem ao nome do bairro. Este córrego desaguará no Córrego do Anil, que por sua vez, se juntará ao Córrego da Pindaíba e assim por diante, até chegar ao Rio Grande.

3.2. Técnicas Utilizadas para Levantamento e Análise dos Dados

1) Questionário

O questionário foi elaborado com a finalidade de obtenção de dados atuais das propriedades, servindo como instrumento de obtenção de dados quantitativos¹⁴.

Para a elaboração do questionário necessitou-se primeiramente de um aprofundamento da literatura e também de um primeiro contato com a população da área em estudo, objetivando o esclarecimento do problema a ser estudado. Os dados fornecidos pelo questionário são relativos a caracterização sócio-econômica da população da área fornecendo também informações atuais sobre a produção, comercialização, instrumentos técnicos e o trabalho em cada família.

Antes da aplicação do questionário foi realizado um teste do mesmo, o qual objetivou avaliar a eficácia do instrumento de obtenção dos dados, ou seja, medir a capacidade de compreensão, o grau de aceitação e a facilidade de interpretação pelos agricultores.

A aplicação do questionário foi realizada nos meses de maio e junho de 2001 e foram aplicados nas 13 propriedades existentes no bairro.

2) Entrevistas com agentes de atuação na área

Nas ciências sociais a entrevista é uma técnica por excelência para a investigação em campo. A entrevista tem por definição ser um método de obtenção de informações através de uma conversa profissional com um indivíduo para fins de pesquisa. É uma técnica diferente da conversa pelo fato de ser previamente planejada para que se chegue ao objetivo específico através do uso de técnicas adequadas (ALMEIDA, 1989).

QUEIROZ (1988) acredita que a entrevista pode ocorrer até mesmo sem roteiro, porém a conversa ocorre conforme uma sistematização de assuntos estabelecidos pelo pesquisador, sendo este o condutor da entrevista. Portanto, para a realização de uma entrevista há a necessidade de uma interação entre o entrevistador e o entrevistado.

As entrevistas realizadas no presente trabalho foram do tipo diretiva, ou seja, foi realizada uma entrevista estruturada, onde as perguntas foram determinadas com

¹⁴ O modelo de questionário utilizado encontra-se no apêndice do presente trabalho.

antecipação. Para isso utilizou-se de roteiros de entrevistas para cada entrevistado¹⁵. Apesar do roteiro conter perguntas direcionadas que limitariam o entrevistador, este pôde fazer algumas perguntas adicionais que viessem a elucidar o problema.

Essas entrevistas tiveram por objetivo compreender as relações existentes entre os agentes externos do bairro e seus habitantes. Sendo assim foram entrevistados o Engenheiro Agrônomo da Casa da Agricultura, o presidente do Sindicato Rural de Araraquara e responsáveis por algumas indústrias da região que compram produtos do bairro.

A entrevista com o presidente do Sindicato Rural de Araraquara foi realizada no mês de junho de 2001, sendo gravada em fitas microcassetes. As entrevistas com o Engenheiro Agrônomo da Casa da Agricultura e com os responsáveis pelas agroindústrias de aves e de cana-de-açúcar foram realizadas nos meses de agosto de 2001, sendo que apenas a entrevista com o Engenheiro Agrônomo pôde ser gravada.

3) Histórias de vida

Para QUEIROZ (1988) “história oral”¹⁶ é um termo vasto que recupera relatos sobre fatos antes não registrados por outra técnica, ou cujos fatos se quer complementar. Pode ser colhida através de entrevista de forma variada, podendo registrar a experiência de apenas um indivíduo ou de uma coletividade. A “história de vida” faz parte da “história oral”, mas não podemos confundir “história de vida” com entrevistas ou depoimentos pessoais, pois apesar de serem semelhantes, possuem características e definições diferentes.

Na “história de vida”, apesar do pesquisador “sub-repticiamente” dirigir a conversa, é o narrador quem decide o que relatar, sendo ele o fio condutor da conversa. A “história de vida” é definida como o relato de um narrador sobre sua existência no tempo consistindo numa técnica que demanda um longo tempo. Embora o pesquisador procure não interferir durante a narração, o comando é seu, pois foi ele quem escolheu o tema da pesquisa e propôs os problemas que procura resolver, sem impor, no entanto, temas ao narrador que os abordará ou não segundo seus critérios (QUEIROZ, 1988).

¹⁵ Os roteiros de entrevistas utilizados encontram-se no apêndice do presente trabalho.

¹⁶ O relato oral é a base de obtenção de todas as informações, antecedendo qualquer outro tipo de técnica de obtenção e conservação do saber, pois a palavra é uma das técnicas mais antigas utilizadas pra tal fim.

A utilização da técnica da “história de vida” teve como objetivo o resgate da trajetória de vida das famílias que receberam a terra através de herança. Neste contexto pretendeu-se apreender questões como a estrutura familiar atual e de seus antepassados e os projetos dos pais para os filhos. Para tanto utilizou-se o recurso da gravação em fitas microcassetes, aliado às anotações de campo realizadas. As histórias de vida das famílias foram gravadas no mês de junho de 2001. As transcrições das fitas foram feitas na íntegra, para depois o material ser analisado globalmente. Para isso, foi necessária a utilização de trechos da “história de vida”, porém tal fato não eliminou toda a visão global sobre a problemática estudada.

Dois produtores que receberam a terra através da herança não permitiram que suas histórias de vida fossem gravadas, o que fez com que perdesse a riqueza das informações.

A partir dos dados obtidos através dos questionários, entrevistas e histórias de vida, partiu-se para uma análise discursiva para uma melhor compreensão do tema proposto depois do momento de tabulação, transcrição das fitas e ordenamento dos dados.

TERCEIRO CAPÍTULO

4. RESGATE DO BAIRRO

Esse capítulo apresenta uma discussão baseada nas formas de herança dos produtores do bairro. Porém, antes são apresentadas sínteses das principais características que as propriedades do bairro possuem, oferecendo assim uma visão mais detalhada de cada propriedade. Para isso, contamos também com duas tabelas que oferecem uma melhor visualização dessas características.

Propriedade N° 01 Sr. A.S.S.

Através da Tabela 2 (pág. 55) podemos observar que a propriedade n° 01 do Sr. A.S.S. foi adquirida através da compra, o Sr. A.S.S. comprou a propriedade há 20 anos e na época havia na propriedade apenas mato sendo ele o primeiro a exercer uma atividade produtiva na área.

Esse produtor é casado e tem três filhos, sendo duas mulheres e um homem. Uma das filhas é casada e se formou em advocacia, a outra filha faz curso superior de enfermagem, o filho do Sr. A.S.S. também é formado em advocacia. Nenhum dos filhos trabalha na propriedade, sendo que o trabalho é realizado apenas pelo Sr. A.S.S.. A família não mora na propriedade o que não significa a ausência do Sr. A.S.S., pois ele está todos os dias nela.

Essa propriedade possui como atividade agropecuária gado leiteiro e avicultura. O leite é vendido diretamente no varejo pelo Sr. A.S.S. e a atividade avícola é realizada através da integração com uma agroindústria do ramo localizada na cidade de São Carlos. Com essas duas atividades o Sr. A.S.S. consegue retirar uma boa renda da propriedade. A renda é complementada com a fabricação caseira de queijos, que também é vendida por ele no varejo, e também pela aposentadoria que possui como fonte extra de renda e ainda possui uma parte da área arrendada para cana.

Por possuir uma atividade pecuária e avícola, a propriedade possui apenas um triturador como equipamento agrícola. Com relação às benfeitorias, existe na propriedade duas residências, três currais com cobertura, um aviário e uma pocilga.

Esse produtor apesar de acreditar que a atual política do Governo é desfavorável aos pequenos proprietários de terra, acredita que o Governo trata todos os produtores da mesma maneira (tantos os grandes como os pequenos) e acha que o futuro dos produtores depende deles mesmos.

Propriedade nº 02 Sr. A. F. P.

Já a propriedade do Sr. A.F.P. foi adquirida através da herança, mas de uma forma diferente, pois foi feita uma doação ainda em vida dos tios da sua esposa para ele, é também uma das mais antigas propriedades do bairro.

O Sr. A.F.P. mora na propriedade com a sua esposa e uma de suas filhas, pois tem quatro filhas e dois filhos. Esses dois filhos apesar de não morarem na propriedade trabalham nela juntamente com o Sr. A.F.P.. Dos seis filhos apenas uma filha terminou o segundo grau.

Como atividades agropecuárias a propriedade possui: café, cana-de-açúcar, laranja, gado de corte e suínos. O café é vendido para um comerciante da cidade que faz o beneficiamento, a laranja é vendida para uma agroindústria de sucos e a cana é arrendada para uma usina da cidade, na qual fornece as mudas, faz a colheita e realiza o transporte, assim o produtor entra com a mão-de-obra. Os suínos são vendidos no varejo e o gado vendem quando acreditam que o preço está favorável.

A propriedade possui como equipamentos agrícolas cinco arados movidos à tração animal, um arado tratorizado, quatro grades, um distribuidor de calcário, um subsolador, um sulcador, uma roçadora, dois pulverizadores que podem ser acoplados em trator e dois pulverizadores costais, uma debulhadora, uma colhedora, um triturador, um caminhão e quatro tratores. Cabe lembrar que a maioria desses equipamentos é bastante antiga.

Uma importante explicação para a grande quantidade de equipamentos agrícolas existentes na propriedade é devido não só a intensa atividade agrícola que possui, mas também pelo fato desta propriedade ser uma propriedade pluriativa, pois a renda além de provir da atividade agrícola provém também de atividades pluriativas exercidas pelos dois filhos do Sr. A.F.P.. Atividades como prestação de serviços ligadas principalmente com trabalhos realizados com trator. Além dessas fontes de renda (atividade agrícola e atividade pluriativa) a propriedade conta ainda com a aposentadoria do Sr. A.F.P.

Nessa propriedade existem duas residências, sendo que uma é bastante antiga, um curral sem cobertura, um terreiro de alvenaria, três galpões e uma pocilga.

Apesar da intensa atividade agrícola que a propriedade possui, o Sr. A.F.P. acredita que se o Governo apoiasse mais a agricultura a situação seria bem melhor, portanto, para ele o futuro dos agricultores depende antes de mais nada, do próprio Governo.

Propriedade nº 03 Sr. H. E. S.

A propriedade do Sr. H.E.S. também foi adquirida através da herança, sendo uma das propriedades mais antigas do bairro. A família do Sr. H.E.S. está no bairro há mais de 100 anos.

A história da família no bairro se iniciou com o seu avô, que era um imigrante português em busca de melhores condições de vida. Seu avô inicialmente foi trabalhar como empregado em uma fazenda de café e anos depois, com algumas economias que já possuía mais aquelas conseguidas com o trabalho na lavoura de café, conseguiu comprar o seu próprio pedaço de terra. Na época trabalhavam nas terras do avô do Sr. H.E.S. o seu pai e um tio. Com a morte do avô as terras foram divididas entre os dois, e com o falecimento do pai do Sr. H.E.S. as terras foram divididas entre os nove filhos.

O Sr. H.E.S. nasceu nessa propriedade e hoje moram também no sítio sua esposa, seus dois filhos (um solteiro e um casado), sua nora e uma neta. O Sr. H.E.S. tem ainda uma filha casada, mas que não mora na propriedade. Todos os filhos freqüentaram um curso superior, sua filha é formada em odontologia, o filho mais velho é formado em Estudos Sociais e o filho mais novo não completou o curso de administração de empresas.

O trabalho na propriedade é realizado pelos dois filhos e pelo Sr. H.E.S.. As atividades agropecuárias existentes na propriedade são: avicultura, gado de corte, cana-de-açúcar e café. A avicultura é realizada através da integração entre o proprietário e uma agroindústria do ramo. A granja do Sr. H.E.S. foi construída a partir de um financiamento rural que conseguiu obter, aliás, essa é a única propriedade que possui financiamento rural. O gado de corte é vendido de acordo com o preço de mercado e o café para uma indústria de beneficiamento da cidade. Já a cana-de-açúcar é arrendada para uma usina da cidade, a usina arrenda uma área da propriedade para o plantio da cana, fornecendo mudas e realizando a colheita e o transporte, assim o produtor entra com a mão-de-obra.

Para o trabalho na propriedade são utilizados os seguintes equipamentos agrícolas: um distribuidor de calcário, um arado tratorizado, duas grades, uma semeadora, uma roçadora, um pulverizador, uma debulhadora, um triturador, uma carreta e um caminhão.

Com relação às benfeitorias existentes na propriedade, existem três residências, uma é utilizada pelo Sr. H.E.S. como moradia, a segunda é utilizada como moradia pelo seu filho casado e a terceira serve como depósito de materiais. Tem ainda na propriedade um terreiro de alvenaria, um galpão para guardar as máquinas e equipamentos agrícolas, um aviário (granja) e dois silos.

A renda dessa propriedade provém das atividades agropecuárias existentes, não possuindo qualquer tipo de atividade pluriativa como fonte de renda. A única fonte de renda extra é provida da aposentadoria do Sr. H.E.S..

Esse produtor considera muito importante o papel dos agricultores familiares para o desenvolvimento do país, e apesar de achar que o governo trata tanto os grandes, médios e pequenos produtores da mesma forma, acredita que a atual política do governo é muito desfavorável para eles, assim como também acredita que o futuro dos agricultores depende, antes de tudo, do próprio Governo.

Propriedade n.º 04 Sr. L. R.

A propriedade do Sr. L.R. foi adquirida através da herança este esse produtor está no bairro há 26 anos. A propriedade foi deixada para ele e para seus outros dois irmãos que optaram em vender suas partes. Alguma parte da propriedade deixada para os irmãos o Sr. L. R. conseguiu comprar, o restante foi vendido para outras pessoas fora da família.

Esse produtor tem três filhos, sendo que duas filhas são casadas e não moram na propriedade, pois estudaram até o terceiro grau e preferem trabalhar na cidade. O filho do Sr. L.R. mora na propriedade e é o seu braço direito.

Na propriedade existe como atividade produtiva a pecuária leiteira e gado de corte. O leite é vendido para um laticínio na cidade vizinha de Matão e o gado além de ser vendido para alguns compradores que passam na propriedade serve também para uma outra atividade rentável que possui na propriedade, que é a atividade de rodeio.

Na propriedade existem alguns equipamentos agrícolas como: um arado, uma grade, um sulcador, uma roçadora, um pulverizador tratorizado e um costal, um triturador,

um caminhão e um trator. As benfeitorias que a propriedade possui são: duas residências, um curral com cobertura, dois galpões e a sede do rodeio.

Esse produtor, assim como a maioria, acredita que a atual política do Governo é muito desfavorável para os pequenos produtores e que só favorecem os grandes produtores, sendo assim, acredita que o futuro dos produtores depende principalmente do Governo.

Propriedade nº 05 Sr. J. V.

O Sr. J.V. é cunhado do Sr. H.E.S., mas apesar do parentesco sua propriedade foi adquirida através da compra, pois sua esposa (irmã do Sr. H.E.S.) vendeu a sua parte na herança que ficava em outro bairro e então compraram a atual propriedade.

O Sr. J.V. não mora na propriedade e sim na cidade de Araraquara, mas apesar desse fato ele está todos os dias na propriedade. Esse produtor tem uma filha que se formou em odontologia e atua na área, portanto, o trabalho na propriedade é realizado apenas pelo Sr. J.V.. Entre as atividades agrícolas que realiza na propriedade estão: horticultura (chuchu e tomatinho pêra), fruticultura (acerola) e cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é arrendada para uma usina de Araraquara, e o Sr. J.V. realiza os tratos culturais, enquanto a usina realiza a colheita e o transporte.

Esse produtor não possui muitos equipamentos agrícolas e para o trabalho na propriedade são utilizados os seguintes equipamentos agrícolas: um arado tratorizado, um pulverizador costal e um trator. O Sr. J.V. possui ainda duas carroças e uma carreta.

Embora o Sr. J.V. não morar na propriedade, possui duas residências no sítio, sendo que uma delas é bastante antiga, possui ainda um curral sem cobertura, um terreiro de alvenaria e um galpão para guardar os equipamentos agrícolas.

A renda da propriedade provém das atividades agrícolas existentes na propriedade e a única fonte de renda externa é relativa a aposentadoria, não realizando, portanto qualquer tipo de atividade pluriativa.

Apesar do Sr. J.V. acreditar que o Governo favorece certos grupos dentro da agricultura brasileira, nesse caso favorece principalmente os grandes proprietários de terra, ele considera que o futuro dos agricultores depende apenas dos próprios agricultores, não

devendo esperar alguma política por parte do Governo, já que a atual política é muito desfavorável para eles.

Propriedade n.º 06 Sr. J.P.S.

Essa propriedade foi adquirida através da compra, moram na propriedade o Sr. J.P.S., sua esposa e seus três filhos, sendo dois filhos e uma filha. Os dois filhos fazem curso superior, um deles cursa a faculdade de veterinária e o outro faz psicologia, já a filha faz a 4ª série do primeiro grau.

A idéia de comprar essa propriedade era para construir uma granja e hoje a propriedade tem como atividade produtiva a avicultura que é integrada com uma agroindústria. Essa agroindústria fornece os pintinhos, a ração e o produtor entra com a mão-de-obra. A avicultura não é a única fonte de renda dessa propriedade, pois a família possui um comércio de madeira que é a principal fonte de renda da família, além da esposa do Sr. J.P.S. possuir uma aposentadoria relativamente alta, pois é formada em Serviço Social.

Na propriedade existe os seguintes equipamentos agrícolas: um arado, uma grade, um pulverizador tratorizado e um costal e um caminhão. Quanto às benfeitorias a propriedade possui três residências em ótimo estado de conservação e uma granja.

Para esse produtor a atual política do governo é muito desfavorável para os agricultores que possuem pouca terra, pois facilitam apenas para aqueles grandes proprietários de terra e acredita que o futuro dos agricultores depende deles mesmos, não devendo esperar ajuda do Governo.

Propriedade n.º 07 Sr. D. G.

A história da aquisição dessa propriedade é a mesma história de aquisição da propriedade N.º 09 do Sr. J.C.T.F., pois o verdadeiro dono dessa propriedade não é o Sr. D.G. e sim o Sr. H.T.F. que é irmão do Sr. J.C.T.F., daí as histórias serem as mesmas.

O Sr. D.G. aparece aqui como o produtor familiar da propriedade por ser ele quem realmente trabalha nela, na verdade o Sr. D.G. é sogro do Sr. H.T.F.. O Sr. H.T.F. é casado com a filha do Sr. D.G. e moram em outra cidade passando apenas as férias na propriedade. Para eles a propriedade serve apenas como lazer.

O Sr. D.G. mora na propriedade com a sua esposa, como atividade produtiva possui gado de corte. O gado é vendido quando acham que o preço está bom. Portanto, o gado não é a única fonte de renda que possui, já que não é todo o mês que vendem o gado. Possui também aposentadoria como fonte de renda, além de uma ajuda do genro para tocarem a propriedade.

A propriedade não possui nenhum equipamento agrícola e em relação às benfeitorias existem duas residências em bom estado de conservação e um curral sem cobertura.

O Sr. D.G. acredita que para investir mais na propriedade precisa do apoio do Governo e considera a atual política do Governo muito desfavorável para eles, Pois só apóia os grandes produtores.

Propriedade n.º 08 Da. A. N. P. M. S.

A propriedade da Da. A.N.P.M.S. também é uma das mais antigas do bairro e também foi adquirida através da herança. Essa herança já veio com a finada mãe da Da. A.N.P.M.S. que herdou de seu pai 24 alqueires, mais tarde quando faleceu o pai da Da. A.N.P.M.S. a propriedade foi dividida entre sua mãe e seus outros dois irmãos sendo que apenas ela permaneceu no bairro.

Moram na propriedade a Da. A.N.P.M.S., seu marido, seu único filho, sua nora e dois netos. O filho da Da. A.N.P.M.S. estudou apenas até a 4ª série do primeiro grau e foi ajudar os pais na propriedade. Hoje trabalham na propriedade a Da. A.N.P.M.S., seu marido e seu filho. Como atividade agrícola a propriedade possui horticultura (chuchu, mandioca, quiabo e rabanete) e a família começava a preparar a terra para o plantio de cana-de-açúcar.

Essa família possui uma das menores rendas do bairro provindas da atividade agropecuária e para tentar reverter essa baixa renda possuem além da atividade agrícola atividades pluriativas como complementação da renda. As atividades pluriativas que realizam se dão através da prestação de serviços como, por exemplo, conserto de cercas, pinturas em parede, etc.

Essa propriedade possui poucos equipamentos agrícolas, dentre eles estão: um arado animal, um aparelho de irrigação e dois pulverizadores, sendo um costal e um tratorizado, possui ainda uma carroça.

Quanto às benfeitorias, a propriedade tem duas residências sendo que em uma moram o filho da Da. A.N.P.M.S. com sua esposa e seus dois filhos e na outra moram a Da. A.N.P.M.S. e seu marido. Na propriedade tem ainda dois currais com cobertura e uma pocilga.

A Da. A.N.P.M.S. acredita que a atual política do Governo é muito desfavorável para eles, pois favorece apenas os grandes produtores, mas apesar disso acredita que o futuro dos agricultores depende antes de tudo dos próprios agricultores.

Propriedade nº 09 Sr. J. C. T. F.

A propriedade do Sr. J.C.T.F. é também uma das mais antigas do bairro. Tudo começou com o seu bisavô materno que veio de Portugal para o Brasil, aliás a história da aquisição da propriedade do Sr. J.C.T.F. é a mesma do Sr. H.E.S. e que por sua vez é também a mesma do Sr. D.G. (pois seu genro é irmão do Sr. J.C.T.F.), já que o Sr. H.E.S. é tio do Sr. J.C.T.F., sendo assim, a propriedade também foi uma herança deixada pelo avô do Sr. H.E.S., que é bisavô do Sr. J.C.T.F.

A propriedade deixada pelos pais do Sr. J.C.T.F. (irmã e cunhado do Sr. H.E.S.) foi dividida entre seus três filhos, apenas o Sr. J.C.T.F. e seu irmão o Sr. H.T.F. possuem uma parte da herança, seu outro irmão optou por vender a sua parte.

O Sr. J.C.T.F. é casado e tem quatro filhas, todas freqüentam a escola, a mais nova está cursando a 4ª série, uma outra está no 2º colegial, a terceira faz cursinho pré-vestibular e a mais velha está cursando a faculdade de Educação Física.

Esse produtor não mora na propriedade, mas está constantemente presente. O trabalho é realizado apenas por ele, a propriedade tem como atividade produtiva gado leiteiro. Esse produtor afirmou sobreviver, sobretudo, da aposentadoria que recebe e não apenas do sítio, pois as condições para produzir são muito ruins.

Não possui na propriedade nenhum equipamento agrícola. Quanto às benfeitorias existentes, a propriedade tem três residências, sendo que duas delas estão em ótimo estado

de conservação e a terceira serve apenas como depósito. Possui ainda um curral sem cobertura e um galpão.

Considerando que as condições para se produzir são bastante ruins ele acredita que a atual política do Governo é muito desfavorável para os pequenos proprietários de terra, pois o Governo favorece apenas os grandes produtores e dentro dessa mesma linha de raciocínio acredita que o futuro dos agricultores depende principalmente do Governo.

Propriedade nº 10 Sr. A. G.

O Sr. A.G. também é cunhado do Sr. H.E.S., pois foi casado com uma de suas irmãs. Mas apesar desse fato, a propriedade foi adquirida por meio da compra e não por herança da esposa. A propriedade que sua esposa recebeu por herança era localizada no bairro vizinho Rancho Queimado e não no bairro Cabeceira do Boi.

O Sr. A.G. não mora nessa propriedade e sim em outra propriedade no bairro vizinho Rosa Martins, mas isso não significa sua ausência, pois ele e seu único filho estão constantemente nela. O trabalho na propriedade é realizado pelo seu filho, a participação do Sr. A.G. fica apenas na outra propriedade que possui e é também onde mora toda a família, isto é, seu filho, sua nora e suas duas netas.

O filho do Sr. A.G. estudou até a 8ª série, deixando os estudos para trabalhar na propriedade com o pai.

A propriedade do Sr. A.G. possui gado de leite e gado de corte, esse dois tipos de gado ficam na propriedade para a engorda e cria e depois são substituídos por outros que possui na outra propriedade até serem vendidos. A fonte de renda dessa propriedade é obtida apenas através da venda desse gado. O Sr. A.G. também possui aposentadoria. Nenhum equipamento agrícola ou qualquer maquinário fica nessa propriedade e sim na outra em que mora. Apesar de ninguém morar na propriedade, existe nela uma residência que é utilizada como depósito de materiais, a propriedade possui ainda um curral sem cobertura.

Esse produtor acredita que o papel dos agricultores para o desenvolvimento do país foi e continua sendo muito importante, apesar do pouco apoio que recebem, principalmente os pequenos proprietários de terra, já que acredita que o Governo favorece apenas os grandes proprietários de terra, o que faz com que a atual política seja muito

desfavorável para os que possuem pouca terra e acredita ainda que o futuro dos agricultores depende de uma política de incentivo aos pequenos agricultores por parte do Governo.

Propriedade nº 11 Sr. J. C. C.

A história da aquisição da propriedade do Sr. J.C.C. é a mesma da do Sr. J.C.T.F. pois eles são primos e assim como o Sr. J.C.T.F. recebeu a propriedade por herança de seu bisavô materno, o Sr. J.C.C. também recebeu a propriedade de herança desse mesmo bisavô. A propriedade passou para o pai do Sr. H.E.S. que passou para uma de suas irmãs que era a mãe do Sr. J.C.C.

Na propriedade vivem hoje o Sr. J.C.C., sua esposa e seus dois filhos que pararam os estudos no 2º grau. A atividade produtiva da propriedade é o gado de corte, esse gado é vendido esporadicamente, ou seja, é vendido apenas quando considera que o preço está bom para a venda. Essa propriedade tem ainda como fonte de renda atividades pluriativas como jardinagem e floricultura. Esse produtor possui um comércio de floricultura na cidade e junto com seus filhos faz serviços de jardinagem.

Com relação aos maquinários possui apenas um caminhão que é utilizado para as atividades de jardinagem. Na propriedade existe apenas uma casa que está passando por uma reforma e possui também um galpão.

O Sr. J.C.C. também acredita ser muito desfavorável a atual política do Governo, pois este favorece apenas certos grupos na agricultura e assim acredita que o futuro dos agricultores depende sobretudo do Governo.

Propriedade nº 12 Sr. R. L. B.

A história dessa propriedade é um pouco diferente das demais, pois o Sr. R.L.B. é arrendatário do sítio sendo esta a única propriedade em que o arrendatário trabalha diretamente na ocupação.

O Sr. R.L.B. herdou o arrendamento dessa propriedade de seu pai e antes do pai falecer eram os dois que tocavam a propriedade. Hoje o trabalho é realizado, além do Sr. R.L.B., por três empregados que possui, já que o Sr. R.L.B. não tem nenhum filho e seus dois irmãos (uma mulher e um homem) trabalham na cidade. Apesar de não morar na

propriedade sua participação é bastante ativa, pois vive apenas do que o sítio lhe oferece e tem intenção de um dia chegar a comprar a propriedade.

O Sr. R.L.B. chegou a freqüentar faculdade de agronomia, mas desistiu preferindo trabalhar com o pai, pois segundo ele a faculdade era muito teórica. As culturas existentes no sítio são: jiló, berinjela, abobrinha, batata doce, vagem, pimentão e milho verde. Como planta basicamente holerícolas essa propriedade está sempre fazendo rotação de culturas. A produção é vendida diretamente para o Ceasa, não havendo a presença de atravessadores.

Para a realização do trabalho na propriedade são utilizados os seguintes equipamentos agrícolas: um arado animal, um subsolador, um arado tratorizado, uma grade, um sulcador, dois pulverizadores que podem ser acoplados ao trator, um triturador, um trator, um caminhão e possui ainda aparelho de irrigação.

Em relação às benfeitorias a propriedade tem três residências, sendo que apenas uma delas está em bom estado de conservação e possui ainda um galpão que serve para guardar os equipamentos agrícolas.

A renda do Sr. R.L.B. é retirada apenas da propriedade, não possuindo aposentadoria ou qualquer outro tipo de atividade.

Para o Sr. R.L.B. o papel dos agricultores familiares é muito importante para o desenvolvimento do país. Apesar do Sr. R.L.B. acreditar que o Governo trata todos os agricultores da mesma maneira diz que está muito difícil sobreviver da agricultura e que o futuro dos agricultores depende de políticas do Governo.

Propriedade nº 13 Sr. R.P.Z.

De todas as propriedades essa é a que possui a maior área. Essa propriedade é denominada de Agropecuária Century. O Sr. R.P.Z. é um grande produtor de gado simental e foi adquirindo terras do bairro para a atividade. Esse produtor não mora na cidade, mas está todo mês na propriedade. Sua família mora em São Paulo, tem três filhos, dois estão na faculdade e a outra ainda cursa a 5ª série. Esse produtor possui curso superior de administração de empresas e sua esposa curso de psicologia.

Possui poucos implementos e máquinas agrícolas, pois a sua atividade é gado de corte. Em relação às benfeitorias na propriedade existe duas casas uma delas é utilizada

como lazer e possui uma piscina, a outra funciona como escritório, essas casa estão em ótimo estado de conservação. Na propriedade tem ainda um curral bem amplo, que também está em ótimo estado.

Contrariamente ao que os outros produtores falaram, esse produtor acredita que a atual política do Governo é muito favorável para os agricultores e dentro dessa mesma linha de raciocínio acredita que o Governo trata todos os agricultores da mesma maneira, sem privilégios.

Analisando ainda a Tabela 2 podemos observar que dos 13 produtores do bairro, apenas um deles não tem filhos. Mas apesar dos outros 12 produtores terem filhos isso não implica que esses filhos estão diretamente ligados à propriedade, pois apenas 05 propriedades podem contar com a mão-de-obra dos filhos, são as propriedades dos Srs. A.F.P., H.E.S., L.R., A.G. e da Da. A.N.P.M.S.. Com exceção dos filhos do Sr. H.E.S. que estudaram até o terceiro grau, os filhos dos outros quatro produtores largaram os estudos para se dedicarem ao trabalho na propriedade.

Os estudos dos filhos têm grande importância para esses produtores e isso pode estar associado ao fato de que nas outras propriedades que têm filhos homens, com exceção dos filhos do Sr. J.C.C. que não estudam e trabalham na floricultura da família, nas outras propriedades todos os outros filhos homens cursaram ou cursam o terceiro grau (propriedade dos Srs. A.S.S., J.P.S. e R.P.Z.)

Além do fato dos filhos desses produtores (e também dos próprios produtores) darem muita importância aos estudos, o número de filhas no bairro é superior ao numero de filhos e as filhas tendem mais aos estudos do que ao trabalho rural, pois nenhuma das filhas dos produtores trabalham na propriedade do pai, ou estão em fase escolar, ou então já se casaram e moram na cidade.

Tabela 2 - Trabalho e Família.

Propriedades	Área Total (ha)	Aquisição Propriedade	Qtde Filhos	Idade dos Filhos	Trabalho na Propriedade	Atividades Produtivas	Atividades Pluriativas	Aposentadoria
01 Sr. A.S.S.	15,7	Compra	02 Filhas 01 Filho	31 e 21 25	Sr. A.S.S.	Avicultura e Gado Leite	Fabricação caseira de queijo	Sim
02 Sr. A.F.P.	29,0	Herança	04 Filhas 02 Filhos	41, 36, 34 e 28 46 e 42	Sr. A.F.P.e 02 Filhos	Café, cana, laranja, gado corte e suínos	Prestação Serviços	Sim
03 Sr. H.E.S.	33,9	Herança	01 Filha 02 Filhos	32 29 e 24	Sr. H.E.S. e 02 Filhos	Avicultura, cana, café e gado corte	Não Possui	Sim
04 Sr. L.R.	43,6	Herança	02 Filhas 01 Filho	27 e 24 26	Sr. L.R. e 01 Filho	Gado Leite e Gado Corte	Atividade de Rodeio	Não
05 Sr. J.V.	24,2	Compra	01 Filha	32	Sr. J.V.	Horticultura, cana e fruticultura	Não Possui	Sim
06 Sr. J.P.S.	2,4	Compra	01 Filha 02 Filhos	11 23 e 21	Da. L.C.S.	Avicultura	Comércio de Madeira	Sim
07 Sr. D.G.	7,3	Herança	01 Filha	48	Sr. D.G.	Gado Corte	Não Possui	Sim
08 Da. A.N.P.M.S.	12,1	Herança	01 Filho	33	Da. A.N.P.M.S., Sr. M.M.e 01 Filho	Horticultura	Prestação Serviços	Não
09 Sr. J.C.T.F	12,1	Herança	04 Filhas	25, 23, 19 e 11	Sr. J.C.T.F.	Gado Leite	Não Possui	Sim
10 Sr. A.G.	16,9	Compra	01 Filho	45	01 Filho	Gado Leite e Gado Corte	Não Possui	Sim
11 Sr. J.C.C.	4,1	Herança	02 Filhos	22 e 20	Sr. J.C.C.	Gado Corte	Jardinagem e floricultura	Não
12 Sr. R.L.B.	18,2	Herança	0	0	Sr. R.L.B. e 03 Empregados	Horticultura	Não Possui	Não
13 Sr. R.P.Z.	107,0	Compra	02 Filhas 01 Filho	19 e 11 22	08 Empregados	Gado Corte	Não Possui	Não

Fonte: Dados da Pesquisa, 2001.

Tabela 3 - Equipamentos Agrícolas e Benfeitorias nas Propriedades.

Propriedades	Equipamentos Agrícolas	Benfeitorias
01 Sr. A.S.S.	1 triturador	2 casas, 3 currais com cobertura, 1 granja e 1 pocilga
02 Sr. A.F.P.	5 arados movidos à tração animal, 1 arado tratorizado, 4 grades, 1 distribuidor de calcário, 1 subsolador, 1 sulcador, 1 roçadora, 2 pulverizadores acoplados ao trator e 2 pulverizadores costais, 1 debulhadora, 1 colhedora, 1 triturador, 1 caminhão e 4 tratores	2 casas, 1 curral sem cobertura, 1 terreiro de alvenaria, 3 galpões e 1 pocilga
03 Sr.H.E.S.	1 distribuidor calcário, 1 arado tratorizado, 2 grades, 1 semeadora, 1 roçadora, 1 pulverizador, 1 debulhadora, 1 triturador, 1 carreta e 1 caminhão.	3 casas, 1 terreiro de alvenaria, 1 galpão, 1 granja, 2 silos
04 Sr. L.R.	1 arado, 1 grade, 1 sulcador, 1 roçadora, 1 pulverizador tratorizado, 1 pulverizador costal, 1 triturador, 1 caminhão e 1 trator	2 casas, 1 curral com cobertura, 2 galpões e sede do rodeio
05 Sr. J.V.	1 arado, 1 pulverizador costal, 1 trator, 2 carroça e 1 carreta	2 casas,, 1 curral sem cobertura, 1 terreiro de alvenaria e 1 galpão
06 Sr. J.P.S.	1 arado, 1 grade, 1 pulverizador tratorizado, 1 pulverizador costal e 1 caminhão	3 casas e 1 granja
07 Sr. D.G.		2 casas e 1 curral sem cobertura
08 Da. A.N.P.M.S.	1 arado animal, 1 aparelho de irrigação, 1 pulverizador costal e 1 pulverizador tratorizado	2 casas, 1 curral sem cobertura e 1 pocilga
09 Sr. J.C.T.F	Não Possui	3 residencias, 1 curral sem cobertura e 1 galpão
10 Sr. A.G.	Não Possui	1 residência e 1 curral sem cobertura
11 Sr. J.C.C.	1 caminhão	1 casa e 1 galpão
12 Sr. R.L B.	1 arado animal, 1 subsolador, 1 arado tratorizado, 1 grade, 1 sulcador, 2 pulverizadores que podem ser acoplados ao trator, 1 triturador, 1 trator, 1 caminhão e 1 aparelho de irrigação.	3 casas e 1 galpão
13 Sr. R.P.Z.	Não Possui	2 casas e 1 curral com cobertura

Fonte: Dados da Pesquisa, 2001.

4.1. Relações de Parentesco e Vizinhança no Bairro

No estudo sobre o caipira paulista e os seus meios de vida ANTONIO CANDIDO (1971) caracterizou o bairro rural como sendo uma unidade fundamental da sociabilidade caipira, sociabilidade que se dava principalmente através de relações de parentesco e vizinhança, excluindo-se portanto a visão de isolamento que se imaginava dos caipiras.

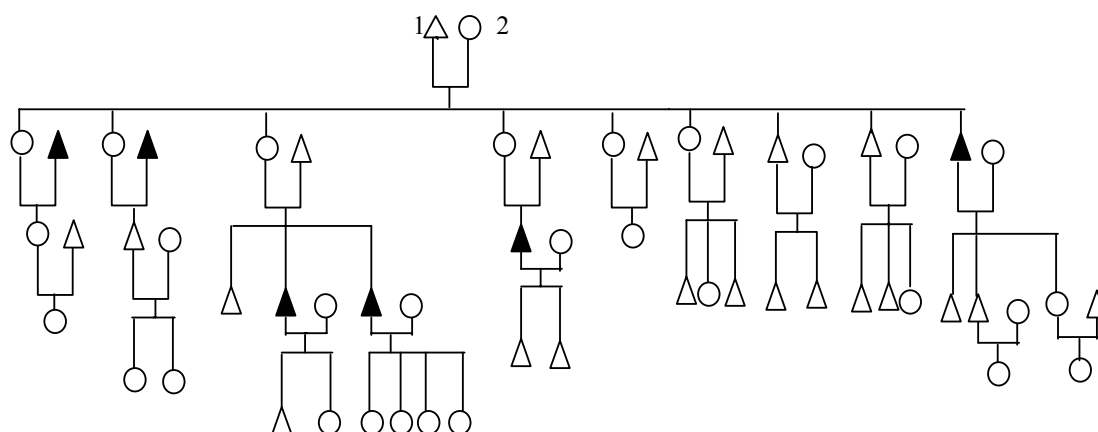
No bairro percebeu-se existir uma forte relação social entre seus habitantes marcada principalmente pelo fato de ocuparem a mesma atividade, ou seja, a atividade agropecuária. Isto torna o grupo pouco diferenciado socialmente; ainda que as diferenças existam não chegam a formar grupos distintos, pois os habitantes do bairro consideram-se pertencentes a um mesmo nível social, portanto vivem num grupo social igualitário. Veja-se nas próprias palavras de QUEIROZ (p. 50, 1973):

“Os grupos de vizinhança rurais são muito homogêneos. A estratificação social é aí tênue, tanto mais que os lavradores trabalham a terra quase exclusivamente com o auxílio da família”.

Esta relação social existente entre os indivíduos do bairro também é caracterizada pelos laços de parentesco, uma vez que a maioria dos habitantes é parente, próximo ou distante. Algumas famílias conjugais são provenientes do mesmo tronco e formam um grupo que se estende verticalmente através de gerações e também horizontalmente através de tios, tias, primos (QUEIROZ, 1973).

Existem 13 núcleos de famílias no bairro, sendo que oito possuem algum grau de parentesco que está dividido em duas famílias distintas podendo ser visualizado através das Figuras 4 e 5:

Figura 4 - Referência Genealógica do Pai do Sr. H. E. S.

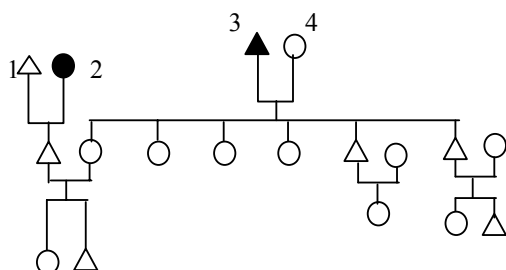


Legenda

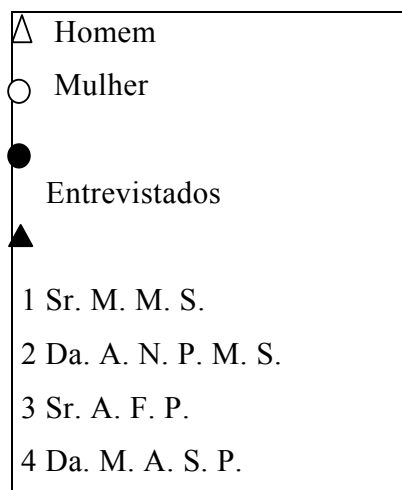
△	Homem
○	Mulher
1	Sr. J. S. F.
2	Da. M. T. F.
▲	Entrevistados

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

Figura 5 - Referência Genealógica da Famílias da Da. A. N. P. M. S. e do Sr. A. F. P.



Legenda



Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

Embora algumas famílias não possuam laços de sangue, as relações entre elas não se tornam mais distantes ou menos intensas (HEREDIA, 1979), nestes casos os laços de vizinhança fortificam as relações, já que muitas vezes os bairros são formados por famílias que não possuem laços de parentesco entre si e se estabeleceram ali ao acaso em suas peregrinações, pois é um espaço de vizinhança aberto acolhendo qualquer família que possa vir a se estabelecer (QUEIROZ, 1973).

No bairro esses laços de vizinhança foram percebidos através das freqüentes visitas que os vizinhos realizam entre si. Em uma ocasião, quando do início da aplicação dos questionários, foi aplicado primeiro um questionário na propriedade do Sr. L. R. e depois

seria aplicado outro na propriedade do Sr. J. P. S., quando cheguei na propriedade do Sr. J. P. S. este já estava sabendo da minha ida até lá, pois o Sr. L. R. havia telefonado para ele e o informado da minha ida.

Além desse fato, um outro que chamou a atenção para essa relação entre vizinhos foi quando o Sr. J. V, disse que no tempo em que sua filha estudava odontologia na cidade, a filha do Sr. H. E. S. também estudava, assim as duas iam e voltavam da faculdade juntas e quando voltavam muito tarde a filha do Sr. J. V. dormia no sítio do Sr. H. E. S., pois já era noite e seria perigoso ela voltar sozinha.

Portanto, a relação de vizinhança existente no bairro se dá mais através de habituais visitas entre os vizinhos e através da escola dos filhos do que através de festas religiosas, encontros na igreja ou até mesmo relações de compadrio.

Apesar da Cabeceira do Boi não apresentar algumas características peculiares aos bairros rurais como, a falta de atividades de ajuda mútua e tão pouco a existência do mutirão; a religiosidade não é tão forte entre os habitantes assim como as festas religiosas e aquelas em comemoração ao início ou ao fim de um ciclo agrícola, o bairro apresenta peculiaridades como a pequena diferenciação social do grupo; importância do laço de parentesco; representação do grupo como um grupo de vizinhança, que também o caracteriza como um bairro rural.

A Cabeceira do Boi é definida como sendo um bairro rural moderno (QUEIROZ, 1973), pois apesar dos agricultores terem produtos destinados ao seu sustento a produção agropecuária é voltada para o mercado o que torna as relações econômicas muito fortes. É um bairro rural que apresenta características específicas que o define como tal, mas que está em constante transformação.

4.2. Terra de Imigrantes

Ao longo da segunda metade do século XIX a lavoura de café no Brasil passava por um enorme crescimento e à medida que cresciam os movimentos abolicionistas cresciam também as preocupações com a expansão da lavoura, já que a mão-de-obra cafeeira era formada por escravos. Uma alternativa para a substituição da mão-de-obra escrava foi a introdução do trabalho assalariado e com isso a mão-de-obra de imigrantes.

“No Brasil, o estabelecimento das novas relações de produção combinou-se com a imigração de trabalhadores europeus, como recurso não só para constituir a força de trabalho necessária à cultura do café, mas também como recurso para pôr no lugar do trabalhador cativo um trabalhador livre cuja herança não fosse a escravidão. Mais de um milhão e seiscentos mil imigrantes vieram para o país no espaço de pouco mais de 30 anos, entre 1881 e 1913, a maioria para trabalhar como colonos nas fazendas de café” (MARTINS, p. 22, 1979).

O colono imigrante que trabalhava nas lavouras de café do Estado de São Paulo combinava suas forças de trabalho com as da família, assim trabalhavam juntos, os homens, as mulheres e as crianças com mais de sete anos. Esse colono além de ter presente o caráter familiar do trabalho, também tinha na produção entre as linhas de café uma garantia ao sustento da família; plantava-se milho, feijão, arroz, batata, etc. Essa produção além de alimentar a família, algumas vezes era destinada à venda (o excedente) (MARTINS, 1981).

A lavoura do café foi introduzida no município de Araraquara em 1850 sendo bastante representativa para a economia local durante um período de 21 anos, chegando ao declínio em 1929 com a queda no mercado internacional (PAULINO, 1989).

Discorrer sobre o histórico do bairro Cabeceira do Boi é discorrer também sobre a história de muitos imigrantes que vieram ao Brasil em busca de melhores oportunidades, visto que a história do bairro começa justamente com esses imigrantes, na sua maioria portugueses que vieram ao Brasil para trabalhar na lavoura de café.

Imigrantes como o avô do Sr. H. E. S., que veio para o Brasil em 1888 em busca de melhores oportunidades. Tendo inicialmente trabalhado como empregado em uma fazenda de café, conseguiu depois comprar o seu sítio, conforme relatou o Sr. N. F. (irmão do Sr. H. E. S.):

“O meu avô veio de Portugal para o Brasil em 1888, quando chegou aqui no Brasil. Segundo o que minha mãe e o meu pai falavam para a gente, foram trabalhar numa fazenda em Santa Lucia e depois de três anos eles

adquiriram aquele pedaço de terra e foram morar ali. Eles vieram em 1888 justamente na época da libertação dos escravos, vieram trabalhar na lavoura de café. Aí com o período que eles trabalharam numa fazenda conseguiram adquirir aquele pedaço de terra, eles logicamente e a família, e aí eles permaneceram, o meu avô, o meu tio, eram os dois. A família era grande, era o meu avô, o meu tio, o meu pai e mais outras filhas, só que as filhas mulheres foram, acabaram saindo fora. O meu tio com o meu pai ficaram ali na região. Aquele bairro ali, a Cabeceira, a Cabeceira acabou ficando praticamente dos dois, a Cabeceira do Boi” (Sr. N. F., entrevista, 2001).

A família do Sr. H. E. S. é uma das pioneiras no bairro; a área total que o avô, o tio e o seu pai conseguiram adquirir ficava em torno de cento e cinquenta alqueires que incluía também algumas áreas do bairro vizinho Rancho Queimado. Esta família comprou as terras no bairro e depois dividiu entre si, ficando cada um com a sua parte. Mas como a família era numerosa, visto que o tio tinha muitos filhos e o pai também, houve novamente uma divisão nas terras. Desta divisão surgiram outras propriedades, pois os parentes do Sr. H. E. S. não permaneceram no bairro e venderam suas terras a outras pessoas. Da família apenas o Sr. H. E. S. permaneceu no bairro.

“Só eu fiquei com essa parte do sítio que era do meu avô, eu nasci nessa casa. Nasci, me criei e tô aqui com 62 ano” (Sr. H. E. S., história de vida, 2001).

Outra família antiga do bairro e que também é descendente de imigrantes portugueses é a família do Sr. J. C. C.. A história é bastante parecida com a história da família do Sr. H. E. S., pois o seu bisavô também veio de Portugal para o Brasil trabalhar como empregado em uma fazenda de café e posteriormente conseguiu juntar dinheiro para comprar o próprio pedaço de terra. O sítio comprado era localizado num bairro vizinho ao da Cabeceira do Boi. O pai do Sr. J. C. C. trabalhava no sítio de seu avô e com o passar

dos anos também conseguiu comprar o próprio sítio na Cabeceira do Boi que foi deixado de herança para o Sr. J. C. C..

Histórias semelhantes possuem também o Sr. J. C. T. F., a Da. A. N. P. M. S. e o Sr. A. F. P., uma vez que são histórias dos seus avôs ou bisavôs que imigraram ao Brasil para inicialmente trabalharem na lavoura de café. Depois com algumas economias que já possuíam através da venda de seus pertences em seu país de origem, mais aquelas que conseguiram juntar com o seu trabalho no Brasil, conseguiram comprar o próprio pedaço de chão.

“A minha mãe recebeu os vinte e quatro alqueire do finado pai dela, e é herança também. O sítio do meu avô era muito grande, o sítio dele era enorme de grande, sabe? Então cada um dos tio pegô a parte e os outro todos eles venderam e aí então nós não vendemo né, o finado meu pai né. Então não vendeu a parte dele e ficô. (...) Era gente que tinha vindo de Portugal, sabe aquele tempo, então aí eles vieram de Portugal. (...) Naquele tempo era negócio da lavoura de café, eu acho que quando eles vieram de lá pra cá eles já, quando eles vêm assim de Portugal, aquela época, hoje eu não sei, mas naquele tempo quando vinha já trazia um dinheirinho, aí chegava aqui então eles compravam a terra, então é o que eu sei né, mais ou menos foi isso daí né” (Da. A. N. P. M. S., história de vida, 2001).

Para MARTINS (1979) a propriedade da terra era a condição de liberdade para estes imigrantes, visto que para libertarem-se da condição de colonos necessitavam tornar-se proprietários da terra.

“A classe dominante admitia que os imigrantes, via de regra, não teriam dinheiro suficiente para tornarem-se proprietários. No entanto, teoricamente (...), eles poderiam economizar dinheiro para essa finalidade trabalhando um certo tempo nas terras dos fazendeiros” (MARTINS, p. 123, 1979).

É claro que conseguir dinheiro para comprar o seu próprio pedaço de terra não era uma tarefa simples: DEAN¹⁷ acreditava que para isso acontecer seriam necessários doze anos de trabalho familiar. Apesar do árduo processo de obtenção da propriedade da terra os pais desses produtores conseguiram vencer esta etapa.

Através das histórias de vida dos produtores mais antigos do bairro (os Srs. H. E. S., A. F. P., J. C. C., J. C. T. F. e a Da. A. N. P. M. S.) acredita-se que o bairro foi formado a partir de seus antecessores, na maioria os avós que vieram de Portugal entre os anos de 1888 e 1910. Através dos relatos que fizeram sobre o tamanho das propriedades pode-se supor que no bairro havia cerca de três grandes propriedades e com a morte do chefe da família ocorreu a divisão das terras, sendo que alguns permaneceram e outros não. É portanto a partir deste momento que surgem as pequenas propriedades.

4.3. Terra de Brasileiros

O bairro não possui apenas produtores antigos, tem também aqueles que chegaram muitos anos depois. Os produtores mais recentes estão no bairro a menos de duas décadas, como por exemplo, o Sr. R. L. B. e o Sr. R. P. Z. que estão no bairro a quatro e seis anos respectivamente. O Sr. R. L. B. não é o proprietário do sítio e sim arrendatário, foi considerado na pesquisa uma vez que arrendou toda a propriedade e retira o seu sustento dela, além de fazer parte da área de estudo. Já o Sr. R. P. Z possui uma grande propriedade no bairro que é resultado de algumas áreas que comprou, áreas de moradores antigos como o Sr. J. C. T. F. que lhe vendeu uma parte do sítio e também áreas dos seus irmãos os Srs. H. T. F. que lhe vendeu cinco alqueires e J. T. F. que vendeu os seis alqueires que havia herdado do pai. Este produtor tem ainda interesse em comprar outras áreas do bairro, e apesar de não ser considerado como produtor familiar foi incluído na pesquisa por fazer parte do espaço rural pesquisado.

Nessa faixa de produtores recentes inclui-se ainda o Sr. J. P. S. que possui a menor propriedade do bairro, pois vendeu uma parte da propriedade para o Sr. R. P. Z.. O Sr. J.

¹⁷ Para maiores informações ver MARTINS (1979).

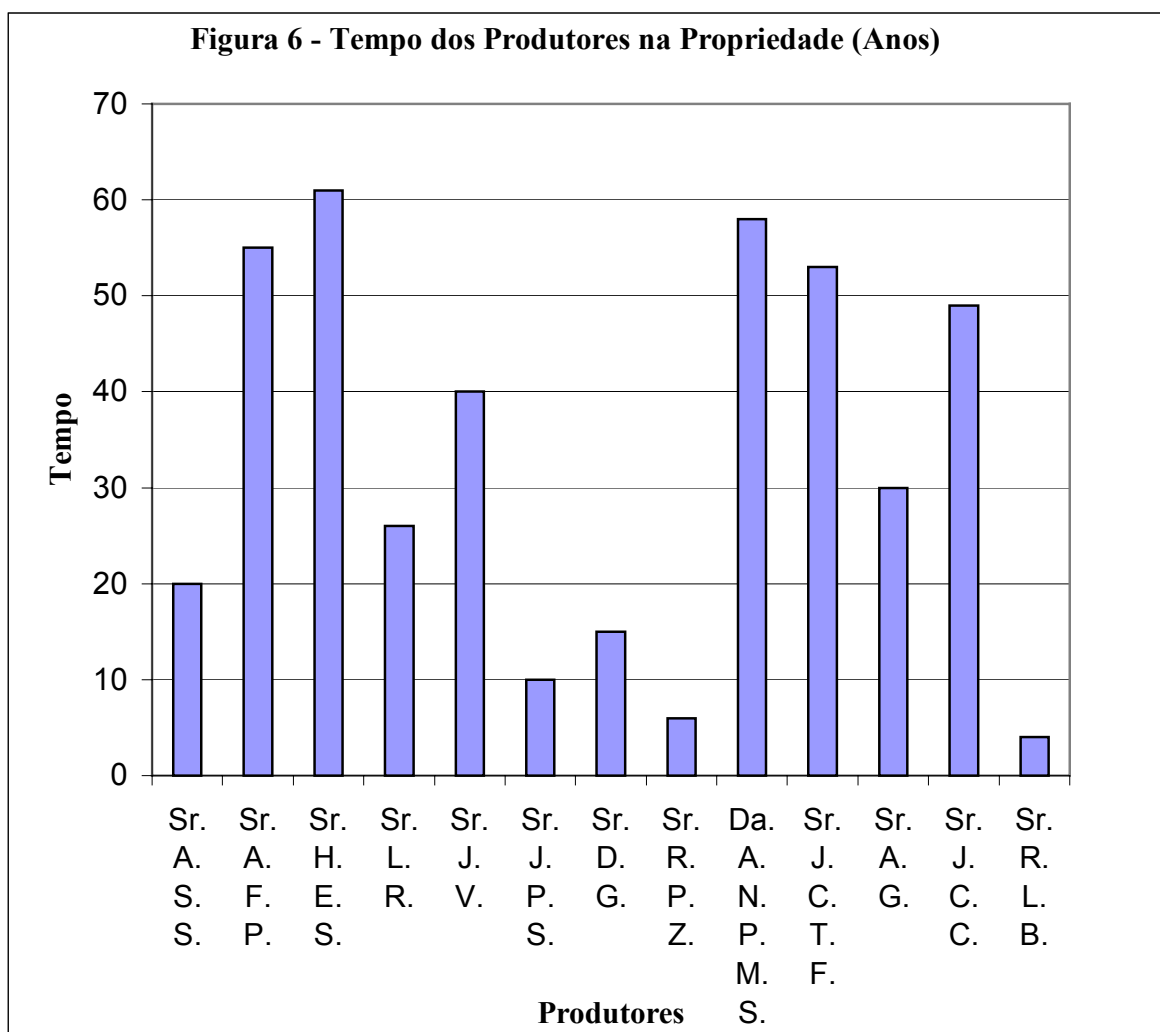
P. S. comprou a propriedade há dez anos do Sr. A. Z., que era um antigo morador do bairro e que por sua vez havia comprado o sítio de um dos irmãos da Da. A. N. P. M. S..

Outro morador recente é o Sr. D. G. que está há quinze anos no bairro, não é o proprietário do sítio sendo o proprietário o seu genro o Sr. H. T. F. que mora em outra cidade. O Sr. H. T. F., dono do sítio, herdou seis alqueires do seu pai, vendeu três alqueires para o Sr. R. P. Z. e hoje possui três alqueires que é onde o seu genro mora. Foi considerado na pesquisa o Sr. D. G. e não o Sr. H. T. F. pelo fato de ser o Sr. D. G. quem cuida do sítio.

Há ainda no bairro os produtores intermediários, são aqueles que se encontram na faixa de tempo na propriedade entre vinte e quarenta anos. Inclui-se nessa faixa o Sr. A. S. S. que possui a propriedade há vinte anos comprada do Sr. B. P.. Quando o Sr. A. S. S. comprou a propriedade não havia nenhuma plantação, era só mato, foi ele quem fez a limpeza da área e as instalações hoje existentes. Em situação parecida estão os outros três proprietários intermediários do bairro, os Srs. L. R., A. G. e J. V., pois quando adquiriram a propriedade também só havia mato na área.

“Quando nós chegamos aqui fizemos financiamento no banco e destocamos pra plantar. Era só mato, pro lado de cima não tinha nada além de mato, aí nós destocamos” (Sr. L. R., história de vida, 2001).

Através da Figura 6 pode-se visualizar há quantos anos os produtores estão na propriedade.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2001.

Os anos que os agricultores estão na propriedade correspondem ao período em que estão no bairro. A Tabela 4 mostra a idade e o tempo de cada agricultor no bairro. Nota-se que a maioria dos agricultores antigos nasceram na propriedade, isso significa que estas propriedades foram herdadas por eles.

Tabela 4 - Idade e Tempo do Produtor no Bairro (Anos).

	PRODUTORES	IDADE	TEMPO
Recentes	Sr. R. L. B.	27	04
	Sr. R. P. Z.	46	06
	Sr. J. P. S.	53	10
	Sr. D. G.	73	15
Intermediários	Sr. A. S. S.	57	20
	Sr. L. R.	52	26
	Sr. A. G.	61	30
	Sr. J. V.	66	40
Antigos	Sr. J. C. C.	49	49
	Sr. J. C. T. F.	53	53
	Sr. A. F. P.	68	55
	Da. A. N. P. M. S.	58	58
	Sr. H. E. S.	61	61

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

4.4. Herança e Gênero

Pretendeu-se neste estudo, por um lado, analisar o processo de herança dos produtores do bairro Cabeceira do Boi e, por outro lado, saber quais as expectativas destes produtores em relação à agricultura.

Observou-se no bairro estudado que a maioria das propriedades foram adquiridas através de herança, ou seja, dos 13 produtores, 07 deles herdaram a propriedade, como aponta a Tabela 5.

Tabela 5 - Formas de Aquisição da Propriedade.

FORMAS	PRODUTORES	%
Através da herança	08	65,1
Através da compra	05	34,9
TOTAL	13	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

Dos 08 produtores que obtiveram a terra através da herança, um deles é arrendatário da propriedade e assumiu a atividade depois da morte do pai. Esse caso também foi considerado como uma forma de herança, não da propriedade da terra, mas sim da atividade produtiva que antes era exercida pelo pai e hoje é o filho quem dá continuidade à essa atividade

O que ocorreu nesse bairro, em termos de transmissão da propriedade, ocorreu também em outros bairros rurais estudados por diversos autores, onde as propriedades que compõe o bairro são passadas de geração a geração (MOURA, 1978). Nesse caso não são todas as propriedades do bairro que foram adquiridas através da herança e sim grande parte delas. A transmissão da propriedade entre parentes pode se dar de algumas maneiras, a partir da morte do chefe da família como é o caso da maioria das propriedades do bairro.

“(...) meus irmãos eram também herdeiros né, que a minha mãe morreu, morreu meu pai, aí eu entrei como herdeiro também, junto aí (...)” (Sr. L. R., história de vida, 2001).

Pode se dar também através de doação entre parentes como aconteceu na propriedade do Sr. A. F. P., onde ele recebeu a propriedade por meio de doação feita pelos tios da mulher, quando estes ainda eram vivos.

“(...) eles falavam assim: _ Nós damo o sítio pa quem nós qué. (...) Eu falei pra ela: _ E agora? Nós fica aqui até quando? Um dia esses dois dono, que é o tio, morre. Falei. A sobrinhada vai entrá. Aí eu propus pra eles, eu falei: _ Ó, o negócio é o seguinte ainda tá em tempo ou voçês dão o sítio pra mim aí eu vô entrá definitivo né, ou vô formá o sítio vô tocá isso pra frente. Aí eles falaram assim: _ Se fô pra dá o sítio nós vamo dá pra você, tá aqui já há tantos anos e outra, nós tem confiança, nós não tem confiança nos outro. (...) Aí eles foram ficando velho, foram desistindo aí eles pegaram e doaram o sítio pra nós, aí eles começô a morrê, morrê e nós ficamo” (Sr. A. F. P., história de vida, 2001).

E pode se dar também por meio do casamento dos filhos, sendo que um filho quando se casa recebe do pai uma parcela de terra dentro da propriedade maior. Pode-se falar em duas unidades produtivas em um mesmo espaço geográfico, mas juridicamente há apenas uma propriedade e os pais deste filho são os únicos donos dessa propriedade (MOURA, 1978).

“Com o casamento, o pai doa o chão de roça e o chão de morada, isto é, os espaços aonde irá se desenvolver um novo tempo da família (...)”
(WOORTMANN, p. 43, 1990).

Tal fato não foi observado na Cabeceira do Boi, pois quando ocorria o casamento de um dos filhos das famílias, ou esse filho continuava morando e trabalhando na propriedade do pai sem, no entanto receber uma parcela de terra dentro da propriedade, ou então, constituía sua nova família longe da propriedade do pai, geralmente na cidade.

Na literatura observa-se uma gama de trabalhos antropológicos no meio rural onde são citadas as distinções de gênero que aí ocorrem. Estas distinções se fazem presentes na transmissão do patrimônio e também na divisão dos serviços pela família. Ocorre que em algumas regiões a divisão da herança se dá de forma igualitária entre os herdeiros e em outras não, ou seja, em algumas regiões do país há a preferência em se deixar o patrimônio para os filhos homens excluindo as filhas do processo de herança, pois as formas de transmissão do patrimônio mudam de acordo com o contexto histórico, geográfico, econômico, etc (CARNEIRO, 2000).

Para WOORTMANN (1995) quando ocorre a divisão igualitária da propriedade, na prática a terra da mulher passa a ser domínio do marido, portanto a herança não chega às mãos da esposa.

“A esposa era triplamente excluída da herança da terra. Inicialmente porque ela não é descendente do proprietário (o marido), depois porque seu trabalho na lavoura familiar era visto como "ajuda" inerente ao desempenho de seu papel de esposa e, finalmente, porque ela não era tida como capacitada socialmente para exercer o papel de chefe da unidade produtiva” (CARNEIRO, p. 4, 2000).

O estudo da autora citada acima procurou entender a lógica da transmissão da terra e sua relação com a reprodução social da família, sendo observado que no estado do Rio Grande do Sul nas duas primeiras gerações de colonos a sucessão se dava ao filho mais velho, cuja escolha tornava-se pública por ocasião de seu casamento. Para que as regras de herança fossem respeitadas era realizada uma doação antes da morte do pai. Na verdade para este grupo a terra possui significados que estão acima de seu valor econômico.

“Apesar da igualdade de condições entre todos os filhos no que se refere ao direito sobre a herança estabelecida pelo Código Civil Brasileiro, as regras culturais (os códigos costumeiros) modificam a lei de acordo com os “interesses” de um ator coletivo - a família -, que se impõe aos interesses individuais. Essa prática torna-se realidade quando o que está em jogo é a manutenção da integridade do patrimônio como condição para o funcionamento da unidade de produção e a reprodução de uma identidade social sustentada na terra e no trabalho agrícola” (CARNEIRO, p. 2, 2000).

Percebeu-se no bairro que a herança foi dividida igualmente entre os filhos, não se fazendo distinção de gênero. Este fato pode ser exemplificado pela família do Sr. H. E. S., pois eram em dez irmãos, um deles faleceu e restaram nove, sendo três homens e seis mulheres. Quando o pai deles faleceu, este já havia adquirido muitas propriedades, não só na Cabeceira do Boi como no bairro vizinho Rancho Queimado e também em outras cidades, e dessa forma conseguiu deixar terra para todos os filhos, inclusive as mulheres,

apesar de hoje nem todos os filhos possuírem terra. O único dos irmãos que permanece até hoje na Cabeceira do Boi é o Sr. H. E. S..

A família da Da. A. N. P. M. S. também não fez distinção de gênero na hora da divisão da herança. Quando o pai faleceu eram em quatro irmãos, duas mulheres e dois homens, e a mãe. A propriedade tinha vinte e quatro alqueires e foi dividida entre os cinco: a mãe como era casada em comunhão de bens teve direito a 50% da herança, tinha portanto direito a doze alqueires, no entanto ficou com dez cedendo dois alqueires para a Da. A. N. P. M. S. pois iria morar com essa filha, os outros três irmãos ficaram com três alqueires cada um.

“A minha mãe me deu um pouquinho a mais de terra (...) pra ela ficá comigo, mais depois ela não quis ficá” (Da. A. N. P. M. S., história de vida, 2001).

Apenas nessas duas famílias citadas havia a presença da mulher como herdeira, os outros cinco agricultores do bairro que receberam a propriedade através da herança, sendo que um deles recebeu por doação, eram homens e aqueles que tinham irmãos eram também homens.

No caso do produtor que recebeu a propriedade através de doação, esta foi feita a ele e a sua mulher, já que a propriedade pertencia aos tios da mulher. Percebe-se neste caso que houve uma certa distinção de gênero, pois se a sobrinha dos antigos donos não fosse casada dificilmente seria a herdeira.

“Eu quero dividir o sítio entre todos os filho, porque você vê né, antigamente não era assim, os filho recebia a terra e as filha recebia o que os pais queria. Até teve uma tia minha que perguntou pro meu avô porque que as mulhé não recebia terra, aí ele falo que na Itália era assim, então tinha que ser assim. Mas ela falô assim: _Mas nós não tamo na Itália, nós tamo no Brasil” (Da. A. N. P. M. S., história de vida, 2001).

Apesar desta tradição, hoje quando se fala em proprietário do sítio refere-se aos dois, marido e mulher.

Esse caso de doação é único no bairro, pois foi percebido que a maioria dos produtores do bairro pretende repartir a terra igualmente entre seus herdeiros, seus filhos, como aponta a Tabela 6.

Tabela 6 - Divisão da Terra entre os Herdeiros.

DIVISÃO	PRODUTORES	%
Igual para homens e mulheres	05	71,4
Não sabe	02	28,6
TOTAL	07	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

Nota-se que alguns produtores têm dúvidas quanto à divisão da terra, o que pode estar ligado ao fato de um destes produtores possuir uma família numerosa e temer uma fragmentação da propriedade.

Muitas vezes as regras locais quanto à transmissão do patrimônio da família, a terra, estão ligadas mais ao fato da reprodução do patrimônio e à reprodução social da família do que a fatos culturais. Neste sentido se por um lado muitos filhos são bem vindos dentro da família como um fator de mão-de-obra, por outro lado tornam-se uma ameaça à integridade do patrimônio.

Durante a pesquisa faleceu um dos produtores o qual não sabia como se daria a divisão da propriedade quando da sua morte. A viúva decidiu dividir a propriedade igualmente entre todos os filhos, mas não fisicamente, ou seja, consultando um advogado decidiu fazer uma doação em nome de todos os filhos. A propriedade continua como está, por conta de dois filhos que trabalham diretamente nela, mas para efeito de posse, todos os filhos são os donos. Esta decisão foi acertada entre eles e todos decidiram não vender suas partes, pois como dizem, a terra era a vida do pai e desejam continuar como está.

Quanto ao outro produtor, a hipótese mais provável pela dúvida da divisão da propriedade está no fato desta servir apenas como lazer, sendo que os donos moram em

outra cidade passando apenas as férias escolares na propriedade. Quem cuida da propriedade são seus sogros e, na falta deles, não saberiam o que fazer.

Alguns dos herdeiros do bairro optaram em vender a sua parte, uns venderam toda a sua parte herdada assim que a divisão foi estabelecida e outros venderam apenas parte da herança.

Na família do Sr. J. C. T. F. nenhum dos irmãos possui os seis alqueires herdados. Desta família o Sr. J. T. F. vendeu os seis alqueires herdados para o Sr. R. P. Z., o Sr. H. T. F. vendeu para esta mesma pessoa três alqueires e o Sr. J. C. T. F. vendeu-lhe um alqueire.

Os irmãos do Sr. L. R. também optaram em vender suas áreas herdadas e, venderam-nas assim que a divisão foi realizada, ficando apenas ele na área. Como a propriedade era grande, tinha trinta e oito alqueires, uma parte pertencia ao bairro Cabeceira do Boi e a outra pertencia ao bairro vizinho Recanto dos Nobres. Na divisão ficaram 12,7 alqueires para cada um. É possível ocorrer negociação de compra e venda entre os herdeiros (HEREDIA, 1979), isto foi o que aconteceu com o Sr. L. R. que conseguiu comprar a maior parte da herança dos seus irmãos, apenas sete alqueires foram vendidos para outra pessoa fora da família. Hoje o Sr. L. R. possui dezoito alqueires, pois foi obrigado a vender o restante para pagar um financiamento que pegou no banco.

“Venderam sete alqueires só, o resto eu comprei tudo. Quis comprá porque eu tava com dinheiro na época, vendi gado, vendi tudo e fui empinando em terra. (...) aí eu fui comprando a parte dos meus irmãos. Eles quiseram vendê por causa de dinheiro, eles queria dinheiro, foi vendendo porque eles achô que a terra não valia nada, eu falei, não vende não, vamo arrendá pra usina. Porque era vantagem né, eles achô que era mais vantagem vendê, o que eu pude comprá eu comprei” (Sr. L. R., história de vida, 2001).

Outro caso em que os irmãos optaram por vender suas terras foi a família da Da. A. N. P. M. S., dos vinte e quatro alqueires que o pai deixou quando faleceu, hoje, restam

apenas cinco que pertencem a Da. A. N. P. M. S. que não vendeu nenhum alqueire herdado, pois seus irmãos e também sua mãe venderam a parte herdada.

A história do Sr. J. C. C. é diferente dos outros herdeiros, pois além de ser filho único foi também o único herdeiro, uma vez que sua mãe já havia falecido. É uma história diferente também pelo fato de ter vendido parte da herança para investir em terra em outro lugar. O pai deixou dez alqueires e hoje possui 1,7 alqueires, pois vendeu o restante para comprar outra propriedade em Goiás.

Quanto à divisão de trabalho existe a oposição casa-roçado estudada pela antropologia, que reforça as esferas masculina e feminina e delimita as áreas de atividades reconhecidas como sendo de trabalho ou não, de acordo com a dinâmica do grupo. O lugar do homem é no roçado, pois é aquele onde o trabalho está ligado a terra, enquanto o da mulher é na casa, com suas múltiplas atividades como a limpeza da casa, o cuidado com as roupas, a preparação da comida e o cuidado com o quintal.

“O pequeno produtor, como pai de família, é quem deve prover o consumo coletivo dos membros do grupo doméstico. E como os bens necessários ao consumo são fornecidos pelo roçado, é ele o responsável pelas atividades que se realizam no mesmo. Desta forma, o lugar do homem é no roçado, enquanto o da mulher, mãe de família, é a casa” (HEREDIA, p. 78, 1979).

Apesar da divisão de trabalho no bairro ocorrer de maneira tradicional, ou seja, as tarefas relativas à casa cabem à mulher e às filhas enquanto que as tarefas relativas à roça ficam a cargo dos homens, observou-se que as mulheres possuem um papel de grande importância no processo produtivo. As mulheres além de ficarem com as atividades relacionadas à casa também trabalham na roça, não representando apenas uma ajuda ao trabalho masculino, mas sim dois braços a mais para o trabalho, e além disso, em alguns casos, participando também das negociações.

Em estudos realizados por MOURA (1978) e HEREDIA (1979) verifica-se a existência de um roçadinho, que é uma parte de terra dentro da propriedade que o pai dá a seu filho para que ele “tome gosto” e responsabilidade pela atividade. O mesmo não foi observado na Cabeceira do Boi, os filhos não ganhavam o roçadinho, mas desde cedo

trabalhavam na propriedade para ajudar a família. Existem as exceções como é o caso da família do Sr. L. R., onde seus irmãos nunca trabalharam na propriedade e tão pouco possuíam apego à terra, como diz o próprio Sr. L. R. :

“(...) toda vida eles trabalhavam particular. Nunca vieram aqui mexê em nada, só vieram aqui quando a véia morreu que eles queriam a parte deles só, e quando o véio morreu também a mesma coisa. É mole? (...) Eles nunca ligaram pra terra” (Sr. L. R., história de vida, 2001).

QUARTO CAPÍTULO

5. ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E FAMILIARES

5.1. Caracterização dos Produtores

O produtor familiar foi aqui entendido através das teorias elaboradas por Wanderley, considerando como agricultor familiar aquele que se auto-explora e não se apropria do trabalho alheio no processo de produção, sendo o caráter familiar um fator essencial na organização da unidade de produção.

Existem hoje 13 propriedades no bairro e apenas duas delas não possuem caráter familiar. A primeira propriedade além de possuir uma grande extensão de área, o trabalho, apesar de ser gerenciado pelo proprietário, não é conduzido pelo grupo familiar, a mão-de-obra utilizada é contratada, desde os serviços com o trato dos animais até serviços administrativos. A outra propriedade não possui uma grande área, mas o trabalho é realizado pelo proprietário e por outros três empregados permanentes, apropriando-se portanto do trabalho alheio. Já as outras 11 propriedades não fazem parte dessa categoria não familiar, pois suas áreas possuem em média 18,3 ha, a mão-de-obra é basicamente familiar, contratando algumas vezes para a colheita de algumas culturas e o trabalho é gerenciado pelo proprietário.

Em se tratando do tamanho da propriedade a maioria dos produtores declararam o desejo de possuir uma área maior, pois alguns deles possuem uma parte de área de reserva permanente considerando essa área como um empecilho à prática agrícola. Outros gostariam de aumentar a área para arrendá-la à usina de cana, pois o arrendamento é visto como uma fonte de uma renda garantida. A maioria deles, caso possuísse algumas economias, iria aplicar na compra de terras ou na compra de equipamentos agrícolas. Por esse fato percebe-se, o grande interesse que possuem pela atividade praticada. Uma boa parte desses produtores declarou que gostaria de investir em imóveis, e para tanto compraria casas na cidade para receber aluguel. Através desses dados percebe-se a preocupação que esses produtores têm em garantir uma renda fixa, já que a atividade agropecuária é considerada uma atividade de risco.

Dos 13 produtores do bairro apenas dois não são proprietários da propriedade, um deles é sogro do dono, sendo ele quem toma conta da propriedade, pois seu genro mora em

outra cidade; o outro é arrendatário, ele arrenda toda a propriedade, retira o sustento da sua família dessa atividade e afirmou que deseja comprar a propriedade, inclusive já havia feito uma proposta ao dono, que não aceitou, mas não desistiu de comprar a área. Pretende ainda fazer uma outra proposta de compra da propriedade, pois assim como WANDERLEY (p. 40-41, 1995), ele acredita que:

“O arrendamento (...) sobre toda a área disponível não garante a segurança necessária ao desempenho da atividade independente. Por esta razão, a possibilidade de ampliar o estabelecimento só é percebida através da compra de terras ou através do arrendamento (...) como complemento à atividade”.

Aqui tal qual o estudo de WANDERLEY (1995) a propriedade da terra é um fator de grande importância para esses produtores, pois é a partir dela que existirá a diferença entre o trabalhador assalariado e o produtor familiar rural. A maioria (09) se autodenominou como produtor rural (Tabela 7).

Tabela 7 - Termo Utilizado como Autodenominação.

TERMOS	Nº	%
Agricultor Familiar	02	15,4
Empresário Agrícola	01	7,7
Trabalhador Rural	01	7,7
Produtor Rural	09	69,2
TOTAL	13	100,0

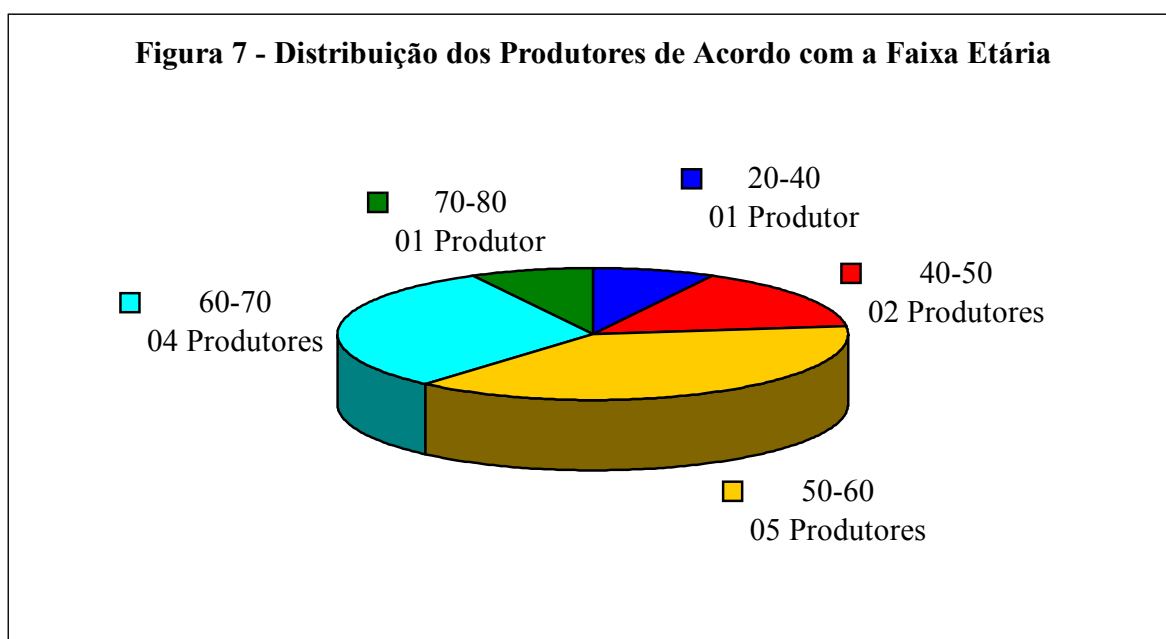
Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

“Como produtores rurais, sentem-se socialmente distantes dos empresários ou comerciantes, profissões vistas como as mais afastadas da profissão de agricultor, sentindo-se mais próximos dos técnicos e engenheiros” (WANDERLEY, p. 48, 1995).

Essa afirmação que Wanderley faz a respeito dos produtores brasileiros também é válida para os produtores do bairro estudado, pois muitos também acreditam que as profissões de empresário ou comerciantes estão distantes de suas vidas, sendo as de técnicos ou engenheiros as que mais se assemelham às suas.

A maior parte (08) dos produtores do bairro mora na propriedade, apesar dos outros não morarem na propriedade estão constantemente nela, pois mesmo morando na cidade, todos os dias estão no sítio. Apenas um produtor que mora em outra cidade vai à propriedade a cada quinze dias, e quando chega, geralmente não tem data para retornar.

Através dos dados obtidos observou-se que a maioria (09) dos produtores possui entre 50 e 70 anos de idade. Apenas um produtor possui menos de 40 anos e um possui mais de 70 anos (Figura 7).



Fonte: Dados da pesquisa, 2001

Quanto à organização social, os dados revelaram que esses produtores não estão motivados a participar de alguma organização social, pois é uma participação baixa e não possui um caráter político e sim um caráter comercial, como no caso da cooperativa que serve para a compra de produtos agrícolas (adubos, sementes, agrotóxicos) para a

propriedade, pois sendo sócio da cooperativa, conseguem descontos e o parcelamento do pagamento desses produtos.

O financiamento rural é uma prática quase inexistente nesse bairro, apenas um produtor declarou possuir financiamento, os outros, ou não possuem, uns por medo de contrair uma dívida, pois acreditam que já é difícil lidar com agricultura sem dívidas, com dívidas seria pior, ou então não conseguiram fazer o financiamento devido aos trâmites burocráticos e também aos juros que são cobrados. Alguns fizeram financiamento no passado, principalmente para puxar energia elétrica.

Apesar do pouco financiamento, muitos desses produtores possuem tecnologias consideradas “modernas”, mas além dessas modernas tecnologias é importante registrar o uso de algumas tecnologias antigas como a tração animal por exemplo. Um outro aspecto que chamou a atenção é o considerável número de produtores que possuem trator e caminhão na propriedade, sendo que 05 deles possuem trator e 06 possuem caminhão.



Fonte: Vanilde F. de Souza, 2001.

Foto 1 – Galpão para Guardar Máquinas e Equipamentos Agrícolas na Propriedade da Da. A.N.P.M.S.

Quanto às benfeitorias, sem exceção, as casas são de alvenaria e algumas estão em ótimo estado de conservação, 11 produtores possuem mais de uma casa na propriedade, algumas servem apenas como depósito. Nas propriedades podem ser vistos ainda curral, terreiro de café, galpão, pocilga, silo e aviário.



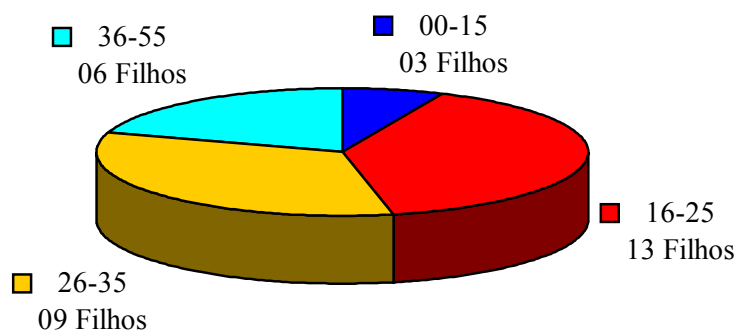
Fonte: Vanilde F. de Souza, 2001.

Foto 2 – Casa da Da. A. N. P. M. S.

Dos 13 produtores, 12 são casados, ou seja a quase totalidade, sendo apenas um viúvo. Todos têm filhos, a média de filhos entre os produtores é de 2,5 filhos por família, o número de filhas no bairro é superior ao número de filhos, sendo 18 mulheres e 13 homens. Foi percebido que as filhas possuem pouca participação na propriedade, a maioria delas já casou e vive na cidade, o inverso ocorre com os filhos homens, sendo que a maioria participa ativamente da organização da propriedade.

A maioria dos filhos já está na fase adulta de suas vidas, isso pode ser observado através da Figura 8.

Figura 8 - Distribuição dos Filhos dos Produtores de Acordo com a Faixa Etária



Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

Apesar dos pais pouco terem freqüentado a escola (Tabela 8), o mesmo não ocorreu com os seus filhos, pois a maioria freqüentou a escola por um período de tempo maior do que os seus pais freqüentaram. Quanto aos pais a maioria não concluiu o ensino fundamental, fez até o antigo 4º ano ginásial.

Tabela 8 - Nível de Escolaridade dos Produtores.

ESCOLARIDADE	PRODUTORES
Ensino Fundamental Incompleto	11
Ensino Fundamental Completo	00
Ensino Médio Incompleto	00
Ensino Médio Completo	00
Ensino Superior Incompleto	01
Ensino Superior Completo	01
TOTAL	13

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

O fato dos filhos estudarem mais do que os pais mostra a importância dada aos estudos. Entre os filhos dos produtores pode-se encontrar profissionais como dentista,

administrador, professor, veterinário, psicólogo e economista. Alguns ainda estão cursando a faculdade.

A caracterização dos produtores do bairro buscou fazer uma demonstração geral das situações encontradas no universo da pesquisa.

5.2. As Dinâmicas Fundiárias e Produtivas do Bairro

Como já foi dito, o bairro rural Cabeceira do Boi é composto por 13 propriedades. Uma das propriedades que não possui caráter familiar possui gado de corte da raça Simental, considerado como um gado de carne nobre sendo vendido em leilões. Além de possuir essa propriedade, este produtor vem comprando várias áreas adjacentes ao bairro e áreas de beira de estrada dentro do bairro¹⁸. Estas áreas localizadas na entrada do bairro servem para fazer propaganda da agropecuária, e para tanto, o proprietário colocou uma placa de localização de sua agropecuária, já que esta fica localizada bem distante da entrada. Percebeu-se que esse produtor investe bastante em publicidade, pois na cidade foram vistas algumas pessoas usando camiseta com o logotipo da agropecuária e também caminhonete com esse mesmo logotipo. Além disso, no mês de agosto foi promovida uma festa na propriedade para todos os criadores deste tipo de gado e para algumas pessoas da sociedade araraquarense.

Em entrevista com este produtor, ele afirmou que ainda pretende comprar outras áreas no bairro, pois diz que é um ótimo investimento, uma vez que segundo ele mesmo, a Prefeitura Municipal da cidade possui diretrizes, cujos objetivos são de tornarem o bairro em um condomínio de luxo, devido principalmente à localização privilegiada que fica a poucos minutos do centro urbano.

Assim como esse produtor, outros acreditam que futuramente o bairro possa vir a ser um loteamento. Quando um deles foi questionado sobre o assunto disse:

¹⁸ Essas áreas de beira de estrada são faixas de terra localizadas próximas à estrada do bairro que dão acesso à Agropecuária Simental e estavam à venda.

“(...) aqui é bem localizado, aqui pode fazer loteamento, é isso aí, aí você vende até melhor” (Sr. L. R., história de vida, 2001).

A idéia basicamente é comprar essas novas áreas para futuramente vendê-las a um preço mais alto. Trata-se na verdade de uma ação imobiliária especulativa que nesse caso é justificada devido ao aumento do perímetro urbano (SANTOS, 1994). Para esse “grande” produtor a aplicação do capital está na compra de terras visando à especulação imobiliária e não à produção propriamente dita. Sendo a pecuária sua principal atividade, a especulação da terra torna-se bastante favorecida, já que o gado também é considerado (nesse caso) uma reserva de valor¹⁹ (GRAZIANO DA SILVA et al., 1980).

“Assim, tanto a pecuária como a extração podem aparecer como subproduto da própria especulação fundiária, na medida em que essas atividades passam a constituir formas de simples ocupação de terra e não objetivo fundamental de produção. Isto de certa forma acentua a concentração da propriedade da terra” (GRAZIANO DA SILVA et al., p. 85, 1980).

Ao lado do capital e do trabalho, a terra, sob o ponto de vista econômico, é também considerada como um dos fatores básicos de produção. PEREZ (2000) acredita que por esse motivo a terra deveria ser comprada ou vendida da mesma maneira que os outros fatores de produção, ou seja, de acordo com um mercado de terras onde o seu valor seria determinado pela oferta e procura e não pela especulação.²⁰ GRAZIANO da SILVA et al. (1980) acreditam que após o advento do capitalismo no Brasil²¹ a especulação na terra aumentou.

¹⁹ Para GRAZIANO DA SILVA et al. (1980), além da pecuária a extração e/ou exploração florestal também constituem formas de reserva de valor.

²⁰ É importante lembrar que no ano de 1850 foi elaborada a primeira Lei de Terras do Brasil que possuía o caráter básico de determinar a posse de terras através da compra ao Estado, portanto a terra torna-se acessível apenas às pessoas que possuem dinheiro, assim dominar a terra significava também dominar a economia da época (MARTINS, 1979).

O intuito dessa Lei era o de tornar a terra em mercadoria e com isso a sua valorização. Em Araraquara a terra aumentou, em termos reais, sete vezes e meia entre 1885/89 e 1890/94 (SILVA & SECRETO, 1999).

²¹ Para maiores detalhes sobre o tema, ver FURTADO (1963) e PRADO JR. (1970).

“(...) a forma que o desenvolvimento capitalista assume no Brasil tem implicado em um alto grau de especulação com a terra, que se tornou uma reserva de valor para capital excedente de outros ramos de produção (...)”
(GRAZIANO DA SILVA et al., p. 230, 1980).

Sob esse ponto de vista a terra passa a ter um significado de reserva de valor, passa a ser um patrimônio, onde independe o tipo de exploração que possa vir a ter (WANDERLEY, 1979).

Esse caso especulativo é uma exceção na área, pois os outros 12 produtores retiram o seu sustento dela, utilizando a terra como um fator de produção. Esses agricultores possuem uma produção que é fundamentalmente voltada para a venda, retirando poucos produtos para sua subsistência. Na verdade, esta visão é justificada pelo fato de que a “formação social brasileira” é baseada no capitalismo (WANDERLEY, 1985).

De acordo com WANDERLEY (p. 43, 1999):

*“(...) A historiografia é plena de exemplos que nos permitem afirmar que, desde o período colonial, os chamados **cultivadores pobres livres** sempre buscaram alternativas econômicas que os integrassem positivamente à economia local e regional, tanto o mercado interno de produtos alimentares como o de produtos destinados à exportação como fizeram com a produção de mandioca, do tabaco e do algodão. E, até hoje, sempre foi uma orientação comum e natural desses agricultores a busca de produto ou produtos comercializáveis que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado.*

Por outro lado, a essa atividade mercantil se soma o autoconsumo”.
(Grifos da Autora).

Mesmo essa produção que é destinada à venda não representa necessariamente um excedente produzido além do necessário e sim um excedente que permite a complementação dos meios de vida e o alcance dos instrumentos e meios de trabalho. Mais adiante, (WANDERLEY, p. 66, 1985) completa:

“(...) o mercado passa a constituir uma mediação indispensável à obtenção de seus meios de vida, da terra e dos instrumentos técnicos da produção e da transferência, para fora da unidade familiar, do sobretrabalho nela produzido (...)”.

De acordo com LAMARCHE (1998) existe uma dependência dos agricultores familiares para com o mercado. Estes agricultores podem ser divididos em três categorias a partir desta dependência: assim tem-se os agricultores que produzem essencialmente para o mercado, ou seja, dedicam toda a sua produção à venda; outros ainda produzem tanto para a venda quanto para o autoconsumo, assim dedicam uma importante parte da produção para a venda e a outra para o consumo da família; e finalmente, há aqueles que produzem essencialmente para a subsistência, destinando o essencial de sua produção para o consumo familiar. Nota-se que nesta última categoria Lamarche coloca a produção para o autoconsumo como essencial, não afirmando porém que toda a produção seja destinada para tal fim, e é justamente neste fato que reside a dependência destes agricultores para com o mercado; pois mesmo produzindo essencialmente para o autoconsumo haverá momentos de relações com o mercado, sejam estas relações através da venda ou sejam elas através da troca de mercadorias. Deste modo, mesmo nos casos onde prevalece o autoconsumo, algumas necessidades da família só podem ser adquiridas de fora, o que acarretará nas relações de troca onde parte da produção passa pelo mercado (WANDERLEY, 1985).

Para MENDRAS (1978) o campesinato é visto em termos de sociedade camponesa, na qual interage com a sociedade global, assim sendo, o funcionamento dessa sociedade ocorre através da produção destinada ao sustento da família e na sua relação e vínculo com o mercado. TEPICHT²² acredita existir uma produção mercantil simples, a qual é caracterizada como uma preparação à entrada do campesinato no modo capitalista. Ocorrendo de maneira especial, este novo sistema caracteriza-se pelo caráter familiar que possui; pela relação entre os fatores de produção, no caso a terra e o trabalho; pela relação entre a economia camponesa e o mercado, e também pela relação entre o trabalho

²² Para maiores informações ver ABRAMOVAY (1992).

camponês e a renda. Esse sistema de produção mercantil simples tem como base fundamental o caráter familiar.

A teoria de Chayanov é uma importante fonte que serve para ajudar a elucidar a lógica de funcionamento da exploração familiar, mas não consegue esclarecer o porquê das formas alternativas que a família encontra como estratégia para o funcionamento de sua atividade, pois considera que a produção familiar ocorre em função de um modo de exploração simples, não considerando a diversidade e a capacidade de adaptação que estão presentes na produção familiar bem como a sua aproximação com o mercado.

A aproximação com o mercado é bastante clara no bairro estudado, já que os produtores retiram para o autoconsumo basicamente os produtos de origem animal, como leite e ovos, além das pequenas criações que servem para o consumo de carne, no caso, carne de frango e de porco e algum novilho que resolvem abater. Entre os produtos de origem vegetal consomem aqueles alimentos que são produzidos na propriedade, apesar da aparente variedade de alimentos, a maior parte dos produtos que consomem são procedentes de fora da propriedade.

Hoje, o bairro é bastante diversificado em termos de produtos destinados à venda. Na área podem ser vistas culturas como chuchu, tomatinho pêra, mandioca, quiabo, rabanete, jiló, berinjela, abobrinha, vagem, pimentão, batata-doce, milho verde, acerola, laranja, cana-de-açúcar e café. A produção animal voltada para o mercado é constituída de gado leiteiro, gado de corte, granja de frangos, suínos. A Tabela 9 apresenta a produção mercantil de cada propriedade do bairro.

Tabela 9 - Produção Mercantil nas Propriedades.

PROPRIEDADES	PRODUÇÃO MERCANTIL
01 (Sr. A. S. S.)	Gado de leite, aves
02 (Sr. A. F. P.)	Laranja, café, cana-de-açúcar, gado de corte e suínos
03 (Sr. H. E. S.)	Café, cana-de-açúcar, aves e gado de corte*
04 (Sr. L. R.)	Gado de leite e gado de corte**
05 (Sr. J. V.)	Cana-de-açúcar, tomatinho pêra, chuchu e acerola
06 (Sr. J. P. S.)	Aves
07 (Sr. D. G.)	Gado de corte***
08 (Da. A. N. P. M. S.)	Cana-de-açúcar, chuchu, mandioca, quiabo e rabanete
09 (Sr. J. C. T. F.)	Gado de leite****
10 (Sr. J. G.)	Gado de corte e gado de leite*****
11 (Sr. J. C. C.)	Gado de corte*****
12 (Sr. R. L. B.)	Jiló, berinjela, abobrinha, milho verde, batata doce, vagem e pimentão
13 (Sr. R. P. Z.)	Gado de corte *****

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

* Na verdade o gado de corte que esse proprietário possui são novilhos que vende de acordo com o preço de mercado;

** Esse proprietário possui grande quantidade de bois e touros que são vendidos de acordo com o preço de mercado. Essa grande quantidade é devido às atividades de rodeio na propriedade;

*** O Sr. D. G. possui uma pequena quantidade de bois que são vendidos quando necessário .

**** Esse produtor possui alguns bezerros que serão destinados a troca em 2002;

***** Esse produtor possui uma pequena quantidade de boi, novilho e bezerro que ficam nessa propriedade para engorda e cria e depois faz troca com os outros gados que possui em sua outra propriedade;

***** O Sr. J. C. C. possui apenas alguns novilhos que vende de acordo com o melhor preço e depois compra outros usufruindo do lucro das vendas.

***** O Sr. R. P. Z. possui gado da raça Simental. A venda desse gado é realizada em leilões específicos.

Como pode ser observado, a diversificação da produção é limitada ao bairro, já que são poucos os produtores que possuem uma produção diversificada dentro da propriedade. Foi notado que é mais fácil encontrar pequenas criações animais para o autoconsumo do que uma simples roça de verduras e legumes nas propriedades, sendo poucos os agricultores que as possui. Quando existe essa roça de autoconsumo, ela é administrada

pela mulher, como também as pequenas criações. Tal como MOURA (1978) já havia observado, esses tipos de atividades fazem parte do domínio da mulher, esse espaço denominado de quintal nada mais é do que uma extensão da cozinha.



Fonte: Vanilde F. de Souza, 2001.

Foto 3 – Suínos para o Consumo da Família da Da. A.N.P.M.S.

Pode ser notado ainda através da Tabela 9 que apenas quatro produtores não possuem qualquer tipo de gado na propriedade. Isto pode ser explicado talvez pelo fato de que três deles possuem uma forte ligação com o meio urbano, sendo que dois deles não moram na propriedade e o outro veio do meio urbano para o rural. Dessa aproximação forte com o urbano pode-se adquirir os produtos que a produção animal pode oferecer. O outro produtor que não possui gado em sua propriedade, segundo relatos próprios, diz não ter condições para a aquisição de animais.

Pelo relato dos agricultores, é um fato novo a compra dos produtos para o consumo da família procederem de fora, pois na época dos seus pais²³ poucos produtos eram

²³ Essa época dos pais dos produtores corresponde a 25 anos atrás.

comprados na cidade, a maior parte do que consumiam vinha da produção da propriedade. Essa produção também tinha um caráter mercantil, mas percebe-se que a garantia de alimentos para a família era uma questão muito importante, pois além de produzirem o principal produto mercantil, possuíam suas pequenas roças que eram destinadas ao autoconsumo. A variedade dos produtos das roças era bastante grande, pois o cultivo de diversos produtos alimentares que não eram destinados à comercialização consistia na fundamental fonte de alimentos da família.

Comparando o consumo dos produtos produzidos na propriedade hoje com a época de seus pais²⁴, 07 produtores afirmaram que nos dias de hoje o consumo de produtos na propriedade é menor do que no tempo dos pais e os outros 03 disseram que o consumo é o mesmo. Nenhum desses produtores afirmou que o consumo hoje dos produtos da propriedade é maior do que na época dos pais. Isso pode estar associado ao fato de que na época em que os pais comandavam a propriedade, o acesso aos produtos vindos de fora era muito difícil, devido às condições de transporte e comunicação, sendo portanto essencial a diversidade de produtos alimentares no interior da propriedade.

A comercialização dos produtos produzidos no bairro sempre ocorreu sem a presença de atravessadores, sendo os próprios produtores os responsáveis pela venda. No caso de produtos como chuchu, tomatinho pêra, mandioca, quiabo e rabanete, a venda é realizada às quitandas da cidade. O produtor que produz jiló, berinjela, abobrinha, vagem, pimentão, batata-doce e milho verde vende sua produção direto para o Ceasa.

No caso das culturas permanentes como o café e a laranja, a comercialização é realizada com indústrias da região. O café é vendido para um comprador da cidade de Matão que faz o beneficiamento, o pagamento da produção é realizado à vista. Já a laranja é comercializada para uma agroindústria de sucos da cidade, e a forma de pagamento, assim como no caso do café, é realizada à vista.

As propriedades que possuem cana-de-açúcar produzem sob forma de arrendamento, com exceção da propriedade 08 Da. A. N. P. M. S. que possui cana para o “gasto”. A usina já a procurou para arrendamento mas como possui uma pequena área seria inviável.

²⁴ Essa questão foi formulada para aqueles produtores em que o pai também possuía uma propriedade agropecuária, ou seja, aos pais que também eram produtores rurais.



Fonte: Vanilde F. de Souza, 2001.

Foto 4 – Cultura da Mandioca e Cana-de-Açúcar ao Fundo na Propriedade da Da. A. N. P. M. S.

O arrendamento se faz quando a usina arrenda uma área da propriedade, o produtor além de entrar com a mão-de-obra, compra os adubos, agrotóxicos e mudas necessários à produção. Essa mão-de-obra é basicamente com os tratos culturais e implantação da cultura, pois a colheita fica a cargo da usina assim como também o transporte da produção. O preço pago pelo arrendamento é de acordo com a produção obtida, na safra de 99/2000 a usina pagava pela tonelada de cana R\$ 0,40, mas de acordo com os produtores, raramente eles recebiam esse preço por tonelada, pois descontavam-se os gastos que a usina tinha com o transporte e impostos e geralmente recebiam R\$ 0,38 por tonelada de cana. O pagamento é realizado em 06 parcelas, a primeira parcela corresponde a 80% do valor total e as outras cinco são parcelas decrescentes.

Apenas o produtor 01Sr. A. S. S. arrenda uma parte da área da sua propriedade para o plantio de cana diretamente com um produtor e não com a usina, sendo assim, o arrendamento não é pago da mesma maneira que os citados acima. Esse produtor recebe

uma quantia fixa pela área, pois ele não arrenda diretamente com a indústria e sim para um outro produtor.

A seguir apresenta-se a Tabela 10 onde são demonstrados os rendimentos brutos das propriedades de acordo com a atividade exercida e a quantidade de pessoas envolvidas na atividade.²⁵

Tabela 10 - Rendimento Bruto (R\$/Mês) e N° Pessoas na Atividade.

PROPRIEDADES	RENDA	RENDA	ARRENDAMENTO	TOTAL DA RENDA	N° PESSOAS
	PROD. AGRÍCOLA	PROD. ANIMAL			NA ATIVIDADE
01 Sr. A. S. S.	0,0	1520,0	200,0	1720,0	01
02 Sr. A. F. P.	1803,3	55,0	0,0	1858,3	03
03 Sr. H. E. S.	916,7	666,7	0,0	1583,4	03
04 Sr. L. R.	0,0	976,8	0,0	976,8	02
05 Sr. J. V.	811,1	0,0	0,0	811,1	01
06 Sr. J. P. S.	0,0	1500,0	0,0	1500,0	01
07 Sr. D. G.	0,0	400,0	0,0	400,0	01
08 Da. A.N.P.M. S.	480,0	0,0	0,0	480,0	02
09 Sr. J. C. T. F.	0,0	350,0	0,0	350,0	01
10 Sr. J. G.	0,0	416,7	0,0	416,7	01
11 Sr. J. C. C.	0,0	350,0	0,0	350,0	01
12 Sr. R. L. B.	3160,0	0,0	0,0	3160,0	04
13 Sr. R. P. Z.*	0,0	160000,0	0,0	160000,0	08

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

* A renda desse produtor proveniente da produção animal é um valor aproximado que foi fornecido pelo próprio produtor.

Percebe-se através da Tabela 10 que algumas rendas são bastante altas, porém apesar de serem altas, estas rendas não são exclusivamente para uma pessoa, pois é dividida igualmente entre as pessoas que trabalharam na atividade. Um exemplo claro é a renda da propriedade 02 Sr. A. F. P. sendo dividida entre três pessoas. Das propriedades que possuem

²⁵ Nessa tabela não foram considerados os rendimentos obtidos através de atividades pluriativas e nem de aposentadorias, pois serão considerados mais adiante.

uma renda acima de R\$ 1000,00 apenas a propriedade 01 Sr. A. S. S. e 06 Sr. J. P. S. não necessitam dividir a renda com outra pessoa, pois participam da produção sozinhos, ambos os casos possuem granja de aves na propriedade.

Para CHAYANOV²⁶ o conceito de autoexploração está na quantidade de trabalho que cada família realiza de acordo com as suas necessidades. Deste modo é a família a responsável pela determinação da utilização de qualquer tipo de mão-de-obra na propriedade, pois é através da organização interna da família que irá dar respostas às suas necessidades.

A propriedade 12 Sr. R. L. B. é a que possui maior renda, porém possui três empregados permanentes, e a atividade que esse produtor exerce é a horticultura. A renda das propriedades foi calculada de acordo com os dados fornecidos por cada produtor: aquelas propriedades que possuem arrendamento para cana e recebem o pagamento por safra e em prestações, a renda dessa atividade foi calculada através do valor total recebido e dividido em 12 para se chegar a renda mensal; já as propriedades que possuem gado (bezerro, novilho, vaca cheia ou seca e boi) e que vendem ou trocam esporadicamente, a renda foi calculada de acordo com a quantidade de gado que possuem e com a venda durante o ano, dividindo também por 12 para se obter a renda mensal.

Muitos destes produtores possuem outros tipos de renda, principalmente de aposentadorias, além de rendas que provém de outras atividades, mas esses casos serão discutidos mais adiante.

A relação das agroindústrias com os produtores é considerada boa, segundo os responsáveis das indústrias pela negociação e segundo os próprios produtores. Para os produtores de cana, possuir uma parte da propriedade com essa cultura é uma forma de garantia de renda. O motivo da escolha do bairro para as agroindústrias é basicamente o mesmo. Segundo elas, a escolha foi realizada principalmente pela localização, pois o bairro fica próximo às indústrias e possui estradas em boas condições. Não há por parte dessas indústrias interesse em outros produtores do bairro, pois as áreas são pequenas.

No caso da produção animal, as granjas que existem no bairro fazem parte de uma integração entre agricultor e agroindústria. A agroindústria fornece o pintinho, a ração, todo o cuidado veterinário e o agricultor se encarrega da mão-de-obra, neste caso são frangos de engorda. No bairro existem três granjas de frango, sendo duas integradas com

²⁶ Para maiores informações ver WANDERLEY (1998).

uma mesma agroindústria e uma com outra. A agroindústria que possui apenas um produtor para a engorda dos frangos é uma agroindústria bastante exigente, percebe-se que o trabalho e a preocupação que este produtor tem com a criação é maior do que os outros dois que são integrados a outra agroindústria, pois ele acredita que esta tarefa é quase como um trabalho escravo. A granja ocupa sua atenção durante o dia inteiro e às vezes à noite e o retorno não é muito bom, quase não dá para cobrir o investimento. Este produtor se auto denominou um operário.



Fonte: Vanilde F. de Souza, 2001.

Foto 5 – Vista Lateral da Granja do Sr. A. S. S.



Fonte: Vanilde F. de Souza, 2001.

Foto 6 – Vista Interna da Granja do Sr.A. S. S.

Além da engorda do frango estes produtores conseguem retirar a cama de frango e vendem esta cama, o que lhes garante uma renda a mais. O engenheiro agrônomo da casa da agricultura de Araraquara disse que, na verdade, o que dá sustento às granjas é a cama de frango, pois se não ficassem com ela a atividade seria inviável; disse também que a integração entre as granjas do bairro e as agroindústrias avícolas iniciou-se com a Sadia que se localizava no município vizinho Américo Brasiliense, a qual procurou os produtores do bairro para fazer esta integração. Com o fechamento da Sadia os produtores do bairro tiveram que procurar outras opções de agroindústrias do ramo.

Todas as três granjas são bem equipadas. São automáticas e apenas nos primeiros 15 dias de vida do pintinho a ração é posta manualmente, depois deste tempo, o serviço é mecanizado. O grande trabalho que estes produtores têm com essa criação é o constante manuseio com eles, pois a mortalidade torna-se muito alta se houver muito vento, muito frio ou muito calor, portanto há necessidade de inspeção praticamente durante todo o dia.

Dois dos produtores que possuem gado leiteiro na propriedade vendem o leite para um laticínio na cidade de Matão e o outro vende o leite no varejo. Destes três produtores

de leite apenas um faz queijo para venda, e tem sua comercialização feita também no varejo.

Antigamente não havia esta diversidade de produtos destinados à venda no interior do bairro. Em entrevista realizada com o presidente do sindicato rural de Araraquara (Sr. N. F.) pode-se fazer um valioso resgate da história do bairro. Este Sr. nasceu no bairro e morou lá até a divisão da herança deixada pelo pai. Segundo ele, quando o pai adquiriu a propriedade no bairro havia apenas mato, era “cerradão”, que foi desmatado para o plantio de café, pois era um bom investimento na época, e portanto nas propriedades existentes no bairro plantava-se apenas café para a comercialização. Isto até o ano de 1949; a partir deste momento, os preços do café já não estavam altos e assim as áreas plantadas com café foram substituídas pela pastagem, o que fez com que a renda dos produtores caísse muito, o que obrigou muitos a venderem suas propriedades. A cultura que sucedeu a pastagem foi a laranja, que entrou no bairro a partir da década de 70, pois as perspectivas para essa cultura eram muito boas.

“E aí se plantou laranja, aquele bairro todo era laranja, praticamente as pessoas que viviam ali foi da laranja. Agora nos anos 90, depois de 95, 96 por aí começou a crise da laranja, o custo de manutenção fica muito alto, o preço, as oscilações muito grande de preço. Um ano conseguia vender no outro não se conseguia, até hoje é assim” (Sr. N. F., entrevista, 2001).

É a partir desse momento que a cana entra no bairro. Segundo o Sr. N. F. esse foi o único bairro que até então conseguia se manter sem a presença da usina. A comercialização destes produtos também era realizada de forma direta, ou seja, entre produtor e comprador sem a intermediação de terceiros. O café era vendido a uma indústria de Araraquara, a laranja era comercializada através de uma cooperativa de citricultores que havia na cidade, depois esta cooperativa foi fechada. Então a venda passou a ser realizada para uma agroindústria processadora de suco da cidade e até hoje é assim.

Portanto a dinâmica do bairro em relação às culturas existentes destinadas ao mercado durante um período de 25 anos foi a seguinte: café, substituído por pastagem, que foi substituída pela laranja e que por sua vez foi substituída pela cana. Esta dinâmica está relacionada à maior parte da área que as propriedades destinavam para essas culturas; pois hoje vemos que no bairro existe ainda a produção de todas estas culturas citadas, porém não mais é realizada em grande escala, nem dentro das propriedades e, tão pouco no bairro.

Dos 13 produtores do bairro apenas dois deles possui mão-de-obra permanente. Os outros utilizam para a produção basicamente mão-de-obra familiar. Apenas quando a cultura demanda uma mão-de-obra muito intensa, como por exemplo, no caso da colheita de café ou da laranja são utilizados serviços de terceiros, já que são culturas exigentes em mão-de-obra. A utilização da mão-de-obra contratada também se fazia na época de seus pais, que apesar de todos os braços da família participarem das atividades de colheita, estes não eram suficientes.



Fonte: Vanilde F. de Souza, 2001.

Foto 7 – Família da Da. A.N.P.M.S. Preparando a Terra para o Plantio.

A maioria dos produtores do bairro utiliza hoje técnicas modernas de produção, tais como a utilização de arado tratorizado, pulverizador, distribuidor de calcário, grade, roçadora, picador/triturador, muitos possuem também caminhão e trator. Percebe-se que esses produtores aderiram ao chamado “pacote tecnológico” imposto na década de 60 para a agricultura brasileira.

Além destes equipamentos agrícolas, outras técnicas que também surgiram com o “pacote tecnológico” são utilizadas por estes agricultores, como o uso de agrotóxicos, adubação química, sal mineral e uso de antibióticos para as criações.



Fonte: Vanilde F. de Souza, 2001.

Foto 8 – Cavalo Utilizado para Tração Animal na Propriedade da Da. A.N.P.M.S..

Mas estas técnicas não eram utilizadas 25 anos atrás, e foi durante este período que estas técnicas modernas ganharam espaço dentro da agricultura brasileira. Antigamente a

propriedade utilizava técnicas como o arado animal, inclusive muitos produtores ainda o possui e o adubo utilizado era esterco animal produzido na própria propriedade.

Como o próprio Sr. N. F. afirmou:

“Naquela época não existia o adubo (químico), não existia calcário, não existia a tecnologia que existe hoje. Depois com o surgimento dessas técnicas de produção, o adubo era muito caro e existia muito pouco, não se falava em calcário” (Sr. N. F., entrevista, 2001).

Um fato também interessante diz respeito à assistência técnica, que se antes era toda fornecida pelo Estado, hoje a situação é diferente. Segundo o Engenheiro Agrônomo da Casa da Agricultura local, o Estado não dá condições para realizar um acompanhamento necessário junto às propriedades. Hoje a Casa da Agricultura conta com apenas dois engenheiros agrônomos e um só carro para a realização das visitas e para o atendimento a 800 propriedades que o município possui. Segundo ele, antigamente contava-se com três engenheiros agrônomos e três técnicos agrícolas, fora as condições de trabalho que eram melhores, assim conseguiam assistir grande parte das propriedades. Hoje a dinâmica é voltada para aquelas propriedades consideradas como sendo o foco de disseminação de tecnologias. Diante disso foi questionado se não daria para atuar em alguma propriedade do bairro ficando esta como foco de disseminação para as demais. Quanto a isto, o engenheiro acredita ser muito difícil, pois muitos dos produtores que estão no bairro já estão acostumados com determinada técnica e seria muito difícil conseguir se adequarem a novidades. Em vista disso esses produtores ficam à mercê da assistência técnica privada, constituída sobretudo pelas firmas que vendem agrotóxicos.

No bairro pode ser observado o respeito que esses produtores têm em relação à área de preservação permanente, pois todos acatam o limite estabelecido pela lei, já que na maioria das propriedades o córrego passa por elas e deve ser deixado uma porcentagem de mata natural próximo a esse córrego. Na verdade existem dúvidas se esses produtores têm consciência da importância desta área de preservação ou se a respeitam devido ao medo de levarem uma multa por não obedecerem a lei. Esta dúvida aparece devido à declaração de um dos produtores, o qual afirmou que ao receber a terra de herança desmatou uma parte

do sítio a fim de construir o rancho para a família morar, mas logo que isso aconteceu, apareceu um fiscal e aplicou-lhe uma multa.

“Então quando nós peguemo essa terra aqui, hoje nós qué trabaiá, mais não pode. Que com cinco alqueires de terra nós tamo com um alqueire e meio de reserva entre beira de rio e reserva florestal (...) deixaram no meio do sítio esse alqueire (...) agora temo esse alqueire aí que não pode mexe e tem mais o pedaço que vieram aqui que não pode mexe na beira do rio” (Sr. M. M., história de vida, 2001).

Essa área de reserva pode ter um duplo sentido: ao mesmo tempo em que é vista como uma importante contribuição ao meio ambiente, outras vezes torna-se um estorvo ao plantio, já que não pode ser utilizada para este fim.

5.3. A Pluriatividade no Bairro

O meio rural brasileiro de hoje não está limitado somente aquelas atividades relacionadas a agropecuária ou agroindústria. Nas últimas décadas percebe-se que este meio vem desempenhando novas funções, tanto agrícolas como não-agrícolas, e proporcionando novas oportunidades de trabalho e renda para as famílias. Atualmente, a agropecuária moderna e a agricultura de subsistência dividem lugar com um conjunto de atividades ligadas ao lazer, prestação de serviços ou até mesmo a indústria, diminuindo assim os limites entre o rural e o urbano.

Em especial, um acontecimento que tem chamado a atenção dos pesquisadores é a significativa participação de fontes de renda não-agrícola na constituição das rendas das famílias rurais. Tem-se constatado que as transformações do regime de dedicação do tempo de trabalho na agricultura, no sentido da diversificação de atividades, rurais ou não, estariam sendo bastante eficazes na composição da renda das famílias rurais.

Para WANDERLEY (p. 49-50, 1999):

“(...) deve-se considerar, tendo em vista a precariedade e a instabilidade da situação camponesa, o trabalho externo torna, na maioria dos casos, uma necessidade estrutural, isto é, a renda obtida nesse tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução não só da família como do próprio estabelecimento familiar”.

No bairro pesquisado, as formas de organização do trabalho familiar e o seu regime de dedicação às atividades agrícolas revelam que algumas propriedades são capazes de direcionar parte de sua mão-de-obra para trabalhos que não são necessariamente agrícolas, sem que isso venha afetar o seu processo produtivo.



Fonte: Vanilde F. de Souza, 2001.

Foto 9 – Propaganda do Rodeio do Sr. L. R.



Fonte: Vanilde F. de Souza, 2001.

Foto 10 – Local do Rodeio na Propriedade.

A pluriatividade e o trabalho externo que a família pode vir a possuir não indicam uma degradação da atividade familiar, ao contrário, significam estratégias utilizadas pelos grupos para a reprodução da família e do estabelecimento (WANDERLEY, 1999).

Foi considerado no presente trabalho como famílias pluriativas aquelas que combinavam atividades agrícolas e não-agrícolas como ocupação para seus membros, ou seja, combinavam diversas formas de ocupação nos vários ramos de atividades agrícolas ou não. Pois é essa combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família, que caracteriza e define a pluriatividade (SCHNEIDER, 1999a), portanto, 06 famílias existentes no bairro são consideradas como pluriativas. A Tabela 11 apresenta as famílias pluriativas do bairro e a renda advinda dessas atividades.

Tabela 11 – Renda das Atividades Pluriativas (R\$/mês).

PROPRIEDADES	ATIVIDADES PLURIATIVAS	RENDA
01 (Sr. A. S. S.)	Fabricação caseira de queijo	360,0
02 (Sr. A. F. P.)	Prestação de serviços (tratorista)	1500,0
04 (Sr. L. R.)	Atividade de rodeio	500,0
06 (Sr. J. P. S.)	Comércio de madeira	5000,0
09 (Da. A. N. P. M. S.)	Prestação de serviços (serviços gerais)	500,0
12 (Sr. J. C. C.)	Comércio de floricultura e prestação serviços de jardinagem	2000,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

Estas famílias pluriativas possuem uma renda total maior do que aquelas famílias que apenas sobrevivem da atividade agropecuária²⁷, o que vem afirmar a necessidade de outras ocupações para a composição da renda das famílias rurais.

Apesar da baixa porcentagem de famílias pluriativas no bairro, foi observado que em apenas uma delas não ocorre qualquer fonte de renda externa à propriedade, sendo sua única fonte de renda aquela proveniente da produção agrícola do sítio. Porém essas rendas extras provêm, sobretudo, de aposentadoria e não podem ser consideradas como rendas pluriativas. Assim como apontava HERVIE²⁸, não seria possível sobreviver apenas com o trabalho agrícola, vivendo dentro de uma lógica capitalista e de mercado.

Para GRAZIANO DA SILVA (1999) a atividade agropecuária está se tornando uma atividade de tempo parcial para o crescente conjunto de famílias que resistem e permanecem no meio rural.

Nota-se a partir da Tabela 12 que a grande maioria das propriedades têm como principal fonte de renda as atividades relacionadas diretamente com a produção agropecuária. Isto significa que embora as propriedades do bairro possuam alguma fonte de renda não agrícola, a prática profissional continua sendo aquelas relacionadas à atividade agropecuária. Percebe-se que 03 propriedades têm na atividade não-agrícola sua principal fonte de renda, sendo que uma delas a renda é proveniente de aposentadoria. Constatou-se que dos 13 produtores do bairro, 08 possuem como fonte extra de renda a

²⁷ A exceção é a propriedade Nº 12 do Sr. R. L. B. que possui uma renda alta proveniente apenas da atividade agrícola.

²⁸ Para maiores detalhes ver SCHNEIDER (1999 a).

aposentadoria. Esta renda proveniente de aposentadoria é bastante importante para estes produtores, chegando a ponto de um deles afirmar que se não fosse pela aposentadoria não teria condições de sustentar o sítio, ou seja, não daria para sobreviver apenas da atividade agropecuária.

Tabela 12 - Principal Fonte de Renda das Propriedades.

Fonte de Renda	Nº de Propriedades
Produção Agrícola	05
Produção Animal	05
Não Agrícola	03
TOTAL	13

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

Um fato interessante no bairro está relacionado com o “transbordamento” da cidade para o campo, no sentido de construção de chácaras de lazer e condomínios fechados ao redor desse bairro. Existe um bairro vizinho ao Cabeceira do Boi denominado Chácara Flora, o qual é constituído por mais de 500 chácaras de lazer e moradia. Além deste bairro outros bairros vizinhos possuem habitações populares, condomínios fechados, pesque-pagues, restaurantes rurais, sítios de final-de-semana, etc., aumentando a oferta de atividades ligadas no campo do lazer. Estes bairros vizinhos ao Cabeceira do Boi eram antigas fazendas de café que foram loteadas e fazem parte do perímetro urbano do município. Percebe-se que o que era antes uma localidade definida como rural, hoje já não pode mais ser definida como tal. Assim, de acordo com GRAZIANO DA SILVA (p. 1, 1999)

“(...) o meio rural brasileiro se urbanizou nas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural”.

Esse “transbordamento” do mundo urbano sobre o mundo rural caracteriza um fenômeno chamado de “urbanização do campo” que é resultado do afastamento de pessoas e indústrias das cidades e do mercado de trabalho urbano para o meio rural situado ao redor dessas cidades. Esse afastamento pode se dar através de moradias, turismo, lazer e prestação de serviços.

De acordo com um dos agricultores do bairro já existem diretrizes da Prefeitura Municipal de Araraquara no sentido de fazer desta área loteamento para a construção de um condomínio de luxo, sendo, portanto a questão da urbanização do bairro um fato prestes a ocorrer via moradia para a população que está cansada da vida agitada do centro urbano, decorrente de uma crise urbana devido principalmente à violência.

Portando o espaço rural transforma-se em uma opção de moradia para um grupo de pessoas que possui alto poder aquisitivo e também para aquelas que possuem baixo poder aquisitivo, pois em algumas cidades fazem-se loteamentos distantes do centro urbano em áreas que antes eram consideradas rurais e que hoje possuem habitações populares.

O fato destas pessoas preferirem hoje o meio rural ao urbano está relacionado também à mudança da base técnica, ou seja, às facilidades com energia, transporte e comunicações e pela proximidade das cidades, possibilitando o deslocamento diário do local de moradia para os locais de trabalho. Para GAMA (1987) quatro pontos são importantes para definir o processo da perda dos espaços rurais e da especificidade antes fundamentada pelas atividades agrícolas, são eles:

- a difusão dos meios de transporte, tornando mais acessível os locais de trabalho e os mercados urbanos;
- a difusão dos meios de comunicação, tornando possível a comunicação através da telefonia com qualquer parte do mundo, e mais recentemente com o uso da internet;
- a difusão da energia elétrica;
- a difusão rápida de novas técnicas.

Esse meio rural agora pode ser denominado como “neo-rural”, onde os profissionais urbanos estão procurando a área rural para moradia e eventualmente possuem alguma atividade agrícola. Para GRAZIANO DA SILVA (1996), esse fenômeno é maior que um simples resgate do próprio rural, pois representa a constituição de um “novo rural”

que retoma muitas das características do “velho rural”, e que também, por outro lado, insere um conjunto de novas funções e processos até antes pouco conhecidos do espaço rural.

No bairro estudado este denominado “novo rural” se verifica principalmente devido à aproximação do urbano com o meio rural e através da possibilidade de loteamento do bairro.

5.4. As Expectativas em Relação à Agricultura

No bairro a maioria dos produtores mora na propriedade, aqueles que não moram na propriedade estão constantemente nela e justificam a moradia na cidade devido aos estudos dos filhos. Depois que os filhos estiverem encaminhados pretendem morar na propriedade.

Tabela 13 - Local de Residência do Produtor.

LOCAL	QUANTIDADE DE PRODUTORES	%
Na propriedade	07	53,8
Em outra propriedade	01	7,7
Na cidade de Araraquara	04	30,8
Em outra cidade	01	7,7
TOTAL	13	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2001.

Apesar de acreditarem que o campo é a melhor opção de moradia, os produtores (a maioria) gostariam que seus filhos estudassem e fossem trabalhar na cidade, este fato está associado à falta de incentivos dada a agricultura por parte do governo, pois dos 13 produtores, 12 acreditam que a política agrícola atual do governo é muito desfavorável, e 08 deles afirmam que o governo favorece apenas certos grupos na agricultura, ou seja, os “grandes”. Isto se reflete no bairro, pois 11 produtores acreditam que sua situação está entre ruim e “mais ou menos”.

“(...) na terra eu acredito, só que você não tem é apoio. É uma coisa que você precisa, aqui você não tem apoio. Você pode vê na televisão, eles fala que faz isso, que faz aquilo e ninguém faz nada” (Sr. L. R., história de vida, 2001).

Portanto como acreditam que o futuro dos produtores depende antes de tudo do governo e devido à falta de políticas voltadas para os pequenos produtores, preferem que seus filhos tenham uma renda fora da propriedade, não dependendo apenas do sítio. Apesar desse sentimento, não gostariam de vender a propriedade, mas caso fossem vender 07 deles optariam por comprar uma área maior em outro lugar, o que significa que não pretendem mudar de atividade. Dos 13 produtores da área apenas um deles opta por mudar de profissão, isso se deve pelo fato desta família ter uma origem urbana, e não terem se acostumaram com a vida no campo.

Gostariam que os filhos estudassem para ter uma profissão que lhes garantissem uma fonte de renda fora e mesmo assim dessem continuidade à propriedade, pois acreditam que os agricultores familiares desempenham um papel muito importante para o desenvolvimento do país.

Foi observado também no bairro que dos 13 produtores, apenas 03 deles o pai não exercia a atividade agropecuária, sendo que os outros 10 produtores da área possuem antecedentes rurais. Estes produtores que possuem uma história rural na família acreditam hoje consumir menos produtos da propriedade do que na época dos pais; hoje é mais fácil comprar do que produzir, assim como também compram mais insumos (produtos químicos) para plantar do que o pai, já que antes o pai utilizava os recursos que a propriedade oferecia; e ainda, desses dez, nove acreditam ter hoje mais preocupações na agricultura do que o pai tinha na sua época. Essas preocupações são devido à instabilidade do país, pois os produtores afirmam que antes os pais viviam apenas da atividade agropecuária e hoje isso já não é mais possível. Acreditam que devam combinar a atividade com uma outra (agrícola ou não) para que possam dar continuidade ao sítio; uma das alternativas que muitos citaram foi a compra de imóveis na cidade para aluguel, para assim, possuírem uma garantia de renda mensal.

Esperam, sobretudo uma ajuda do Estado, ajuda que deve vir em forma de políticas mais apropriadas à categoria, como por exemplo, maior facilidade para conseguir crédito rural. Muitos se queixaram das “facilidades” que os assentados possuem, acreditam que é mais fácil ser assentado do que um produtor que não vive em assentamento. Dizem que existe muita propaganda do governo sobre os agricultores familiares - a propaganda citada é sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - que segundo eles é muito bonita, mas na prática a situação é bem diferente. Portanto, se não puderem contar com a ajuda do governo acreditam que a tendência é a situação ficar cada vez pior.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou através da análise evolutiva das práticas agrícolas e do processo de herança dos agricultores familiares do bairro Cabeceira do Boi, avaliar os motivos pelos quais estes produtores permaneceram na terra.

Para alcançar este objetivo optou-se por algumas abordagens teóricas na qual o objeto de estudo foi o agricultor familiar. Para isso foi realizada uma investigação teórica sobre a produção familiar. Esta investigação que partiu de estudos sobre os bairros rurais pôde nos dar uma noção sobre o modo de vida e a dinâmica destas populações no seu meio, assim como os laços de parentesco e vizinhança que tão forte se verificam. A revisão de alguns teóricos (clássicos e modernos) sobre a produção familiar foi importante a partir do momento que se verifica que mesmo com a mudança do termo camponês para pequeno produtor e hoje, para agricultor familiar certas características, que fundamentalmente servem para definir o camponês, são ainda usadas na noção do agricultor familiar, como a relação da família com o trabalho e a propriedade, que hoje pertencem a um contexto social, político e econômico, diferentes daqueles vividos pelos camponeses.

Antes de prosseguir é necessário explicitar que o entendimento sobre agricultor familiar nesta pesquisa seguiu as teorias elaboradas por Wanderley, que em suas pesquisas considera agricultor familiar aquele que não se apropria do trabalho alheio no processo de produção, ou seja, o agricultor familiar tem como característica central a autoexploração na unidade produtiva, o que torna o caráter familiar um fator essencial para a organização da produção.

Foi através das teorias sobre a questão da herança familiar no meio rural que pudemos entender a importância de algumas estratégias definidas pelo grupo doméstico para a perpetuação do patrimônio da terra e da sua própria condição social. Outras estratégias são utilizadas por este grupo para a reprodução do patrimônio e da sua condição de produtor familiar, estratégias estas que são percebidas através da ocupação deste grupo em determinadas atividades que lhes ofereçam novas opções de renda, sem no entanto, deixar de lado a principal atividade que é a produção agropecuária.

O estudo sobre os produtores do bairro Cabeceira do Boi foi analisado a partir da teoria utilizada. Aqui vale lembrar as teorias sobre bairros rurais elaboradas por Antonio

Candido e por Queiroz, pois essas teorias nos deram a base para definir o bairro Cabeceira do Boi como rural. Esse bairro possui características como: a forte relação de vizinhança e parentesco entre os moradores; seus moradores ocupam-se da mesma atividade (atividade agropecuária), o que os torna pouco diferenciados socialmente. É um bairro rural moderno, pois as relações econômicas existentes são bastante fortes, já que a produção é voltada, sobretudo, para a comercialização.

A análise teórica deu ênfase nos modos de produção, comercialização, assim como a mão-de-obra e tecnologias utilizadas, tanto por esse grupo como também por seus antepassados, sendo que para isso contamos principalmente com as informações dadas pelos produtores do bairro. A discussão central ficou a cargo das relações de herança estabelecidas no bairro.

Foi observado que os produtores do bairro não possuem uma produção muito diversificada, o que os torna bastante dependentes do mercado na busca de produtos para o consumo da família. Muitos possuem em sua propriedade uma pequena roça, a qual conta principalmente com algumas verduras. Mas o surpreendente foi o fato de encontrarmos com maior facilidade pequenas criações, como galinha, porcos e gado leiteiro, para a garantia de alimento à família do que apenas uma pequena roça. Tal fato não ocorria no tempo de seus pais, pois apesar de também produzirem para o mercado, a segurança alimentar da família era sustentada através da própria propriedade. Os pais possuíam um produto que era considerado o “carro-chefe” da propriedade, na época era o café, que desempenhava este papel, e grande parte dos alimentos consumidos pela família eram provenientes do sítio.

Assim como a produção na propriedade foi modificada ao longo do tempo, as técnicas utilizadas também são diferentes das do passado, uma vez que no tempo dos pais não havia ou havia pouco adubo, agrotóxicos e implementos modernos como os de hoje, utilizava-se apenas os recursos que a propriedade podia oferecer como o adubo de origem animal e vegetal, e os produtores acreditam que naquele tempo, não existiam tantas pragas e doenças como existem hoje. Naquela época (dos pais) o trabalho era através da tração animal e na base da enxada, hoje muitos destes produtores possuem arado tratorizado, grade, distribuidor de calcário e uma boa parte deles possuem trator, mas apesar da

aquisição dessas novas tecnologias possuem equipamentos de tração animal, sendo até utilizado por alguns. Dentre as novas tecnologias estão os produtos químicos. Todos aqueles que possuem produção agrícola utilizam agrotóxicos e adubos químicos nas suas culturas, utilizam também o esterco animal, mas a confiança não é a mesma; utilizam também antibióticos e hormônios para os animais, principalmente aqueles das granjas, que têm a função de engorda.

Apesar das mudanças na base técnica e na produção, a forma de comercialização continua a mesma, ou seja, é o próprio produtor que faz o canal de venda dos seus produtos, mesmo aqueles que possuem alguma forma de integração ou arrendamento, a negociação é realizada diretamente com eles.

Assim como a comercialização, a mão-de-obra na propriedade é caracterizada pelo trabalho familiar²⁹; e a contratação, na grande maioria, só ocorre em alguns picos do ano devido às necessidades de algumas culturas.

Uma mudança ocorrida nos dias de hoje, se comparada com o passado, é a obtenção de algumas rendas extras, a maior parte destas rendas é proveniente de aposentadoria, a qual provou possuir um valor bastante significativo para as famílias que as possui. Algumas famílias vêm a necessidade de buscar alternativas para a complementação da renda, e estas alternativas surgiram em função dos serviços prestados a terceiros, fato este que, segundo os próprios produtores, não ocorria no tempo dos pais, ou seja, nenhum membro da família obtinha renda além da produção agropecuária da propriedade.

A análise da herança no bairro estudado nos forneceu informações sobre a história das famílias, que receberam a propriedade como herança. Histórias que começaram há um século atrás e que estão vivas para estes produtores. Foi interessante como se deu a passagem destas propriedades, pois contrariamente à maioria dos estudos referentes ao assunto, neste bairro a divisão da herança entre os herdeiros ocorreu de forma igualitária sem a distinção de gênero e hoje os produtores do bairro desejam agir da mesma maneira. Mesmo aqueles filhos que possuíam uma vida urbana (fora da propriedade) não foram omitidos da divisão. Nestes casos a terra se tornou uma mercadoria, e foi vendida logo depois da aquisição ou um pouco depois.

²⁹ Cabe lembrar aqui as duas exceções do bairro: as propriedades do Sr. R. P. Z. e do Sr. R. L. B. que não possuem características familiares.

As esferas masculinas e femininas não são tão distintas, apesar de haver aquelas tarefas em que só a mulher participa, como por exemplo, o cuidado com a casa; verificou-se uma grande participação feminina quanto à produção e algumas vezes na comercialização dos produtos, fato pouco observado na teoria.

A grande preocupação é que com a divisão igualitária da propriedade, esta que já é pequena corre o risco de ficar menor ainda; mas os produtores possuem estratégias internas para evitar ou minimizar este aspecto. Alguns acreditam na possibilidade de um acordo entre os irmãos, fato esse já ocorrido, pois durante o período da pesquisa, um dos produtores faleceu e os filhos chegaram ao consenso da não divisão da propriedade:

“Esse sítio era a vida do pai, não seria justo agora a gente pegá e dividi. Não a gente vai continuá do jeito que tá, porque se dividi acaba, acaba com tudo” (M. I. P. M. S., entrevista, 2001).

Esta é uma das estratégias que o grupo encontrou para a continuidade da propriedade e da família, embora acreditem que sua permanência na propriedade e mesmo quanto à profissão de produtor rural não depende apenas deles, mas antes de tudo do Estado, que pouco tem feito para viabilizá-los.

Apesar de todos os obstáculos que enfrentam, chamou atenção a importância dada ao estabelecimento familiar, à agricultura e ao meio rural. Consideram-se como produtores rurais, um termo que lhes dá autonomia, e mesmo com todas as dificuldades acreditam ser o meio rural o local ideal para moradia e relações entre as pessoas. Este fato se torna contraditório quando assumem o desejo que seus filhos consigam uma profissão no meio urbano sem, contudo significar o abandono da propriedade.

A valorização da agricultura e de si mesmo enquanto produtor rural, aparece sobretudo quando acreditam que o desenvolvimento do país se deu e se dá através da agricultura, acreditam que a agricultura “é o esteio da nação” (Sr. A. F. P., história de vida, 2001).

Um acontecimento que poderia ser preocupante para o bairro é a constante aproximação do meio urbano com o rural, pois são pequenos os limites que definem um e outro, e isto ocorre através dos vários loteamentos abertos em áreas antes definidas como rurais. Porém esta preocupação é atenuada pelo fato destes produtores possuírem o poder de decisão, ou seja, neste caso são eles próprios que dão a palavra final, são eles que decidem se continuarão ou não na atividade, apesar das pressões que possam vir a ter. Este poder de decisão já está sendo posto em prática, pois no bairro existe um grande produtor que depois de seis anos de permanência no bairro, já adquiriu várias áreas e vem insistentemente procurando por alguns destes produtores para a compra de suas propriedades, mas estes se mantêm firmes não aceitando a proposta.

Portanto, a importância que estes produtores dão para a herança recebida, associada à resistência da venda da propriedade, apontam para o fato de que a propriedade da terra está diretamente ligada à continuidade da reprodução do patrimônio familiar e do próprio grupo. O que implica um apego que os produtores do bairro demonstraram ter à propriedade e também à segurança que a propriedade os oferece, fazendo com que eles resistam em vender a terra e permaneçam no local.

“... a terra né sempre é terra né...”

Não tenho vontade de vendê. A gente tem que trabaiá né, eu falei, pra gente vendê vamo supor e ir embora pra cidade, a gente tem que trabaiá a mesma coisa, aposentado a gente não é né? E a gente em que trabaiá, eu falei, se for trabaiá a gente fica mais aqui no sítio, a gente já vévi aqui né? Então a gente respira pelo menos um ar mais puro né? ... A minha idéia de vendê o sítio eu não tenho né, só Deus que sabe né. Pergunta pros dois netinho se eles tem idéia de vendê, viixe eles acha ruim, nossa, eles gosta daqui, eles adora.” (Da. A. N. P. M. S., história de vida, 2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ALMEIDA, Joaquim Anecio. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

ARARAQUARA (Município). Prefeitura Municipal. <http://www.araraquara.sp.gov.br>, 10/10/2001.

BASALDI, Otavio Valentim. **Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90**. 2000. 128 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria Edy. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Carta Topográfica do Município de Rincão**, 1971.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. Herança e Identidade de Gênero entre Agricultores Familiares Brasileiros. <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurban14.html>, 23/10/2001.

_____. Política Pública e Agricultura Familiar: uma Leitura do Pronaf. <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurban14.html>, 23/10/2001.

CELESTE, Marilena Rossato. **Os efeitos da expansão da cana e da laranja na produção agrícola de Araraquara entre 1960 e 1980**. 1987. 68f.. Trabalho de Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CHAYANOV, Alexander. **The Theory of Peasant Economy**. Homewood, Richard Irwin, 1966. *apud* ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

_____. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nova Visión, 1974. *apud* WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Org. TEDESCO, João Carlos. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

COELHO, Marília. **Bairro dos Machados: entre o sonho e a realidade**. 1991, 279 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

DEAN, Warren. A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro: sitiantes do município de Rio Claro (1870-1920). In: **Revista de História**, v. LIII, n. 106. São Paulo, 1976. *apud* MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; LAURENTI, Antonio Carlos. Cenários da economia rural paranaense. In: **XXXVIII Congresso da SOBER; X IRSA World Congress of Rural Sociology**: Rio de Janeiro, 2000. Proceedings... Campinas, SP: UNICAMP; Auburn. AL: IRSA; Brasília: SOBER, 2000, CD-Rom.

- FULLER, Antony. From Part Time Farming to Pluriativity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**. London, v.6, n.4, p.361-373, 1990. *apud* SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- GALLETTA, Carlos Eduardo Knippel. **Agricultura familiar: integração à indústria e assistência técnica**. 1995. 308 f.. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- GAMA, Antonio. Indústria e produção de um espaço peri-urbano. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, São Paulo, n.22, p.33-53, 1987.
- GARCIA JR., Afranio Raul. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).
- _____. A modernização conservadora dos anos 70. In: **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1999.
- _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996a.
- _____. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

- GRAZIANO DA SILVA, José (Coord.) et al. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro, 1992-1995. In: **XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**: Natal – RN, 1997b. Proceedings... Brasília: SOBER, 1997.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. et al. **Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, Brasília, fevereiro 2000.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HERVIEU, B. **Les agricultures**. Paris, PUF, 1996a. *apud* SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- KAGEYAMA, Ângela; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A estrutura da produção no campo em 1980. In: **Revista Perspectiva**, UNESP, v.12/13, p. 55-72, 1989/1990.
- LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tomo I. Trad. TIJIWA, Angela Maria Naoko. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1993.
- _____. **A agricultura familiar: comparação internacional: Do mito à realidade**. Trad. BAZIN, Frédéric. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1998.
- _____. Crises et permanence de l'exploitation familiale eb France. **Sociologie du Travail**, n. 4, 1987. *apud* COUTO, Andréia Terzariol. **Produção familiar e**

estratégias de reprodução social em assentamentos rurais: em busca do ajustamento entre a tradição e a modernidade. 2000. 240 f.. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LECOQ MULLER, Nice. Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 56, USP, São Paulo, 1951. *apud* BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria Edy. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa.** Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

LOVISOLO, Hugo Rodolfo. **Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação.** Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1989.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Ed. Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas.** Trad. LINDOSO, Maria José da Silveira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOREIRA, Jair de Brito. **O processo de urbanização de Araraquara: 1970 – 1983.** 1995. 54f.. Trabalho de Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

- MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta: colonização “espontânea”, camponato e patronagem na Amazonia Oriental**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.
- PAULINO, Sonia Regina. **A pequena propriedade no município de Araraquara – SP**. 1989. 113 f.. Trabalho de Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- PÉREZ, José. Imperfeições atuais no mercado de terras In: **XXXVIII Congresso da SOBER; X IRSA World Congress of Rural Sociology**: Rio de Janeiro, 2000. Proceedings... Campinas, SP: UNICAMP; Auburn. AL: IRSA; Brasília: SOBER, 2000, CD-Rom.
- PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- _____. **O camponato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. Org. VON SIMSON, Olga de Moraes. São Paulo: Vértice, 1988.
- RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SÃO PAULO (Estado). **Secretaria de Abastecimento e Agricultura**. Projeto LUPA, 1995/96.

SCHIAVO, Sylvia França. **Sendas da Transição: estudo sobre um grupo de pequenos produtores rurais no distrito de Lumiar – Nova Friburgo**. Niterói: EDUFF, 1997.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. 1999 a. 500 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SILVA, Ligia Maria Osório; SECRETO, Maria Verônica. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, p. 109-141, jun., 1999.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro**. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et agriculture: Le paysan polonais**. Armand Colin, Paris, 1973. *apud* WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: Uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. O camponês: um trabalhador para o capital. In: **Cadernos Difusão de Tecnologia**. v. 2, n. 1, p. 13-79, jan./abr., 1985.

_____. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 25, n. 2 e 3, p. 37-68, mai/dez., 1995.

_____. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In : **Para pensar: outra agricultura**. FERREIRA, Ângela Damaceno; BRANDENBURG, Alfio. (Orgs.). Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. TEDESCO, João Carlos (Org). Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo: HUCITEC, 1995.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1997.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

Nome da Propriedade:

Área Total:

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

Nome:

Estado Civil: () Solteiro () Casado () Viúvo () Outros

Naturalidade: UF:

Data Nascimento:

Local de Residência: () Propriedade () Cidade

Se reside fora da propriedade, local da residência:

Tempo na Propriedade:

Tempo na Região:

Se casado:

Nome do Cônjuge:

Naturalidade: UF:

Data Nascimento:

3. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nome	Grau Dep.	Data Nasc.	Sexo	Nível Escolarid.	Ocupação	Formação Profissional

4. ASSOCIATIVISMO

Pertence a alguma organização social: () Sim () Não

() Associação () Cooperativa

() Sindicato Rural

5. RENDIMENTOS

Descrição	Nº Pessoas	Valor
Trabalho Assalariado		
Aposentadoria/Pensão		
Serviços Prestados		
Arrendamento Terra da Propriedade		
Aluguel de imóveis, máquinas, etc.		
Venda da Produção Agrícola		
Venda da Produção Pecuária		
Poupança		
Outros		

6. USO DO SOLO

Especificação	Área (ha)
Área Total	
Área Cultivada:	
Lavoura Permanente	
Lavoura Temporária	
Mata Natural	
Pastagem	
Várzea	
Sede e Benfeitorias	

7. PRODUÇÃO VEGETAL E SEU DESTINO

				Qtde Vendida			
Espécie	Área Plantada	Qtde Prod.	Qtde Cons.	Cooperativa	Interm./Ind .	Varejo	Valor

8. PRODUÇÃO ANIMAL E SEU DESTINO

			Qtde Vendida			
Espécie	Qtde Prod.	Qtde Cons.	Cooperativa	Interm./Ind.	Varejo	Valor
Boi						
Touro						
Novilho (a)						
Bezerro (a)						
Vaca Lactação						
Vaca Seca						
Suíno						
Leitão						
Caprino						
Ovino						
Eqüino						
Piscicultura						
Aves						

9. PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE ORIGEM ANIMAL

			Qtde Vendida			
Espécie	Qtde Prod.	Qtde Cons.	Cooperativa	Interm./Ind.	Varejo	Valor
Leite						
Derivados do Leite						
Ovos						
Casulos Bicho da Seda						
Derivados Suínos						
Derivados Apicultura						
Mel						
Própolis						
Cera						

10. CRÉDITO

Banco	Finalidade	Valor

11. MÃO-DE-OBRA EMPREGADA NA PRODUÇÃO

Atividade	M.O. FAMILIAR			M.O. CONTRATADA			M.O. PERMANENTE		
	Idade	Tempo Despendido	Remuner.	Idade	Tempo Despendido	Remuner.	Idade	Tempo Despendido	Remuner.

12. PATRIMÔNIO

12.1 Preço/ha:

12.2 Máquinas e Implementos

Tipo	Qtde	Idade	Valor Atual
Arado animal			
Cultivador animal			
Carroça animal			
Distribuidor de calcário			
Subsolador/escarificador			
Arado			
Grade			
Sulcador			
Semeadora e/ou adubadora			
Equipamento irrigação			
Carpideira			
Roçadora			
Pulverizador tratorizado			
Pulverizador costal			
Batedeira/debulhadeira			
Colhedora			
Carreta			
Picador triturador			
Ordenhadora			
Caminhonete/utilitário			
Caminhão			

12.3. Benfeitorias:

Espécie	Qtde	Idade	Valor Atual
Residência			
Rede de energia elétrica			
Estábulo (com e sem cobertura)			
Terreiro alvenaria			
Galpão (máquinas, material)			
Silo (silagem)			
Aviário			
Pocilga			
Outros			

13. NÍVEL TECNOLÓGICO

O Sr.(a) utiliza ou pratica com frequência nas principais atividades (culturas e/ou criações)

Especificação	Sim	Não
Análise de Solo		
Adubação Química		
Adubação Orgânica		
Calagem		
Plasticultura		
Irrigação		
Inseminação Artificial		
Silagem		
Sementes Certificadas		
Confinamento		
Agrotóxicos		
Beneficia algum produto? Qual?		
Vacinação		
Ração		
Antibióticos e Hormônios		
Tração Animal		
Área de preservação		
Áreas com erosão		
Curva de Nível		
Quebra vento		
Rotação de culturas		
Consortiação		
Terraceamento		
Esterco		

14. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Recebe Assistência Técnica? () Sim () Não

Instituição:

Periodicidade:

15. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Equipamentos Sociais	Sim	Não
Energia Elétrica		
Água Encanada		
Área de Lazer		
Armazém		
Telefonia		
Posto de Saúde		
Escola		
Outros		

16. ATIVIDADES SOCIAIS

O que costumam fazer nas horas de folga?

- ☐ descansar em casa
☐ ir à Igreja
☐ conversar com amigos
☐ jogar futebol
☐ assistir televisão
☐ ouvir rádio
☐ ler
☐ outras: _____

17. ACESSO À INFORMAÇÃO

Frequência com que dispõe para: (em horas)

	Diário	Semanal	Mensal
Televisão			
Radio			
Revistas			
Jornais			
Reunião/Assembléia			
Sindicato			
Igreja			
Parentes/Amigos			

18. ESTRATÉGIA PRODUTIVA

18.1 Quem era o dono desta terra? ☐ Seu Pai ☐ Seu Sogro
☐ Outra Pessoa da Família ☐ Uma Outra Pessoa

18.2 O Sr. sabe qual era a área utilizada pelo antigo dono da propriedade, no começo quando ele se instalou e quando ele vendeu a terra?

18.3 Em relação ao antigo dono desta terra, o Sr.:

	SIM	NAO
Fez obras e benfeitorias ou melhorou a estrutura e organização da terra (Drenagem, barragem, Terraceamento, poços, cercas, saneamento, tratamento do solo)		
Aumentou os equipamentos		
Utiliza outras técnicas de produção		
Reformou as benfeitorias		
Melhorou os rendimentos da produção vegetal		
Melhorou os rendimentos da produção animal		
Aumentou ou diversificou a quantidade de produtos		
Está utilizando mais empréstimos		

18.4 Seu pai era agricultor? () Sim () Não

18.5 Se sim, com relação a ele, o Sr. tem:

	MAIS	MENOS	IGUAL
O sentimento de trabalhar mais ou menos?			
O sentimento que sua família consome mais ou menos produtos do estabelecimento?			
O sentimento de que compra mais ou menos insumos?			
A impressão de ter mais ou menos preocupações do que ele?			
O sentimento de viver melhor ou pior do que ele?			

18.6 Quantos irmãos e irmãs o Sr. tem?

18.7 Quantos irmãos e irmãs o seu pai tinha?

18.8 Para ser bem sucedido na agricultura, o Sr. acha muito importante ou sem importância:

	MUITO IMPORT.	POUCO IMPORT.	MAIS OU MENOS	NÃO SABE
Investir constantemente na propriedade				
Diversificar a produção				
Ter boa formação técnica				
Sempre utilizar máquinas				
Levar em conta os preços do mercado				
Ter uma família numerosa				
Ter uma renda externa à unidade de produção				
Se organizar com outros agricultores				
Utilizar créditos sempre que possível				

18.9 Se o Sr. modificasse o seu estabelecimento seria para:

☐ Melhorar as condições de trabalho ☐ Aumentar a renda ☐ Futuro dos filhos

18.10 Como se deu a transmissão da propriedade?

☐ Todos os herdeiros, homens e mulheres, receberam uma parte igual da herança.

☐ Apenas os homens receberam uma parte igual da herança, e as mulheres não receberam nada.

☐ Apenas os homens receberam uma parte da herança e houve uma compensação para as mulheres

☐ A partilha não foi igualitária e não houve um sistema de compensação para os outros

☐ A partilha não foi igualitária e houve um sistema de compensação para os outros

☐ Um sucessor designado recebeu a terra e não houve compensação importante para os outros

☐ Não houve transmissão de bens

☐ Houve uma doação a certos herdeiros

☐ Houve uma compra da terra por certos herdeiros

☐ De acordo com a Lei

18.11 O Sr. pretende repartir a terra da mesma maneira que o seu pai?

19. ESTRATÉGIA FUNDIÁRIA

19.1 Obtenção das terras: ☐ Herança ☐ Comprada de parentes ☐ Comprada de outras pessoas

19.2 O Sr. Admitiria vender a terra:

☐ Por falta de sucessor

☐ Para comprar uma área maior em outro lugar

☐ Para comprar uma terra melhor em outro lugar

☐ Para mudar de profissão

☐ Para pagar dívidas

☐ Para ajudar os filhos

☐ Para investir em outra atividade fora da agricultura

19.3 Se o Sr. tivesse alguma economias, o Sr. utilizaria para:

☐ Comprar equipamentos agrícolas

☐ Melhorar a casa

☐ Ajudar seus filhos a se instalarem

☐ Comprar um carro

☐ Colocar dinheiro na poupança

☐ Comprar terra

☐ Investir em casas, imóveis

☐ Fazer uma viagem

☐ Pagar dívidas

20 ESTRATÉGIAS FAMILIARES

20.1 Como vai se dar a transmissão da propriedade?

20.2 O Sr. preferiria que seus filhos (as) vivessem:

	Cidade	Campo	Indiferente
Filhos			
Filhas			

21 RELAÇÃO ENTRE A UNIDADE FAMILIAR E O ESTADO

21.1 Na sua opinião, no Brasil, as pessoas vivem melhor: ☐ Na cidade ☐ No campo
☐ É igual ☐ Não sabe

21.2 Na sua opinião, qual é a situação da maioria dos pequenos agricultores desta região?

- ☐ Muito boa
☐ Boa
☐ Mais ou Menos
☐ Ruim
☐ Muito ruim
☐ Não sabe

21.3 Qual o melhor lugar para:

	Cidade	Campo	Igual
Cuidados Médicos			
Escola			
Moradia			
Diversão			
Compras para a casa			
Relações com as pessoas			

21.4 Qual dos seguintes termos é o mais correto para designar o Sr.?

- ☐ Agricultor Familiar
☐ Empresário Agrícola
☐ Trabalhador Rural
☐ Produtor Rural

21.5 Qual das seguintes profissões é a mais parecida com a de agricultor?

- ☐ Técnico Agrícola
☐ Engenheiro Agrônomo
☐ Empresário
☐ Profissional Autônomo
☐ Comerciante
☐ Operário

21.6 A política atual do governo para os agricultores é:

- ☐ Muito Favorável
- ☐ Relativamente Favorável
- ☐ Relativamente Desfavorável
- ☐ Muito Desfavorável

21.7 A atual política agrícola do governo:

- ☐ Favorece apenas certos grupos de agricultores
- ☐ Trata todos os agricultores da mesma maneira

21.8 Na sua opinião, o futuro dos agricultores depende antes de mais nada:

- ☐ Dos Próprios Agricultores
- ☐ Do Estado (Governo)
- ☐ Da Situação do Mercado Mundial

21.9 Na sua opinião, qual tem sido o papel dos agricultores no desenvolvimento do país?

- ☐ Muito Importante
- ☐ Relativamente Importante
- ☐ Pouco Importante
- ☐ Nada Importante/Insignificante
- ☐ Não Sabe

23 CONTROLE

Preenchido por: _____

Data: _____

HISTÓRIAS DE VIDA

A história de vida dos produtores que receberam a terra através da herança foi obtida partindo-se do seguinte roteiro:

- a) Como era o sítio no tempo dos pais;
- b) Plantações que existiam no sítio;
- c) Pessoas que trabalhavam no sítio;
- d) Comercialização dos produtos;
- e) Como se deu a aquisição da propriedade;
- f) Quais as pessoas que saíram e quais as que ficaram na propriedade;
- g) Importância da terra.

ENTREVISTAS

A entrevista com o agente de atuação na área (Presidente do Sindicato Rural de Araraquara) e ex-morador do bairro, Sr. N. F., seguiu o seguinte roteiro:

- a) Mudanças ocorridas no bairro;
- b) Como era o bairro no tempo do seu pai;
- c) Propriedades existentes antes e hoje;
- d) Transição das culturas existentes: café, laranja e cana-de-açúcar;
- e) Futuro do bairro.

As entrevistas com os agentes atuantes na área (Engenheiro Agrônomo e indústrias) foram realizadas de acordo com os seguintes roteiros:

- Engenheiro Agrônomo:
 - a) Mudanças ocorridas no bairro;
 - b) Culturas existentes no decorrer do período;
 - c) Tecnologia utilizada no decorrer do período;
 - d) Comercialização dos produtos no decorrer do período;
 - e) Trabalho na propriedade;
 - f) Assistência técnica realizada;
 - g) Motivo da diminuição no número de propriedades;
 - h) Futuro do bairro.

 - Indústrias:
 - a) Relação da indústria com os produtores;
 - b) Motivo da escolha da área;
 - c) Informações sobre a dinâmica do bairro;
 - d) Interesse sobre outros produtores;
 - e) Futuro do bairro.
-